



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade  
e Administração de Coimbra

Nuno Miguel Martins Garcia

## Consolidação de Contas – Potenciação do ERP na preparação das demonstrações financeiras consolidadas



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade  
e Administração de Coimbra

Nuno Miguel Martins Garcia

## Consolidação de Contas – Potenciação do ERP na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Trabalho de projeto submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial**, realizado sob a orientação do Professor Dr. Carlos Miguel Dias Barros e coorientadora da Professora Doutora Fernanda Alberto.

Coimbra, maio de 2019

## **TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Declaro ser o autor deste projeto, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação do presente projeto.

## **PENSAMENTO**

*"Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar."*

António Machado (poeta espanhol)



## **DEDICATÓRIA**

À minha família.

À Olga e à Bia.

A todos aqueles me acompanharam  
neste projeto.

## AGRADECIMENTOS

O nível de conhecimentos sobre o tema que versa o presente trabalho era com efeito bastante reduzido no seu ponto de partida, percebendo-se agora que muito mais haverá para aprender.

Esta circunstância foi uma das principais responsáveis pelo despoletar da vontade de aprofundar estas matérias que, de alguma forma, se mostravam pouco percecionadas.

Não seria possível dar os primeiros passos no estudo sobre este tema da consolidação de contas e consequente conclusão deste projeto, sem as preciosas e vitais indicações, bem como, conhecimentos transmitidos pelos Professores Carlos Barros e Fernanda Alberto. Agradeço não só a transmissão do saber, da técnica, mas também a importante componente da presença, da paciência e da capacidade de saber motivar.

A toda a estrutura do grupo Infraventus que criou as condições necessárias ao desenvolvimento do presente estudo.

À minha esposa e filha que permitiram que os tempos livres da família fossem utilizados e dedicados a este trabalho. Sem a paciência, compreensão e incessante trabalho de “bastidores” da Olga, este projeto não teria sequer sido equacionado.

A todos os meus amigos, mas em especial à Marisa e à Paula, pelo seu exemplo de resiliência e superação, mas também, pela sua imensa presença e disponibilidade para me acompanharem nesta viagem, por vezes, repleta de altos e baixos.

A todos o meu reconhecimento e Muito Obrigado!

*“Sozinhos podemos fazer pouco,  
juntos podemos fazer muito.”*

Helen Keller

## RESUMO

O assumir de responsabilidades pela preparação das demonstrações financeiras do grupo económico Infraventus por parte do mestrando, despoletou a necessidade de avançar para o presente projeto. Em face dos poucos conhecimentos teóricos sobre o tema e de que todo o processo operacional associado à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas se mostrava moroso e revestido de algumas lacunas, importava por isso a busca de novas soluções.

O grupo Infraventus, que se dedica principalmente ao negócio das energias renováveis, engloba um conjunto de cerca de 40 empresas, as quais se inserem numa estrutura de participações que se mostra distante das estruturas piramidais dos grupos usualmente encontradas, dificultando os trabalhos de consolidação e acarretando a produção de informação intempestiva.

Deste modo, este trabalho tem como objetivo encontrar uma solução que permita tornar o processo de elaboração das contas consolidadas mais eficiente e, assim, obter-se informação tempestiva e, por conseguinte, mais útil.

Para se alcançar o objetivo pretendido, começa-se por fazer um estudo teórico sobre a temática da consolidação de contas, procurando o enquadramento para as problemáticas que poderão surgir dentro daquele grupo económico. Seguidamente, efetua-se o estudo do caso, em ambiente real, procurando-se encontrar formas de potenciar, não só a informação já existente como também os recursos informáticos disponíveis.

Suportando-se no ERP utilizado na empresa (*software* “Primavera”), juntamente com uma ferramenta informática de uso corrente, como é o *Microsoft Excel*, procurou-se mostrar que é possível obter as demonstrações financeiras consolidadas de forma tendencialmente automatizada.

Esta automatização permite mitigar as tarefas rotineiras e de reduzido valor acrescentado, tornando o processo mais eficiente, de forma a convergir para a satisfação de um dos requisitos da informação financeira que é o da tempestividade e por conseguinte, a sua utilidade.

**Palavras-chave:** Consolidação de Contas, ERP, Ferramentas informáticas, Processo de Consolidação de Contas, Tempestividade da informação.

## ABSTRACT

The assumption of responsibilities related to the preparation of Infraventus group consolidated financial statements by the master's candidate, triggered the need to produce the present project.

Due to the lack of theoretical knowledge on the present subject together with the fact that the entire operational process behind the consolidated financial statements preparation was very time-consuming and has also some faults, it was critical to go deeper into the subject in order to find for new solutions.

The Infraventus group, is mainly focus on the renewable energy business, and comprises with a group of about 40 companies. These companies take part of structure that is far from the standard pyramidal structures that are usually found, making the process of consolidation more difficult to prepare causing delays on the presentation of those financial statements.

Therefore, the purpose of this project will be to find a solution that allows the financial consolidation process to be more efficient in order to get timely information.

In order to achieve the desired target, it's firstly studied the theory behind this subject, trying to find the framework for the problems that are most likely to be found within the economic group. Once the theoretical foundations have been studied, it will be done case study on real environment with the purpose of in which way the existing information and the computer resources could be strengthen.

Based on the ERP in use by the group ("*Primavera*" *software*) along with the day-to-day computing tool that is *Microsoft Excel* it will be tried to demonstrate that it is possible to obtain consolidated financial statements in a more automated way.

In such way, routine tasks without any added value will be reduced, turning the process more efficient, and therefore came toward to one of the requirements of the financial information which is its timeliness.

**Keywords:** Accounting consolidation, Accounting consolidation process, ERP, IT tools, Timeliness of the accounting information.

# ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO .....	1
1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	5
1.1 O desiderato das contas consolidadas .....	5
1.2 As limitações da informação financeira consolidada.....	6
1.3 As teorias subjacentes à consolidação de contas.....	7
1.3.1 Teoria do proprietário .....	9
1.3.2 Teoria da empresa-mãe ou financeira .....	10
1.3.3 Teoria da entidade.....	11
1.3.4 Teoria financeira mista .....	11
1.4 O regime legal da consolidação de contas em Portugal.....	12
1.4.1 Formas de controlo .....	14
1.4.1.1 Controlo.....	16
1.4.1.2 Influência significativa .....	18
1.4.1.3 Controlo conjunto.....	19
1.4.2 Obrigatoriedade de elaborar contas consolidadas.....	19
1.4.2.1 Dispensa com base em critérios quantitativos.....	20
1.4.2.2 Dispensa por via de outros critérios .....	22
1.4.3 Obrigatoriedade de prestação de contas consolidadas.....	25
1.5 Os métodos de consolidação .....	26
1.5.1 Método da equivalência patrimonial.....	27
1.5.2 Método da consolidação proporcional.....	28
1.5.3 Método da consolidação integral .....	29
1.6 Etapas do processo de consolidação .....	30
1.6.1 Definição do perímetro de consolidação .....	33

1.6.2	O cálculo da percentagem de participação e de controlo.....	35
1.6.2.1	Caso geral .....	35
1.6.2.2	Cálculo de participação em função da técnica de consolidação.....	37
1.6.2.3	A existência de participações recíprocas .....	38
1.6.3	Eliminação da participação financeira .....	42
1.6.4	Diferenças de consolidação .....	46
1.6.4.1	As diferenças de avaliação .....	47
1.6.4.2	Goodwill e Badwill.....	50
1.6.5	Os interesses que não controlam.....	51
1.6.5.1	Mensuração inicial e subsequente dos interesses que não controlam	52
1.6.5.2	Apresentação nas demonstrações financeiras.....	53
1.6.5.3	Cálculo dos interesses que não controlam .....	54
1.6.6	Uniformização de políticas contabilísticas e de período de relato.....	57
1.6.7	Conversão monetária .....	57
1.6.8	Resultados obtidos antes e após a aquisição .....	60
1.6.9	Eliminação de saldos e transações .....	61
1.6.9.1	Eliminação de saldos existentes em contas de terceiros.....	63
1.6.9.2	Inventários .....	63
1.6.9.3	Ativos fixos tangíveis .....	64
1.6.9.4	Prestações de serviços / Juros.....	65
2	METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO .....	66
3	A CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS – PREPARAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (APLICAÇÃO PRÁTICA).....	69
3.1	Preparação da informação .....	69
3.2	Cálculo das percentagens de participação e de controlo .....	71
3.3	Organização de processos contabilísticos .....	73

3.3.1	Estrutura do plano de contas .....	73
3.3.1.1	Contas de terceiros .....	74
3.3.1.2	Contas de capital próprio .....	76
3.3.1.3	Contas respeitantes os investimentos financeiros.....	77
3.3.1.4	Contas relativas ao desempenho (demonstração de resultados).....	79
3.3.1.5	Contas correspondentes a transações não recíprocas (bens do ativo fixo tangível) .....	81
3.3.2	Procedimentos contabilísticos.....	81
3.3.2.1	Conciliação de saldos intragrupo.....	81
3.3.2.2	O registo dos ajustamentos derivados da aplicação do MEP .....	81
3.3.2.3	Resultados embutidos em ativos fixos tangíveis e em participações financeiras.....	83
3.4	Construção das demonstrações financeiras consolidadas .....	84
3.4.1	O ficheiro base – sua decomposição.....	85
3.4.1.1	“Base” .....	85
3.4.1.2	“Perímetro” .....	85
3.4.1.3	“Bal_man” e “Dr_man”.....	86
3.4.1.4	“DR” e “BAL” .....	86
3.4.1.5	“Anul_part” .....	87
3.4.1.6	Anulação de transações .....	88
3.4.1.7	“BAL_CONS” e “DR_CONS” .....	90
3.4.2	Explicação de cada fase incluída nas folhas “DR” e “BAL” .....	90
	CONCLUSÃO .....	94
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	97
	APÊNDICES .....	101
	APÊNDICE 1. Organograma do grupo Infraventus .....	102
	APÊNDICE 2. Estrutura Ficheiro “Calculo_Participacoes(vs1)” .....	103

APÊNDICE 3. Plano de Contas de suporte à preparação das DFC.....	104
APÊNDICE 4. Estrutura Ficheiro “Infraventus_Consolidado.xlsm” .....	108
ANEXOS .....	134
ANEXO 1 – Descrição das funções do ERP “Primavera” utilizadas .....	135



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Organograma exemplificativo de participações .....	17
Figura 2: Árvore de decisão .....	20
Figura 3: Apuramento da obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas .....	22
Figura 4: Métodos de consolidação a utilizar consoante o tipo de participada .....	30
Figura 5: Proposta de listagem de perímetro de consolidação.....	34
Figura 6: Organograma do perímetro consolidação .....	35
Figura 7: Exemplo de participações recíprocas ou cruzadas .....	38
Figura 8: Participações recíprocas em que a subsidiária participa na sociedade-mãe....	41
Figura 9: Eliminação da participação social .....	44
Figura 10: Tratamento em contas individuais do custo de aquisição de uma participação social.....	46
Figura 11: Tratamento das diferentes componentes do custo de aquisição.....	46
Figura 12: Extrato da Demonstração dos Resultados da EDP Renováveis para o exercício de 2015 e 2014.....	54
Figura 13: Extrato do Balanço da EDP Renováveis para o exercício de 2015 e 2014...	54
Figura 14: Esquema de participações diretas e indiretas .....	55
Figura 15: Aspeto da folha "base" do cálculo de participações.....	71
Figura 16: representação gráfica da informação indicada na figura 15 .....	72
Figura 17: Menu de seleção da entidade que consolida.....	72
Figura 18: Resultado final da execução do cálculo da percentagem de participação .....	72
Figura 19: Estrutura das contas de terceiros .....	75
Figura 20: matriz de recolha dos saldos de clientes na entidade "220" .....	76
Figura 21: matriz de recolha dos saldos de fornecedores na entidade "192".....	76
Figura 22: Estrutura de contas relacionadas com entidades do grupo .....	76
Figura 23: Estrutura das contas de capital próprio .....	76

Figura 24: Exemplo de estrutura possível para contas de gastos.....	79
Figura 25: Exemplo de associação da contraparte ao registo contabilístico.....	80
Figura 26: Exemplificação da associação da contraparte ao registo do ativo.....	84
Figura 27: Detalhe da informação a preencher na folha "perímetro" .....	85
Figura 28: Exemplificação da segregação dos rendimentos pelas respetivas entidades beneficiárias .....	88
Figura 29: Exemplo de recolha de saldos de clientes do grupo .....	89
Figura 30: Recolha dos valores das participações financeiras inscritas em contas individuais.....	91
Figura 31: Exemplo do tratamento dos capitais próprios negativos das participadas ....	92
Figura 32: Exemplificação da eliminação dos outros instrumentos de capital.....	93

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Matriz A construída com base nas participações verificadas no organograma da figura 7 .....	39
Tabela 2: Matriz resultante da subtração da Matriz A pela Matriz Identidade.....	40
Tabela 3: Matriz inversa resultante da subtração da Matriz A pela Matriz Identidade ..	40
Tabela 4: Matriz resultante da multiplicação da Matriz B pela matriz obtida na tabela 3 .....	40
Tabela 5: Matriz A assumindo a existência da entidade fictícia.....	41
Tabela 6: Matriz final assumindo a existência de uma entidade fictícia .....	42
Tabela 7: Apuramento de diferença de consolidação .....	48
Tabela 8: Operação de eliminação da participação .....	49
Tabela 9: Aporte do diferencial resultante do Justo Valor aos AFT .....	49
Tabela 10: Apuramento dos interesses que não controlam.....	55

## **Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas**

ACE – Agrupamento Complementar de Empresas

CSC - Código da Sociedades Comerciais

DL – Decreto-Lei

DFC – Demonstrações Financeiras Consolidadas

EM – Estado Membro

ERP – *Enterprise Resource Planning*

EUA – Estados Unidos da América

IAS - *International Accounting Standards*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

MCI – Método de Consolidação Integral

MCP – Método de Consolidação Proporcional

MEP – Método da Equivalência Patrimonial

NCRF – Norma Contabilística de Relato Financeiro

OROC – Ordem do Revisores Oficiais de Contas

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SPV – *Special Purpose Vehicle*

VBA – *Visual Basic for Applications*

## **INTRODUÇÃO**

Desde sempre que a atividade empresarial procura a obtenção de ganhos de eficiência não só ao nível dos produtos e/ou serviços comercializados, mas também na forma como em termos societários as operações desenvolvidas se encontram estruturadas.

Atualmente, uma forma comum de estruturar a atividade societária decorre da formação de grupos económicos. Estes caracterizam-se por ser constituídos por várias entidades juridicamente distintas, mas que se encontram sob a direção económica de uma ou mais empresas denominadas por “mãe”. O crescimento desta forma de concentração empresarial deve-se a um conjunto variado de razões, entre as quais se salientam as seguintes:

- Mitigação de riscos;
- Maior facilidade no acesso a financiamentos;
- Estímulo à entrada de novos investidores;
- Eficiência fiscal;
- Segmentação de atividades e/ou operações;
- Atuação em mercados internacionais;
- Criação de sinergias (e.g. partilha de *know-how* ou de capacidade produtiva);
- Eliminação de concorrência.

Quanto à mitigação de riscos, a empresa-mãe tende a proteger os seus ativos, procurando mitigar riscos insustentáveis ou desproporcionais e, por isso, tende a isolar atividades, ou operações, em outras entidades (subsidiárias), com vista à diminuição de riscos de contágio a outras sociedades do mesmo grupo de forma a proteger-se de situações de insucesso que possam contaminar a saúde financeira de outras sociedades do grupo.

Também a segmentação de atividades, ou operações noutras entidades subsidiárias, permite proceder à avaliação de desempenho de forma mais eficiente, conduzindo a tomadas de decisão mais sustentadas e direcionadas.

A proliferação de sociedades no seio de um grupo económico poderá também ter subjacente a cativação de novos investidores (acionistas) que pretendam ver a sua participação limitada a uma determinada área de negócio, sendo assim a sua atuação mais circunscrita.

Nos regimes de financiamento do tipo “*Project Finance*”, é habitual que, para a obtenção de financiamento, as entidades financiadoras pretendam a criação de veículos societários, usualmente denominadas *Special Purpose Vehicle* (SPV), com personalidade jurídica, completamente autónomos e circunscritos exclusivamente ao projeto financiado (e.g. a construção de uma autoestrada ou de uma central elétrica).

Por outro lado, com a globalização, a atuação dos grupos económicos em diferentes jurisdições obriga à constituição de entidades jurídicas que satisfaçam os requisitos dos mercados onde pretendem atuar.

Contudo, o incremento exponencial de entidades no seio de um grupo económico conduziu a novas necessidades informativas. De facto, devido à desconcentração das operações, os interessados na informação financeira não conseguirão tomar decisões sustentadas unicamente com base nas peças financeiras individuais, pois estas não traduzem a realidade económica do grupo. A leitura separada da informação financeira de cada uma das entidades do grupo poderá, por exemplo, dar uma imagem da rendibilidade completamente descontextualizada (e.g. réditos empolados resultantes de vendas ou serviços prestados intragrupo). Não será por mero acaso, que as próprias entidades bancárias têm vindo a estar mais focadas na análise da informação consolidada, em detrimento da mera informação individual.

Deste modo, é imperativo que os órgãos de gestão procedam à consolidação da informação financeira das diferentes entidades do grupo económico, com o intuito de se conhecer a verdadeira realidade económica e financeira de todo o grupo económico, nomeadamente, oportunidades e riscos.

Quando o mestrando assumiu funções no grupo económico Infraventus, com responsabilidades ao nível da preparação de contas consolidadas, constatou que este processo se mostrava muito moroso e com lacunas na sua organização, o que justificou a motivação, importância e pertinência para desenvolver este tema no âmbito do presente trabalho.

O grupo Infraventus, que se dedica principalmente ao negócio das energias renováveis, integra cerca de 40 empresas. Contudo, verificava-se a inexistência de um manual de procedimentos, de mapas padronizados e especialmente, de procedimentos mais automatizados que facilitassem e agilizassem o processo de consolidação e, em

simultâneo, evitassem erros ou falhas decorrentes da recolha manual da informação. Por outro lado, a bibliografia que permita auxiliar quem está na prática nesta área é também parca.

Face às lacunas identificadas, o presente trabalho debruça-se sobre o tema da consolidação de contas, aplicado ao caso do grupo Infraventus, e tem como objetivo a agilização e automatização do processo de consolidação de contas no referido Grupo, suportando-se para o efeito nas potencialidades do *Enterprise Resource Planning* (ERP)<sup>1</sup> em uso no Grupo (neste caso, o *software* Primavera)<sup>2</sup> e juntamente com o uso da aplicação *Excel* do pacote *Microsoft Office*. Pretende-se assim evitar a realização de tarefas rotineiras e de reduzido, ou nenhum, valor acrescentado.

Em suma, pretende-se com o presente estudo procurar soluções que permitam agilizar o processo de consolidação de contas, tornando-o mais eficiente de forma a convergir para a satisfação de um dos requisitos da informação financeira que é o da tempestividade, e por conseguinte, a sua utilidade para os *stakeholders*.

Além da presente introdução, o trabalho encontra-se organizado em três capítulos. No capítulo um leva-se a cabo uma revisão de literatura sobre o tema da consolidação de contas, referindo-se os seus objetivos, vantagens e limitações.

Faz-se uma breve análise sobre o regime contabilístico, analisando-se os normativos contabilísticos nacionais subordinados ao tema, nomeadamente, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 15 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação, assim como a NCRF 13 – Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas – e a NCRF 14 – Concentrações de Atividades Empresariais, incluindo-se ainda uma breve referência a alguns aspetos dos normativos internacionais.

Na última parte do capítulo estudam-se os diferentes métodos de consolidação, com especial enfoque para o método de consolidação integral, fazendo-se uma análise sobre as problemáticas associadas ao apuramento das percentagens de participação e de

---

<sup>1</sup> ERP pode definir-se como um *software* que permite à empresa automatizar e integrar a maioria de seus processos; compartilhar práticas de negócio e dados comuns pela empresa; e disponibilizar a informação em tempo real. É visto como a solução para acabar com os vários programas que funcionam no mesmo ambiente empresarial, sem integração, produzindo informações de pouca qualidade para o negócio. Sistemas dessa natureza são adquiridos com o intuito de tornar os processos empresariais mais ágeis e fáceis.

<sup>2</sup> Neste caso, não dispondo do módulo específico que este ERP tem para a consolidação de contas.

controle, cálculo dos interesses que não controlam e tratamento das diferenças de consolidação, concluindo-se com a descrição das diversas etapas pelas quais um processo de consolidação de contas deverá passar.

No capítulo dois descreve-se e sustenta-se a metodologia de investigação, recorrendo ao estudo do caso, que é a utilizada neste trabalho.

No terceiro e último capítulo apresenta-se um conjunto de procedimentos desenvolvidos com recurso a uma ferramenta informática de uso corrente, que é o *Microsoft Excel*, construída com o apoio de programação *Visual Basic for Applications* (VBA), e com base nas funções disponibilizadas pelo *software* “Primavera”, a qual permite efetuar a recolha dos dados contabilísticos de cada empresa e proceder à preparação, quase automatizada, das demonstrações financeiras consolidadas.

Finalmente, enunciam-se as principais conclusões do trabalho, destacando o contributo prático do mesmo para a empresa destinatária deste projeto, e na qual se encontra o mestrando.

## 1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 1.1 O desiderato das contas consolidadas

Segundo Rodrigues (2003, p. 48), as concentrações empresariais tiveram a sua origem no ano de 1890 nos Estados Unidos da América (EUA), mas foram impulsionadas nas décadas de 30 e 50 do século XX. Porém, nesta última década as concentrações empresariais surgiram mais complexas por motivos de ordem macroeconómica, nomeadamente, devido à globalização, ao surgimento de novos mercados, ao desenvolvimento tecnológico e também à profissionalização daqueles que fazem parte dos órgãos de gestão das empresas.

Face à nova realidade económica havia que proporcionar aos *stakeholders* informação financeira que permitisse uma adequada análise do conjunto de empresas integrantes do grupo económico, como se de uma empresa única se tratasse, eliminando-se riscos de tomada de decisões com base em informação financeira “adulterada”, ou que não representasse fidedignamente a realidade económica desses grupos económicos. Preparar a informação financeira desse conjunto de entidades como se de uma única se tratasse corresponde ao objetivo do processo de consolidação das demonstrações financeiras.

As tarefas de consolidação de contas visam agregar toda a informação financeira das empresas (entidades) pertencentes a um mesmo grupo económico como se os ativos, passivos e operações pertencessem em exclusivo à empresa-mãe (Svensson, 2008, p. 3).

Como refere Carvalho (2011), a informação prestada pelas contas consolidadas é definida internacionalmente como a informação mais fiável de um grupo empresarial, tendo como principal objetivo dar a conhecer a todos os interessados informação financeira que permita sustentar a tomada de decisões.

Como salienta uma das *Big Four*, a Ernst & Young, as contas consolidadas têm como objetivo principal “(...) *to present, primarily for the benefit of the owners and creditors of the parent, the results of operations and the financial position of a parent and all its subsidiaries as if the consolidated group were a single economic entity. There is a presumption that consolidated financial statements are more meaningful than separate financial statements and that they are usually necessary for a fair presentation when one of the entities in the consolidated group directly or indirectly has a controlling financial interest in the other entities.*” (Ernst & Young LLP, 2015, p. 1).



Elliot e Elliot (2011, p. 570) atribuem às demonstrações financeiras consolidadas vários objetivos, nomeadamente:

- a) Evitar a análise de informação individual potencialmente influenciada por transações entre empresas do mesmo grupo;
- b) Fornecer com maior rigor informações sobre a performance da gestão. Por exemplo, as contas consolidadas fornecem informação da totalidade dos rendimentos obtidos pelo grupo, dando a assim a possibilidade de relacionar esses dados com a totalidade do capital investido.

## **1.2 As limitações da informação financeira consolidada**

Pese o rol de vantagens antes identificadas, a informação financeira consolidada comporta também algumas limitações que convém ter em consideração aquando da sua leitura. Deverão existir algumas cautelas quando se analisam demonstrações financeiras consolidadas no âmbito de um grupo económico. Christensen, et al. (2014, p. 102) identificam cinco grandes limitações das contas consolidadas:

1. Como demonstrações financeiras consolidadas agregam a informação de todas as entidades subsidiárias, a fraca performance de uma entidade pertencente ao perímetro de consolidação pode ser ofuscada pela melhor performance de outra(s) entidade(s). Contudo, esta limitação poderá ser mitigada pela divulgação, ainda que resumida, da informação individual no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.
2. Relacionado com o problema identificado anteriormente, e porque a informação acaba por ser uma reunião de realidades que poderão ser divergentes, os rácios obtidos a partir da informação financeira consolidada não são representativos de nenhuma entidade do perímetro de consolidação.
3. A informação financeira consolidada, em particular a demonstração dos resultados, não fornece aos detentores das participações sociais a correta informação dos lucros que se encontram disponíveis para distribuição imediata<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Além dos autores referenciados, esta limitação é também apontada por Elliot e Elliot (2011, p. 720)

4. Falta de uniformidade e comparabilidade entre grupos económicos, pois cada grupo económico é composto por diferentes realidades económicas, por exemplo, diferentes tipos de produtos/serviços e mercados.
5. A falta de informação individual detalhada sobre as entidades que compõem o perímetro de consolidação.

### **1.3 As teorias subjacentes à consolidação de contas**

Num primeiro momento, poder-se-ia considerar que as diversas fases pelas quais passa a preparação de contas consolidadas seriam um método em si e que, seguindo o elenco de etapas que é proposto pelas normas contabilísticas, não deveriam existir desvios relevantes no trabalho a desenvolver.

Com efeito e tal como refere Ramírez (2014, p. 5), as contas consolidadas de um grupo de entidades (ou empresas) visam apresentar a performance e a situação patrimonial de um grupo como se os ativos e passivos pertencessem a uma mesma entidade.

Contudo, se é verdade que quando o grupo não tem a presença de outros sócios / acionistas, chamados de minoritários, não existirão problemas no que se refere às tarefas de eliminação de transações intragrupo, nem haverá que observar cálculos de posições minoritárias ou os relacionados com os efeitos provocados pelas alterações ao nível do controlo das subsidiárias.

O mesmo já não se verifica quando o grupo é composto por uma amálgama de participantes, detentoras de pequenas parcelas de capital que não lhes conferem qualquer controlo sob as entidades em que participam (interesses minoritários ou interesses que não controlam).

Deste modo, o processo de preparação de contas consolidadas não se limitará à mera adição das diferentes rubricas das demonstrações financeiras de cada uma das entidades que integram o perímetro de consolidação para depois se proceder à posterior eliminação das transações intragrupo, outrossim, terá de ser levado em linha de consideração, precisamente, o efeito da existência dos outros participantes no capital social das entidades que integram o grupo económico.

Pelo que, não será obtido o mesmo grau de informação, caso não existam mecanismos que permitam eliminar as situações, diga-se, extremas, como aquela que se ilustra no exemplo seguinte.

A título exemplificativo (Nicoleta, 2012), analisem-se duas empresas, M e F, em que esta possui um ativo fixo tangível de Euros 1.000.000. Considere-se que a M detém uma participação na F de 30%.

Da soma dos valores dos ativos fixos tangíveis de ambas entidades, obtém-se um valor agregado de Euros 1.000.000. Contudo, verifica-se que a M possui uma posição não dominante no capital social da F (menos de 50%), pelo que se pergunta se é legítimo que aquele valor surja pela sua totalidade nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com efeito, não se afigura legítimo que a sociedade M divulgue nas suas demonstrações financeiras a plenitude de um ativo sobre o qual não possui o controlo.

Como refere Rodrigues (2003, p. 130), a utilização dos diferentes métodos de consolidação existentes deve ser aplicada em função da natureza e extensão da relação de controlo da empresa mãe com as suas participadas.

As diferentes perspetivas, como referem Naia e Silva (2003, p. 2), visam responder às questões:

*“(...) Se devem ou não reflectir-se nas demonstrações financeiras consolidadas os interesses minoritários. Em caso afirmativo, em que rubricas e quais os montantes correspondentes;*

*- como devem ser tratadas as relações entre as empresas, nomeadamente, as contas activas e passivas, as transacções e os resultados das mesmas realizados pelas empresas mas não realizados pelo grupo. Sendo de eliminar, por que montantes (..) ?”.*

Rodrigues (2003, p. 61) seguindo a classificação dada pelos autores Baxter e Spinney (1975), identifica quatro teorias, as quais se encontram na base dos métodos de consolidação que irão ser abordados no presente trabalho. Consoante a teoria de base utilizada em função dos destinatários, a informação financeira apresentada será necessariamente diferente, porquanto, à luz dessas teorias, os objetivos a alcançar com a informação financeira (nomeadamente quanto aos destinatários da informação) consolidada serão também distintos. As teorias identificadas são as seguintes:

- a) Teoria do proprietário (“*Property Theory*”);
- b) Teoria da empresa-mãe ou financeira (“*Parent Company Theory*”);
- c) Teoria da entidade (“*Entity Theory*”);
- d) Teoria financeira mista ou extensão da sociedade-mãe (“*Parent Company Extension Concept*”).

Abir (2018, p. 20) refere que a escolha da teoria de base para a consolidação de contas pode provocar impactos consideráveis na informação financeira, nos casos em que a posse da subsidiária seja inferior a 100%.

### **1.3.1 Teoria do proprietário**

De acordo com a teoria do proprietário (“*Property Theory*”), os sócios / acionistas principais da sociedade que encabeça o grupo são o centro de todas as atenções, sendo o objetivo das demonstrações financeiras mostrar aos seus proprietários a evolução e a posição do seu património, donde “ (...) nas contas consolidadas, apenas devem figurar elementos do património do proprietário [ou seja, apenas património que faça parte do grupo] (...)” (Rodrigues, 2003, p. 62).

Seguindo esta visão conceptual, a sociedade-mãe é vista como uma extensão dos seus proprietários, pelo que os elementos patrimoniais são analisados como se reportassem à esfera dos seus proprietários (Nistor, 2015, p. 2).

Desta visão resulta que a preparação das contas consolidadas tem na sua base a proporção da participação dos proprietários na sociedade-mãe e desta nas suas participadas, não sendo assim reconhecidos quaisquer interesses que não controlam, pois são integrados os ativos, passivos e resultados equivalentes à proporção da respetiva participação financeira que os seus proprietários detêm sobre cada uma das entidades do grupo (excluem-se assim as participações minoritárias que não possuem qualquer controlo sobre o grupo).

Como refere Ramírez (2014, p. 92), os interesses dos participantes minoritários não são relevantes na produção da informação financeira, pelo que os ativos e passivos respeitam exatamente à proporção das participações financeiras detidas pela sociedade mãe nas suas entidades subsidiárias.

Segundo o mesmo autor, na preparação da informação consolidada, a participação da empresa-mãe na(s) sua(s) subsidiária(s) será substituída pelos ativos, passivos e resultados desta última, na exata proporção da participação existente.

Associado a esta teoria surge o método de consolidação proporcional que, segundo Rodrigues (2003, p. 63), se encontra em desuso e inadequado porquanto os ativos e passivos são passíveis de ser utilizados e controlados como um todo e não meramente em função da respetiva participação que uma entidade tem sobre a outra, pois os benefícios económicos fluem para a entidade em resultado da utilização dos recursos como um todo e não em função de uma porção desses recursos.

### **1.3.2 Teoria da empresa-mãe ou financeira**

Rodrigues (2003, p. 63) assume que a teoria da empresa-mãe ou financeira ("*Parent Company Theory*"), embora com algumas diferenças, se aproxima da teoria do proprietário, pois o princípio base mantém-se, ou seja, de que a atenção deve ser dada aos proprietários principais, relegando-se para segundo plano os interesses dos eventuais participantes minoritários.

Segundo a mesma autora, esta teoria vem aperfeiçoar a teoria do proprietário, pois embora o foco seja o proprietário de referência, tenta-se colmatar as dificuldades da teoria anteriormente mencionada. De acordo com esta teoria, os ativos e passivos são evidenciados na totalidade, pelo facto de existir controlo sobre a totalidade dos mesmos e não meramente sobre uma parte daqueles elementos patrimoniais.

Sobre a mesma, Ramírez (2014, p. 92) salienta que as contas consolidadas são preparadas em atenção aos objetivos dos participantes que controlam o grupo ignorando-se os participantes minoritários, os quais são considerados como *quasi* credores.

De acordo com esta teoria, os interesses que não controlam são evidenciados separadamente nos capitais próprios, sendo igualmente os resultados segregados da respetiva porção que são atribuíveis àqueles interesses. Por sua vez, o valor da participação financeira pelo qual a(s) subsidiária(s) se encontra registada na sociedade mãe é substituída pelos ativos e passivos daquela(s) subsidiária(s).

Refere Rodrigues (2003, p. 64) que "(...) Nesta concepção, os detentores do capital do grupo são apenas os proprietários da sociedade-mãe, e o capital próprio consolidado corresponde, assim, ao valor contabilístico das participações desses accionistas (sócios), sendo os accionistas minoritários quase-credores da sociedade-mãe (...)", significando com isto que o valor correspondente aos interesses que não controlam são evidenciados extra capital próprio, ou seja, no passivo (Fernandes, 2009, p. 38).

### **1.3.3 Teoria da entidade**

A teoria da entidade ou económica ("*Entity Theory*"), oposta aos princípios defendidos pelas teorias anteriores, considera a entidade isoladamente dos seus proprietários, assumindo-a como uma entidade económica singular (Nistor, 2015, p. 2), sendo a informação financeira consolidada destinada quer aos participantes majoritários como aos minoritários, sem que exista uma preferência por uns ou outros.

Rodrigues (2003, p. 64) defende, no âmbito do preconizado por esta teoria, que a informação financeira consolidada respeita a uma entidade económica única independentemente da propriedade que cada um dos participantes detenha nesse grupo, isto é, não tem em atenção os aspetos da propriedade legalmente atribuída a cada um dos proprietários, mas antes, à substância económica dessa entidade. Nesse sentido, não existe “lugar à diferenciação no tratamento dos interesses minoritários e majoritários”, sendo os participantes no capital (sejam minoritários ou majoritários) evidenciados no capital próprio (contrariamente ao preconizado pela teoria da empresa-mãe).

Nistor (2015, p. 3) refere que, no âmbito desta teoria, todos os ativos, passivos, rendimentos e gastos de uma subsidiária da entidade consolidante são incluídos na sua totalidade nas contas consolidadas sem ter em consideração os diferentes tipos de participação (majoritárias ou minoritárias).

No que respeita às entidades que devem integrar o perímetro de consolidação, Rodrigues (2003, p. 66) defende que deverão fazer parte do perímetro de consolidação todas as entidades sobre as quais a entidade-mãe tem capacidade de exercer não só o controlo, mas também de influência significativa.

Esta teoria confere, assim, substância aos métodos da consolidação proporcional, integral e de equivalência patrimonial, que serão estudados mais adiante.

Rodrigues (2003, p. 66) critica o facto desta teoria ser colocada de lado muitas vezes, dando como exemplo o facto de não ser obrigatório a integração de entidades que sejam controlados por outros meios, diferentes da posse do capital.

### **1.3.4 Teoria financeira mista**

Embora seja defendido que a teoria financeira mista ("*Parent Company Extension Concept*") não seja em si uma teoria, Rodrigues (2003, p. 68) defende ser esta “(...) uma

posição intermédia entre as ópticas da empresa-mãe e da entidade (...)”, representando uma “(...) visão prática de elaboração das contas consolidadas(...)”.

Segundo esta teoria, o público-alvo das demonstrações financeiras consolidadas é similar ao preconizado pela teoria financeira, ou seja, os sócios da empresa-mãe. Contudo, a definição de grupo acolhida na teoria financeira mista é semelhante à que se encontra subjacente à teoria da entidade, com destaque para uma diferença: os interesses minoritários são distinguidos dos maioritários, sendo aqueles interesses evidenciados numa rubrica intermédia entre os capitais próprios e o passivo.

Rodrigues (2003, p. 69) considera ser uma das grandes limitações desta teoria o facto de considerar apenas os grupos verticais<sup>4</sup>, colocando de lado situações de controlo de facto quando não existem relações de participações diretas ou indiretas.

Segundo esta teoria o valor contabilístico da subsidiária é considerado na sua plenitude nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo repartido entre os sócios maioritários e os minoritários, enquanto que as diferenças de consolidação (justos valores e *Goodwill*) são apenas consideradas na percentagem de participação da entidade-mãe na subsidiária. Também os gastos e rendimentos são agregados na totalidade na demonstração dos resultados consolidada, contudo o resultado pertencente aos interesses que não controlam será deduzido com vista à obtenção do resultado consolidado do grupo.

#### **1.4 O regime legal da consolidação de contas em Portugal**

O regime jurídico-contabilístico vigente, que decorre do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), introduzido pelo Decreto-Lei (DL) n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado e republicado pelo DL n.º 98/2015, de 02 de junho, contempla *ab initio*, como princípio basilar, que todos os grupos deverão produzir contas consolidadas. Para o efeito, uma das primeiras e óbvias premissas é a de que terá de existir um grupo económico formado por empresas (ou entidades, em sentido mais lato), sendo que para existir grupo

---

<sup>4</sup> Considera-se como grupo vertical um conjunto de entidades encabeçado por uma sociedade-mãe (dominante) e as restantes sociedades dependentes. Em contraponto existem os grupos horizontais (ou paritários) os quais “ (...) são constituídos por empresas não vinculadas como dependentes por relações de domínio, mas que têm uma direcção única, por os seus órgãos sociais serem compostos maioritariamente pelas mesmas pessoas ou por força de um contrato ou de cláusulas estatutárias (...)” (Rodrigues, 2003, p. 23).

será suficiente a existência de, pelo menos, duas entidades em que uma delas detenha o controlo sobre a outra.

O conceito de grupo sob o ponto de vista jurídico é bem mais restrito do que o conceito em termos económicos. Rodrigues (2003, p. 28) refere que o conceito de grupo no ordenamento jurídico português que se encontra plasmado no Código das Sociedades Comerciais (CSC) é limitado “(...) dado que só integra quatro tipos de relação de coligação inter-societárias a que correspondem outras tantas realidades jurídicas (...)”, a saber<sup>5</sup>:

- As sociedades em relação de simples participação;
- As sociedades em relação de participações recíprocas;
- As sociedades em relação de domínio;
- As sociedades em relação de grupo.

De acordo com Antunes (2003, p. 275) existe uma relação de simples participação quando uma sociedade detém uma participação no capital social de outra de pelo menos 10% (cfr. artigo 483.º n.º 1 do CSC). Verifica-se uma relação de participações recíprocas quando entre duas sociedades “(...) cada uma delas detenha na outra uma participação de montante igual ou superior a 10% do respetivo capital social (...)” (cfr. artigo 485.º n.º 1 do CSC). A relação de domínio é presumida quando uma sociedade é proprietária de mais de 50% do capital social da sua participada. (cfr. artigo 486.º n.º 2, al. a)). Finalmente, as sociedades estão em relação de grupo quando uma sociedade pode exercer sobre uma outra uma influência dominante quer por via direta ou indireta (cfr. artigos 488.º, n.º1, e 489.º, n.º 1 ambos do CSC).

Em termos contabilísticos, a *International Financial Reporting Standard* (IFRS) 10 (anteriormente *International Accounting Standard* 27) e o SNC partilham o mesmo conceito de grupo, ou seja, ambos os normativos, para efeitos de consolidação, consideram como grupo a empresa-mãe e todas as suas subsidiárias. Contudo, o conceito de subsidiária nestes normativos contabilísticos é mais abrangente do que aquele que é dado no âmbito do direito comercial (CSC).

---

<sup>5</sup> Cfr. artigo 482.º do CSC.



No direito contabilístico português (cfr. artigo 2.º do DL. 158/2009) pode-se constatar isso mesmo, ou seja, que o conceito de subsidiária abrange todas as “(...) entidade[s], ainda que não constituída[s] sob a forma de sociedade[s], que [são] controlada[s] por uma outra entidade, designada por empresa- mãe, incluindo qualquer subsidiária da empresa-mãe de que essa empresa depende em última instância (...)”.

De acordo com a PriceWaterhouseCoopers LLP (2015, p. 24007), na sua análise à IFRS 10, subsidiária é uma entidade que é controlada por outra.

#### **1.4.1 Formas de controlo**

Como se referiu anteriormente, a existência (ou não) de controlo de uma entidade sobre a outra é determinante, não só para se perceber se existe ou não obrigatoriedade de se proceder à elaboração de contas consolidadas, mas também, por um lado, para se determinar qual ou quais as entidades a integrar o perímetro de consolidação e, por outro lado, para se definir qual o método de consolidação apropriado.

Segundo Lopes e Trabucho (2010, p. 47), a obrigatoriedade de produzir contas consolidadas reside essencialmente na existência de controlo. Sendo claro que o controlo de uma entidade sobre a outra deve ser entendido sob um ponto de vista mais lato do que aquele que resulta meramente da percentagem (numa ótica puramente legal/patrimonial) de participação de uma empresa-mãe na(s) sua(s) sociedade(s) participada(s).

Do anteriormente exposto verifica-se que está subjacente à obrigatoriedade de produzir contas consolidadas a existência de controlo da entidade que reporta, ou empresa-mãe, sobre a(s) sua(s) subsidiária(s). A inexistência de pelo menos uma sociedade controlada por outra, determina de *per se* a dispensa de produzir contas consolidadas.

Poder-se-ia concluir, erradamente, que a decisão quanto à delimitação das empresas a integrar o perímetro de consolidação se ligaria exclusivamente a critérios quantitativos, como seja, a parcela correspondente aos direitos de voto da sociedade-mãe na respetiva participada sendo, todavia na realidade, esses critérios bem mais amplos e abrangentes do que aquele, como se poderá concluir.

Como afirma a PricewaterhouseCoopers LLP (2015, p. 226), existe controlo de uma empresa-mãe quando esta tem a capacidade de decidir, independentemente da vontade de terceiros, sobre as questões financeiras e/ou operativas de uma determinada entidade.

Também Rodrigues (2003, p. 2) refere que “o controlo de uma sociedade sobre uma outra pode ser garantido pela posse de uma participação de capital que, isoladamente ou em conjugação com outros meios previstos na lei, nomeadamente de natureza contratual, assegure à (...) sociedade-mãe um verdadeiro controlo (de direito ou de facto) sobre os recursos e as operações de uma outra empresa (filial) ”.

No §4 da NCRF 15, controlo é definido como o “(...) poder de uma empresa decidir sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade (...) a fim de obter benefícios para si (...)”.

Ao nível internacional Ernst & Young LLP (2016, p. 348) defende que o controlo de uma entidade sobre outra(s) não se pode basear apenas no critério da percentagem de participação (critério legal); assim, e tendo por base a IFRS 10 (§6), para que exista controlo, devem estar reunidos três requisitos essenciais:

- a) o poder sobre a participada, que existe quando o investidor tem suficientes poderes de voto que confirmam o poder de dirigir as atividades relevantes da participada;
- b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis em resultado do relacionamento com a participada, o que se considera existir quando os resultados do investidor podem ser potencialmente influenciados (positivamente e/ou negativamente) em resultado da performance da participada;
- c) a capacidade de usar o poder sobre a participada para influenciar os retornos para a investidora.

Veja-se a título meramente exemplificativo o reportado pela sociedade de capitais abertos EDP Renováveis, no seu relatório e contas de 2015 (elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade), sobre o tema: “(...) Presume-se a existência de controlo quando o Grupo está exposto, ou tem o direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios (...)”.

Como menciona Rodrigues (2003, p. 84), o conceito de controlo é “o coração das relações do grupo, devendo (...) ser entendido em toda a sua amplitude”, privilegiando-se a substância económica (controlo de facto) em detrimento dos conceitos puramente legalistas, i.e. a visão meramente patrimonial.

A NCRF 13, §4, identifica três tipos possíveis de controlo, a saber:

- a) Controlo (comummente denominado de exclusivo);
- b) Influência significativa;
- c) Controlo conjunto.

#### **1.4.1.1 Controlo**

Segundo Rodrigues (2003, p. 84) controlo (exclusivo) resulta do facto da entidade mãe deter uma percentagem de votos (não de mera percentagem de participação<sup>6</sup>) superior a 50%, ou qualquer outra forma que evidencie que o controlo é efetivo.

O atual normativo contabilístico português (SNC), como se viu anteriormente, não se afasta dessa definição. O §4 da NCRF 15 vem estabelecer que, ainda que a empresa-mãe não possua mais de metade dos direitos de voto, o controlo poderá advir de uma, ou mais situações a seguir descritas:

- “a) Poder sobre mais de metade dos direitos de voto da outra entidade em virtude de um acordo com outros investidores; ou*
- b) Poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da outra entidade segundo uma cláusula estatutária ou um acordo; ou*
- c) Poder para nomear ou demitir a maioria dos membros do órgão de gestão da outra entidade; ou*
- d) Poder de agrupar a maioria de votos nas reuniões do órgão de gestão da outra entidade.”*

De acordo com a PriceWaterhouseCoopers LLP (2010, p. 24009), haverá que analisar os indícios abaixo indicados de forma a poder determinar se uma determinada empresa-mãe exerce de facto controlo sobre a(s) sua(s) subsidiária(s):

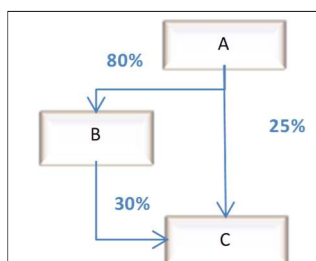
- i. Se pode tomar decisões sobre a política de distribuição de dividendos;
- ii. Se pode decidir sobre a política de (re)investimento da(s) subsidiária(s);
- iii. A quem cabe a aprovação do plano de negócios e o plano estratégico da subsidiária;

---

<sup>6</sup> Rodrigues (2003, p. 80) encontra em Silva e Pereira (1994, p. 421) a definição de percentagem de participação como a “resultante da detenção de capital (fracção de capital ou quota parte do património)” e como percentagem de controlo aquela que “deriva dos direitos de voto”.

- iv. Se a empresa-mãe tem o poder de aprovar a realização de investimentos, de obter financiamentos, ou se, em última análise, tem o poder para dissolver e cancelar a atividade da sua subsidiária.

Note-se também que o controlo não terá de ser exercido necessariamente de forma direta, podendo advir de uma interposta entidade. A título exemplificativo atente-se para o seguinte grupo em que A participa na B em 80% e C em 25%, e que a B participa igualmente na empresa C em 30%, conforme organograma da figura 1.



**Figura 1: Organograma exemplificativo de participações**

Fonte: Extraído de PriceWaterhouseCoopers LLP, 2010, p. 24061.

À partida poderia parecer que A não controla C e, por isso, seria uma entidade considerada associada (porque a participação detida – direta e indiretamente de A em C seria de apenas 49%<sup>7</sup>). Contudo, uma vez que A detém o controlo sobre B (participação superior a 50%), logo A controla também a parcela de 30% de C (e não de 24%). Assim, A ao controlar diretamente uma participação de 25%, assumindo que aquelas participações atribuem iguais direitos de voto, C é também controlada por A, porque esta detém, por via direta e indireta, o controlo de mais de 50% sobre C (30% por via de B, mais 25% resultantes da participação direta de A em C).

Note-se que a parcela a ter em consideração para efeitos do cálculo dos interesses que não controlam será sempre a percentagem correspondente à propriedade jurídica, ou seja, os 51%<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup>  $49\% = 25\% + 80\% \times 30\%$

<sup>8</sup>  $51\% = [100\% - (80\% \times 30\% + 25\%)]$

#### **1.4.1.2 Influência significativa**

De acordo com Rodrigues (2003, p. 84), este tipo de controlo confere à sociedade mãe algum poder sobre a sua participada, mas não na sua plenitude. Macedo et al. (2013, p. 111) referem que a influência significativa atribui à entidade participante uma mera capacidade de influenciar a gestão da sua participada, sem, contudo, poder decidir autonomamente sobre essas mesmas políticas.

A NCRF 13, §4, considera como influência significativa “(...) o poder de participar nas decisões das políticas financeira e operacional da investida ou de uma actividade económica mas que não é controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. A influência significativa pode ser obtida por posse de acções, estatuto ou acordo.”

De acordo com a mesma norma (§19), presume-se que uma empresa exerce influência significativa sobre outra (de forma direta ou indireta) quando aquela detenha pelo menos 20% dos direitos de voto, podendo, contudo, esta presunção ser ilidida se devidamente comprovado. Ernst & Young LLP (2016, p. 715) indica como exemplos de inexistência de influência significativa (ainda que os direitos de voto sejam superiores a 20%), os casos em que por via contratual os direitos não são exercícios, ou casos em que o controlo da participada seja assumido por entidades governamentais, reguladores ou por tribunais.

De igual forma, de acordo com aquele §19, não será necessariamente verdade que uma entidade participante ao deter menos de 20% dos direitos de voto (situação em que se presume a inexistência de influência significativa) não possa de facto exercer influência significativa sobre a participada, devendo igualmente ser ilidida essa presunção.

A NCRF 13, §20, vem elencar de forma exemplificativa casos em que a investidora poderá exercer a tal influência sem que, contudo, existam direitos de voto iguais ou superiores a 20%.

Embora da leitura do Decreto-Lei que aprovou o SNC não decorra expressamente que a entidade na qual é exercida influência significativa é passível de integrar o perímetro de consolidação, surge da leitura da NCRF 13, que as entidades associadas ao integrarem as contas individuais pelo MEP, fazem também parte das contas consolidadas quando a empresa-mãe esteja obrigada a produzi-las (Lopes, 2010).

#### **1.4.1.3 Controlo conjunto**

Existem também situações em que a empresa-mãe controla em conjunto com outras parceiras, outras entidades (e.g. consórcios, Agrupamentos Complementares de Empresas) sem que tenha o controlo pleno dessa mesma entidade (ou realidade).

Nestes casos (empreendimentos conjuntos) prescreve o §30 da NCRF 13, que a mensuração em contas consolidadas<sup>9</sup> deve ser efetuada pelo método de consolidação proporcional: “Quando o empreendedor estiver sujeito à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, deverá reconhecer nestas demonstrações o seu interesse numa entidade conjuntamente controlada usando o método [de consolidação proporcional]”.

#### **1.4.2 Obrigatoriedade de elaborar contas consolidadas**

Com a publicação do SNC, as normas de consolidação que se encontravam em vigor foram revogadas, passando este diploma a definir as condições que obrigam à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, bem como as condições para a sua dispensa.

Quanto à obrigação de consolidar, de acordo com o artigo 6º do DL n.º 98/2015, qualquer empresa-mãe sujeita ao direito nacional é obrigada a elaborar demonstrações financeiras consolidadas do grupo constituído por si mesma e por todas as suas subsidiárias nas condições aí previstas.

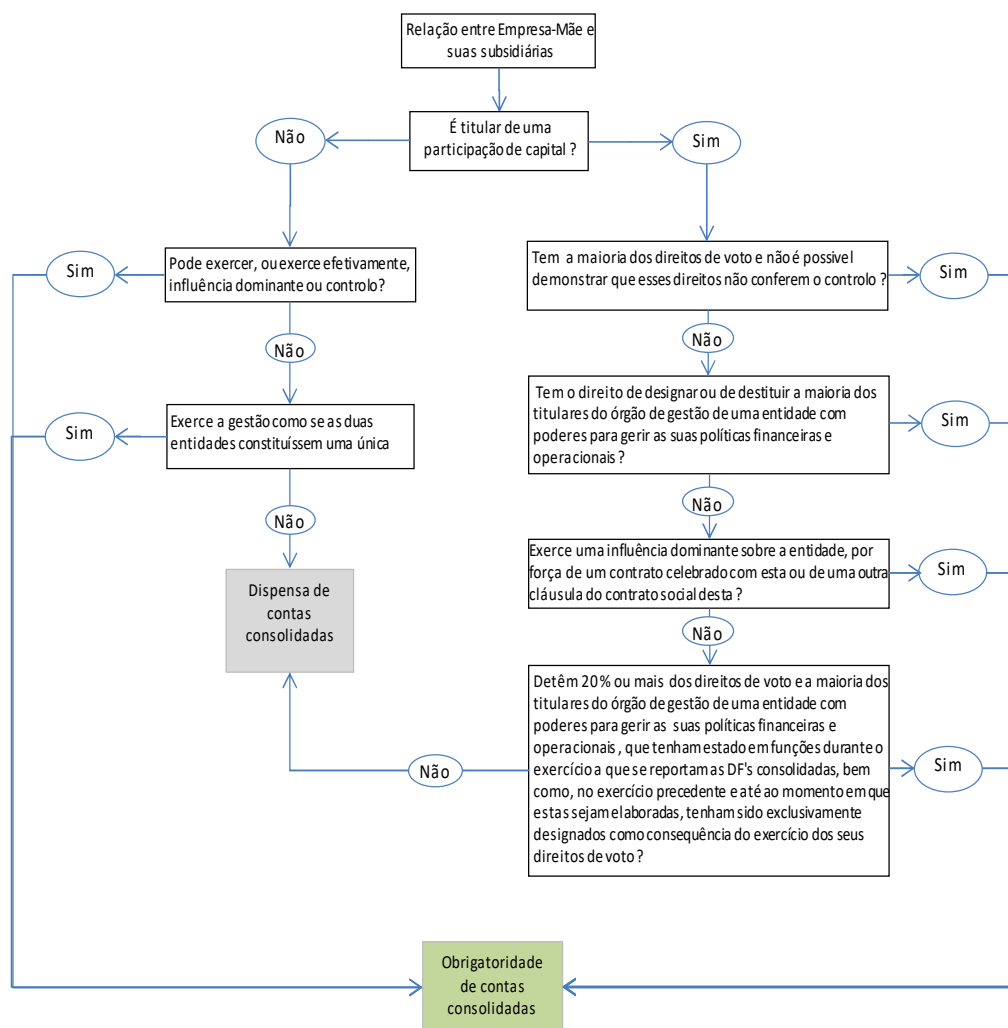
Contudo, aquele diploma prevê regimes de dispensa baseados em parâmetros quantitativos e qualitativos, visando com estes critérios evitar custos de contexto demasiado onerosos para grupos onde esta informação não se considera materialmente relevante, ou cuja produção de tornaria demasiado onerosa tendo em conta os potenciais benefícios<sup>10</sup>.

A atual redação do normativo contabilístico português, mormente do artigo 6.º já referido, acaba por vir definir o que considera por controlo, quando estabelece a obrigatoriedade de proceder à consolidação de contas se alguns dos factos enunciados na Figura 1 se mostrarem verificados.

---

<sup>9</sup> Enquanto que nas contas individuais, a mensuração é feita de acordo com regime do método da equivalência patrimonial.

<sup>10</sup> De acordo com o preâmbulo do DL n.º 98/2015, um dos objetivos das alterações introduzidas no SNC foi a diminuição dos custos administrativos das pequenas e médias empresas.



**Figura 2: Árvore de decisão**

Fonte: Elaboração própria

Contudo, e ainda que alguns dos factos identificados anteriormente se mostrem verificados, na senda do princípio orientador (redução de custos de contexto ou simplificação de procedimentos) do citado diploma legislativo, encontram-se previstas algumas exceções ao regime regra.

#### 1.4.2.1 Dispensa com base em critérios quantitativos

De acordo com o n.º 1 do artigo 7º, conjugado com o artigo 9.º-B, do DL n.º 98/2015, uma empresa-mãe fica dispensada de elaborar contas consolidadas quando, em termos consolidados, se verificar na data de balanço da empresa-mãe que dois dos três limites a seguir indicados sejam ultrapassados:

- a) Total do balanço: Euros 6.000.000;
- b) Volume de negócios líquido: Euros 12.000.000;
- c) Número médio de empregados durante o período: 50.

Uma vez que os valores indicados obrigam a que se proceda à realização de parte do processo de consolidação de contas, obrigando a empresa a incorrer em custos e despende tempo meramente para ser testada a dispensa da apresentação de contas consolidadas, encontram-se previstos limites que desobrigam da produção de informação financeira consolidada, bastando-se ter disponível os valores agregados das empresas que fazem parte do perímetro de consolidação.

Deste modo, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 9.º-B do DL n.º 98/2015, os limites anteriormente indicados são majorados em 20%, passando aqueles para os seguintes montantes:

- a) Total do balanço: Euros 7.200.000;
- b) Volume de negócios líquido: Euros 14.400.000;
- c) Número médio de empregados durante o período: 60.

Reitere-se que estes limites só serão válidos se a empresa-mãe considerar valores agregados, ou seja, tal como é referido no normativo enunciado, se:

- a) *“Os valores contabilísticos das ações ou quotas das entidades incluídas na consolidação não forem compensados pela fração que representam do capital e reservas dessas entidades; e*
- b) *Se não forem eliminados das demonstrações financeiras consolidadas as dívidas e os créditos entre as entidades, os gastos e rendimentos relativos às operações efetuadas entre entidades e os resultados de operações efetuadas entre entidades, quando incluídos na quantia escriturada do ativo.”*

Haverá ainda que considerar qual o período que deve transcorrer para que uma determinada empresa-mãe passe a estar obrigada a produzir contas consolidadas.

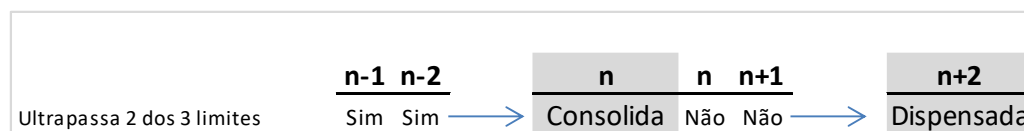
Conjugando o n.º 3 do artigo 9.º - B com as disposições previstas no artigo 9.º - A, conclui-se que:

- a) Se em dois períodos anteriores dois dos três limites previstos anteriormente forem ultrapassados, significa que a empresa-mãe não poderá aproveitar a dispensa enunciada;



- b) Se durante dois períodos consecutivos não forem alcançados dois dos três limites, então a empresa-mãe poderá aproveitar a dispensa anteriormente enunciada.

Sumariamente:



**Figura 3: Apuramento da obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas**

Fonte: Elaboração própria

Poderá subsistir a dúvida sobre qual será a correta atuação para os casos de novos grupos que não apresentem histórico suficiente para serem ponderados os limites anteriormente mencionados. Não obstante a recente alteração do SNC, introduzida pelo DL n.º 98/2015, a legislação continua a ser omissa quanto a este tema.

Em princípio, qualquer empresa-mãe, no ano da sua constituição e no ano seguinte, está obrigada a elaborar as contas consolidadas, sendo este o regime regra.

Com efeito, a OROC pronunciou-se sobre esta matéria na Circular n.º 47, de 17 de junho de 2011, defendendo que, sendo o regime regra a elaboração de contas consolidadas e que a dispensa por via da não observância dos limites indicados só aproveita as empresas com dois exercícios de atividade, as empresas-mãe naquelas condições só poderão aproveitar da eventual dispensa no terceiro exercício subsequente (inclusive).

#### **1.4.2.2 Dispensa por via de outros critérios**

Não obstante os critérios supra expostos, o SNC prevê ainda mais algumas exceções ao regime regra. Uma primeira exceção encontra-se relacionada com o facto da empresa-mãe sediada em território nacional poder ser considerada como subsidiária de outra empresa com sede em outra jurisdição da União Europeia e, uma segunda exceção, que se encontra conexas com critérios de simplificação administrativa e de redução de custos de contexto.

1.4.2.2.1 Empresa-Mãe de um Estado Membro da União Europeia

O n.º 3 do artigo 7º do DL n.º 158/2009 dispensa “(...) da obrigação de elaborar contas consolidadas qualquer empresa-mãe (...)”, contudo será necessário observar algumas condições taxativas.

Quando essa empresa-mãe seja também considerada uma subsidiária<sup>11</sup> de uma outra empresa-mãe que se encontre subordinada à legislação de um Estado Membro (EM) da União Europeia, a dispensa poderá ser aproveitada desde que:

- a) Que esta empresa-mãe sediada noutro EM detenha 100% do capital social da entidade dispensada; ou
- b) Não detendo a totalidade do capital social, que a parcela remanescente seja detida por membros da administração, direção, de gerência ou de fiscalização em virtude de uma obrigação legal ou estipulada no contrato de sociedade; ou
- c) Que a empresa-mãe do outro EM detenha pelo menos 90% do capital social da entidade dispensada da obrigação de produção de contas consolidadas desde que, os restantes titulares do capital não tenham solicitado a elaboração de contas consolidadas;
- d) Contudo, nenhuma das entidades que integra o perímetro de consolidação pode ter os seus valores mobiliários admitidos (ou em vias de sere admitidos) à negociação num mercado regulamentado de um qualquer EM da União Europeia.

Existem ainda alguns requisitos adicionais para que o direito a essa dispensa possa ser exercido. O n.º 4 do artigo 7º exige que, cumulativamente, se observe o seguinte:

- a) Que a entidade dispensada e as suas subsidiárias façam parte do perímetro de consolidação do conjunto mais vasto de entidades que tenham como empresa – mãe a entidade que se encontra localizada no outro EM da União Europeia;
- b) Que o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas desta empresa-mãe sediada no outro EM, sejam alvo de certificação legal das contas; e,

---

<sup>11</sup> Incluindo-se também entidades de interesse público, exceto se estas forem emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado (cfr. alínea a) do n.º 2, do DL n.º 225/2008 de 20/11).

- c) Que o relatório de gestão consolidado, as demonstrações financeiras consolidadas e o documento respeitante à certificação legal das contas sejam publicitados em língua portuguesa pela entidade dispensada.

#### 1.4.2.2.2 Simplificação administrativa

Finalmente, encontram-se ainda previstas outras exceções à regra geral que traduzem a tentativa do legislador em alcançar um dos desideratos da alteração de 2015 do atual normativo contabilístico (a simplificação e redução dos custos de contexto).

Deste modo, encontram-se ainda dispensadas de elaborar contas consolidadas:

- a) “A empresa-mãe, (...), que apenas possua subsidiárias que não sejam materialmente relevantes para que as demonstrações financeiras reflitam verdadeira e apropriadamente a posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa do conjunto das entidades compreendidas na consolidação, tanto individualmente quanto no seu conjunto (...)” (cfr. alínea a), do n.º 6 do artigo 7.º);

Sobre esta dispensa, parece-nos existir alguma margem de discricionariedade dada a subjetividade que é conferida pelo texto da lei (Macedo, et al., 2013, p. 113). Com efeito não se encontram critérios objetivos que delimitem os conceitos de materialidade e de relevância, devendo imperar nesta questão alguma margem de bom senso.

- b) “A empresa-mãe (..) em que todas as suas subsidiárias possam ser excluídas da consolidação por força do artigo 8.º”

Importa referir que o artigo 8.º do DL n.º 98/2015 possibilita que, no âmbito do processo de consolidação, se aplique um conjunto de exclusões às entidades subsidiárias.

Uma dessas exclusões refere-se a entidades que não sejam materialmente relevantes para conferir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa, do conjunto das entidades alvo de consolidação. Salienta-se que no caso dessas entidades subsidiárias poderem não ser materialmente relevantes ao nível individual haverá, contudo, que as considerar se, no seu conjunto, já se mostrarem materialmente relevantes (cfr. n.º 2 do artigo 8.º do DL 98/2015).

Além desta exclusão, encontram-se ainda previstas três possibilidades que conduzem à não consolidação de subsidiárias. Nomeadamente, quando se verificam:

- a) *“Restrições severas e duradouras prejudiquem substancialmente o exercício pela empresa-mãe dos seus direitos sobre o património ou a gestão [da entidade dispensada]”;*
- b) *“As partes de capital [da entidade dispensada] tenham sido adquiridas exclusivamente tendo em vista a sua cessão posterior, e enquanto se mantenham classificadas como detidas para venda;*
- c) *“Se trate de um caso em que as informações necessárias para elaborar as demonstrações financeiras consolidadas não podem ser obtidas sem custos desproporcionados ou sem demora injustificada”*

Ressalva-se, no entanto, que as exclusões previstas no artigo 8.º não poderão ser aplicadas quando as demonstrações financeiras consolidadas sejam preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade endossadas pela União Europeia.

Analizadas as condições em que um grupo económico é obrigado a produzir contas consolidadas, e quais as subsidiárias que deverão integrar o perímetro de consolidação, isto é, que deverão contribuir para a formação das demonstrações financeiras consolidadas haverá, pois, que elencar uma listagem dessas entidades.

#### **1.4.3 Obrigatoriedade de prestação de contas consolidadas**

O CSC, nos seus artigos 508.º-A e seguintes, vem estabelecer a obrigatoriedade dos órgãos de gestão produzirem e submeterem à aprovação dos respetivos órgãos (e.g. Assembleia Geral, órgão de fiscalização) as contas consolidadas para que estas sejam apreciadas e devidamente aprovadas.

Quanto à obrigatoriedade de elaborar contas consolidadas, o CSC remete para a legislação contabilística (SNC), sendo que, nos casos em que a sua elaboração se mostra obrigatória, o CSC estabelece uma panóplia de obrigações, nomeadamente:

- a) Elaboração e apreciação das contas consolidadas no prazo de 5 meses a contar da data de encerramento do exercício (cfr. artigo 508.º-A do CSC);
- b) O relatório de gestão consolidado deverá efetuar (cfr. artigo 508.º- C do CSC):
  - a. Exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição das empresas que integram o perímetro de consolidação;

- b. Explicação dos montantes mais relevantes que se encontram evidenciados nas contas consolidadas;
- c. Descrição dos principais riscos e incertezas;
- d. Para além do desempenho financeiro, devem ser relatados outros aspetos de natureza não financeira como sejam questões ambientais ou relacionadas com os recursos humanos;
- e. Informar sobre os acontecimentos importantes (relevantes) ocorridos depois do encerramento do exercício;
- f. O relato sobre a evolução previsível do conjunto das empresas que integram o perímetro de consolidação;
- g. A indicação do número e valor nominal do conjunto de participações da empresa-mãe, detidas por ela própria (ações ou quotas próprias), por empresas subsidiárias ou por uma pessoa agindo em nome próprio, mas por conta destas empresas;
- h. O relato dos objetivos e políticas em matéria de gestão de riscos financeiros;
- i. Quando os valores mobiliários sejam admitidos à negociação em mercado regulamentado, descrição dos principais elementos de controlo interno e de gestão de riscos do grupo relativamente ao processo de elaboração de contas consolidadas;

## 1.5 Os métodos de consolidação

Efetuada o enquadramento jurídico-legal da consolidação de contas, analisam-se de seguida os diferentes métodos de consolidação propostos pelos normativos contabilísticos, e que se relacionam com as teorias da consolidação anteriormente abordadas.

Encontram-se identificados três métodos de consolidação sendo que um deles não se poderá considerar como um verdadeiro método de consolidação. São eles:

- a) Método da Equivalência Patrimonial (“*Equity method*”);<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Segundo Rodrigues (2003, p. 106), em termos internacionais este método é conhecido por *equity method*, *on line consolidation*, sendo conhecido na terminologia francesa por *mise en equivalence*.

- b) Método da Consolidação Proporcional (“*Proportional method*”);
- c) Método de Consolidação Integral (“*Full Consolidation method*”).

### 1.5.1 Método da equivalência patrimonial

A NCRF 15, §4, estipula que de acordo com o Método da Equivalência Patrimonial (MEP) “(...) o investimento ou interesse é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor (...) nos ativos líquidos da investida (...). Os resultados do investidor (...) incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada (...)”.

Salienta-se, antes de mais, que a MEP deve ser aplicado tanto em contas individuais quando se está na presença de participações em subsidiárias, como nos investimentos em entidades consideradas como associadas em que a empresa-mãe exerce de facto influência significativa (cfr. NCRF 13), mantendo-se este método no âmbito das contas consolidadas no que respeita às participações em associadas.

De acordo com Rodrigues (2003, p. 106), o valor da participação financeira registada na empresa-mãe (ou empresa adquirente), inicialmente registado pelo método do custo (depois de isolado o valor do eventual *Goodwill* – cfr NCRF 13, §63), é substituído pelo valor dos capitais próprios da empresa associada e pelos resultados que forem gerados posteriormente.

Com efeito os ajustamentos subsequentes nos ativos líquidos (capital próprio) da participante deverão ser refletidos na participação financeira da empresa-mãe em contrapartida de rubricas específicas de resultados (“ganhos/perdas imputados de associadas”) ou, em rubricas de capitais próprios quando se está também na presença de variações ocorridas nos capitais próprios da participada (e.g. variações em reservas de justo valor ou revalorizações).

De acordo com este método os resultados da participante irão contemplar, na respetiva proporção da participação detida, os resultados obtidos pela participada. Note-se que, o normativo nacional obriga (NCRF 13, §51), de modo semelhante aos restantes métodos de consolidação, que os resultados gerados nas transações descendentes e ascendentes, ou seja, transações efetuadas entre investidora e associada, sejam eliminadas.

De igual modo, e tal como preconizado por Rodrigues (2015, p. 38), deverá existir coerência na aplicação de políticas contabilísticas entre a investidora e a associada. Assim, deverão os resultados das associadas ser ajustados de forma a contemplar a harmonização das políticas contabilísticas adotadas pela investidora.

### **1.5.2 Método da consolidação proporcional**

O Método de Consolidação Proporcional (MCP) segue a teoria do proprietário a qual, como se referiu anteriormente, tem implícita a ideia de que as contas consolidadas deverão agregar apenas a fatia dos elementos patrimoniais correspondente à participação da entidade mãe (Rodrigues, 2003, p. 100).

A aplicação do método acaba por ter uma abrangência de cariz, diga-se, algo limitada, sendo aplicável às entidades conjuntamente controladas<sup>13</sup>.

Nos termos da NCRF 13, §60, a metodologia passa por agregar às demonstrações financeiras da investidora, a parcela de cada um dos itens das demonstrações financeiras da entidade conjuntamente controlada, correspondentes à quota-parte que o empreendedor detém nesse empreendimento (Macedo, et al., 2013, p. 67).

Assim, cada item das demonstrações financeiras da entidade controlada é adicionado aos respetivos itens das demonstrações financeiras da entidade investidora, na respetiva proporção que esta última detém sobre a primeira. Em face da aplicação deste método não haverá lugar ao apuramento de interesses que não controlam.

Após a agregação de cada um daqueles itens, proceder-se-á aos ajustamentos de consolidação os quais passam por eliminar, genericamente, as transações realizadas entre as entidades envolvidas, os seguintes termos (Rodrigues, 2015, p. 109):

- a) O investimento financeiro da participante será eliminado pela quota-parte detida no capital próprio da entidade controlada;
- b) Eliminação dos saldos e transações realizadas entre as entidades integrantes do perímetro de consolidação, em princípio pela percentagem detida pela investidora, contudo, existirão exceções.

---

<sup>13</sup> As entidades conjuntamente controladas são uma das três formas de empreendimentos conjuntos.

- c) Eliminação dos resultados não realizados (e.g. mercadorias em inventário transacionadas entre as duas entidades em que uma vende com margem de lucro à outra entidade.
- d) Harmonização das políticas contabilísticas que eventualmente se mostrem divergentes entre uma e a outra entidade.

### **1.5.3 Método da consolidação integral**

O Método de Consolidação Integral (MCI) é o mecanismo utilizado por excelência na preparação de contas consolidadas, em especial nos casos em que uma entidade exerce controlo sobre a(s) sua(s) participada(s). Como refere Rodrigues (2003, p. 98), os restantes métodos (os anteriormente estudados) são meras alternativas para responder a casos especiais.

Segundo a mesma autora, as contas consolidadas são obtidas pela “(...) simples agregação de todo os elementos homónimos (...)” das demonstrações financeiras de todas as entidades integrantes do perímetro de consolidação, independentemente da percentagem de participação<sup>14</sup>.

Considerando que, nem sempre a empresa-mãe é detentora da totalidade do capital social das suas subsidiárias haverá que apurar, e evidenciar numa rubrica autonomizada do capital próprio<sup>15</sup> (cfr. teoria da entidade), o interesse/direito que aqueles investidores detêm em cada uma das entidades onde participam. De igual modo Rodrigues (2015, p. 109), a parcela dos resultados das entidades onde a empresa-mãe não participa na plenitude deverão ser segregados de forma a ser evidenciado nas contas consolidadas a componente desses mesmos resultados que são atribuíveis a essa franja de investidores que não possuem o controlo.

De modo semelhante ao verificado no MCP, os itens agregados das demonstrações financeiras deverão ser expurgados dos saldos e transações em comum (Rodrigues, 2015, p. 109).

---

<sup>14</sup> De acordo com a teoria subjacente à formatação deste método a entidade – mãe controla um conjunto de ativos e passivos e não uma parcela (equivalente à participação) desses elementos.

<sup>15</sup> Nos termos das normas contabilísticas vigentes, nomeadamente, da NCRF 15.



Em suma, os métodos indicados nas normas para o tratamento contabilístico dos diferentes investimentos financeiros onde se verifica influência significativa, controlo conjunto e controlo, são os que constam na figura 4:

<b>Tipo de participada</b>	<b>Tipo de método (SNC)</b>
Subsidiária	Integral
Associadas	Equivalência Patrimonial
Entidades Conjuntamente controladas	Proporcional
Outras	Justo valor (ou ao custo)

**Figura 4: Métodos de consolidação a utilizar consoante o tipo de participada**

Fonte: Adaptado de Rodrigues, 2015, p. 109.

## **1.6 Etapas do processo de consolidação**

Analizados os conceitos essenciais para a consolidação de contas, neste capítulo aborda-se o procedimento, que é extenso, para a preparação de contas consolidadas.

Neste âmbito, o foco são os procedimentos a desenvolver no âmbito do MCI, pois este é o verdadeiro método de consolidação, efetuando-se pontualmente breves notas sobre os aspetos a considerar no caso do MCP, não se afluando, porém, os ajustamentos decorrentes da aplicação do MEP, pois estes não integram o momento da elaboração das contas consolidadas.

A NCRF 15 no seu §13 preconiza que “(...) uma entidade combina as demonstrações financeiras da empresa-mãe e das suas subsidiárias linha-a-linha adicionando itens idênticos [das diferentes demonstrações financeiras]. A fim de que as demonstrações financeiras consolidadas apresentem a informação [...] acerca do grupo como se fosse de uma entidade económica única”.

Contudo, o processo que culmina na obtenção da informação financeira consolidada, decorre em diversas fases e, como anteriormente se referiu, não passa por simplesmente adicionar cada uma das linhas das demonstrações financeiras das entidades integrantes do perímetro de consolidação, requerendo a realização de um conjunto de tarefas encadeadas. Estas tarefas exigem muitas vezes um trabalho preparatório, assim como a organização de toda a informação que se mostre útil para os exercícios posteriores, uma vez que existem ajustamentos realizados num determinado período, cujos impactos se podem estender por vários períodos económicos (e.g. reconhecimento de ativos fixos

tangíveis pelo justo valor no momento da aquisição e o consequente efeito nas depreciações).

O brocardo “dividir para conquistar”, terá plena aplicação neste processo complexo.

A NCRF 15, §12, elenca as etapas pelo qual o processo de consolidação deverá passar:

1. Eliminação das quantias escrituradas do investimento da empresa-mãe em cada uma das subsidiárias e a correspondente parcela que consta do capital próprio da participada. Mais adiante, ir-se-á abordar o tratamento a dar às diferenças eventualmente existentes, isto porque o valor escriturado na empresa-mãe poderá ser diferente da parte do capital próprio da participada, por exemplo, nos casos em que existe *Goodwill*;
2. Identificação dos interesses que não controlam nos resultados das subsidiárias;
3. Identificação dos interesses que não controlam nos ativos líquidos das subsidiárias;
4. Eliminação dos saldos e transações realizadas entre empresas que integram o mesmo perímetro de consolidação;
5. Harmonização de políticas contabilísticas das diferentes empresas que integram o perímetro de consolidação, devendo ser realizados os necessários ajustamentos quando existem entidades com políticas diferentes das utilizadas pela empresa-mãe.

Entende-se, no entanto, que aquelas fases deverão ser segregadas e reorganizadas por ordem de aplicação prática. Macedo (2012, p. 70) vem propor o desenvolvimento das seguintes etapas no processo de preparação de consolidação de contas:

- a) Delimitação do perímetro de consolidação;
- b) Escolha dos métodos de consolidação;
- c) Recolha das demonstrações financeiras individuais das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação;
- d) No caso das demonstrações financeiras mensuradas em moeda estrangeira, proceder à conversão para a moeda de relato;
- e) Harmonização das políticas contabilísticas;

- f) Agregação das demonstrações financeiras individuais;
- g) Eliminação dos saldos e transações intragrupo;
- h) Preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Para que esse processo se encontre o mais isento possível de “ruído”, haverá um conjunto de trabalhos preparatórios a realizar, alguns ainda antes das etapas enunciadas. A totalidade das tarefas a realizar pode segmentar-se em dois grandes grupos: (i) trabalhos preparatórios e (ii) trabalhos de consolidação propriamente ditos.

### **1) Trabalhos preparatórios:**

- a) Organização dos dados que se encontram no *software* de gestão e de contabilidade, nomeadamente a preparação de um plano de contas comum a todas as empresas que façam parte do perímetro de consolidação e que permita construir, de modo o mais automatizado possível, as demonstrações financeiras e respetivas notas explicativas;
- b) Estruturação / codificação das entidades que façam parte do perímetro;
- c) Organização de um arquivo com o histórico dos acontecimentos relevantes ocorridos (e.g. entradas e saídas de empresas do perímetro);
- d) Delimitação do perímetro de consolidação e indicação das respetivas participações no capital social;
- e) Escolha do método de consolidação à luz dos normativos vigentes;
- f) Conciliação de saldos e transações entre empresas do grupo.

### **2) Trabalhos de consolidação<sup>16</sup>:**

- a) Adição linha-a-linha dos elementos das várias demonstrações financeiras de cada uma das entidades inseridas no perímetro;
- b) Realização dos ajustamentos necessários de forma que todas as demonstrações financeiras estejam apresentadas seguindo as mesmas políticas contabilísticas;
- c) Eliminação do efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial, que foi aplicado nas contas individuais;

---

<sup>16</sup> Adaptado de Lopes & Trabucho, 2010.

- d) Eliminação das participações financeiras da empresa-mãe nas subsidiárias e da respetiva parcela no capital próprio destas últimas;
- e) Tratamento contabilístico das eventuais diferenças apuradas inicialmente (e.g. *goodwill*);
- f) Cálculo dos interesses que não controlam;
- g) Anulação dos saldos e transações realizadas entre empresas que façam parte do perímetro de consolidação;
- h) Apuramento dos impostos diferidos associados às operações de consolidação (cfr. Rodrigues (2003, p. 136)).

Das tarefas enunciadas, aborda-se com mais detalhe nos subcapítulos seguintes aquelas que requerem maior estudo e atenção.

#### **1.6.1 Definição do perímetro de consolidação**

Como é mencionado por Oliveira (2015, p. 101), o perímetro de consolidação corresponde ao conjunto de todas as entidades cujas posições financeiras, demonstrações de desempenho e fluxos de caixa irão ser consolidados com a empresa-mãe.

Para ser determinado este conjunto há, primeiramente, que definir quais as entidades onde a empresa-mãe detém (ou não) controlo, controlo conjunto e influência significativa sobre as mesmas, conforme estudado em capítulos anteriores.

Rodrigues (2003, p. 120) salienta que a definição do perímetro de consolidação está estritamente dependente da existência por parte da empresa-mãe sobre as suas subsidiárias de:

- a) Controlo (exclusivo e conjunto); ou
- b) Influência significativa.

Nicoleta (2012, p. 1159) refere que o perímetro de consolidação é formado por todas as empresas que vão contribuir para a formação das demonstrações financeiras consolidadas, defendendo que o critério para definir quais são essas entidades deve atender:

- a) Por um lado, à condição de existência de controlo exclusivo por parte da empresa-mãe, sendo esta uma condição mais restrita e utilizada mais comumente nos EUA.

- b) Por outro lado, à condição, mais abrangente, de existir pelo menos a influência significativa ou controlo conjunto, situação que se observa mais tipicamente no espaço Europeu.

De facto, o processo de consolidação deve ser iniciado com a identificação de todas as entidades envolvidas de forma a poder ser identificada a empresa-mãe e todas as suas participadas que se encontram subordinadas às definições de controlo (subsidiárias), de controlo conjunto (entidades conjuntamente controladas) ou de influência significativa (associadas), a que se segue a análise de eventuais dispensas aplicáveis à empresa-mãe e das entidades que podem estar excluídas do processo.

É por esta razão que, como refere Macedo et al. (2013, p. 115), o número de entidades que faz parte do perímetro de consolidação poderá ser inferior ao número de entidades que faz parte de um determinado grupo.

Outro aspeto importante que salienta Rodrigues (2005, p. 89), é a escolha da técnica de consolidação, a qual poderá ter influência no desenho do perímetro das entidades a integrar as demonstrações financeiras consolidadas.

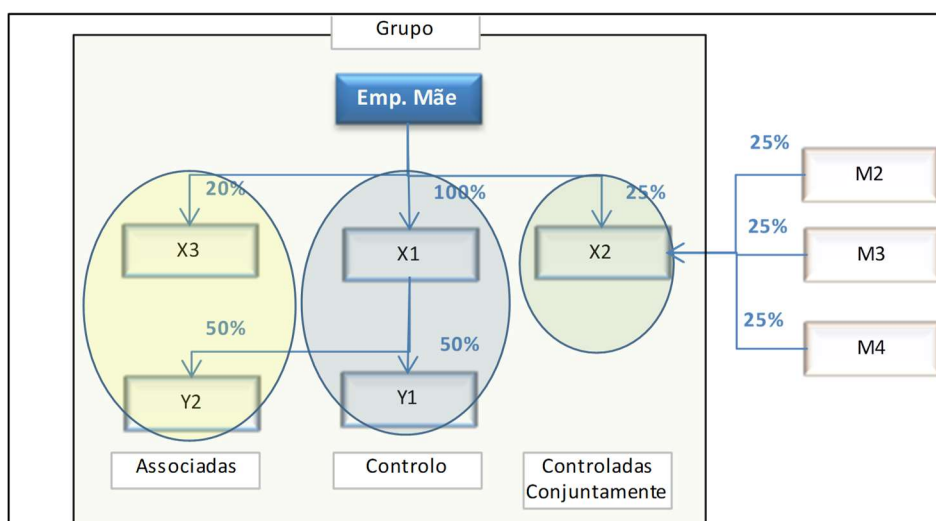
Concluído o trabalho de identificação e seleção, dispõe-se então da listagem das empresas que fazem parte do perímetro de consolidação, onde deve constar clara informação de todas as participações diretas e indiretas da empresa-mãe nas suas subsidiárias e destas entre si. Para maior facilidade de leitura analítica, a literatura sugere, em geral, o desenho de um organograma com a identificação de todas as entidades do perímetro de consolidação com a indicação das participações sociais.

Nesse âmbito propõe-se a elaboração de uma listagem com a estrutura da apresentada na figura 5.

Nome entidade	Tipo Controlo	% Participação directa	% Participação indirecta	Método Consolidação
X	Controlo			Integral
Y	Controlo conjunto			Proporcional
Z	Influencia Significativa			Equivalência Patrimonial

**Figura 5: Proposta de listagem de perímetro de consolidação**

Resumindo-se esses dados num organograma com o formato constante da figura 6.



**Figura 6: Organograma do perímetro consolidação**

Fonte: Adaptado de Lopes, 2010, p. 68

## 1.6.2 O cálculo da percentagem de participação e de controlo

### 1.6.2.1 Caso geral

Tal como abordado anteriormente, a percentagem dos direitos de voto que uma empresa-mãe detém sobre a(s) subsidiária(s) é um dos critérios a atender para a (ex)inclusão destas no perímetro de consolidação, o qual é determinante para a escolha do método a aplicar a essa(s) participação(ões), em conformidade com as normas contabilísticas vigentes.

O cálculo para efeitos de apuramento da proporção a atribuir aos interesses que não controlam<sup>17</sup>, será divergente da metodologia utilizada para o apuramento da percentagem de controlo económico sobre a(s) subsidiária(s).

Há assim dois tipos de participação a calcular:

- a) A participação jurídica;

<sup>17</sup> Isto significa que a parcela dos capitais próprios da(s) participada(s), ajustada dos justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis (na data da aquisição da(s) participada(s)), e dos resultados do período, que serão atribuídos aos participantes fora do grupo (cfr. alínea c) do §12 da NCRF 15 e §26 da NCRF 14). Embora este assunto seja abordado mais adiante, importa salientar que no cálculo do valor imputado aos interesses que não controlam deverá ser levado em linha de conta, não só o valor dos capitais próprios da subsidiária, como também, os justos valores atribuídos aos ativos, passivos e passivos identificáveis à data da concentração (cfr. Lopes (2010, p. 132))

b) A participação económica.

A participação jurídica como menciona Macedo, et al. (2013, p. 107) corresponde ao conceito de controlo jurídico, ou seja, corresponderá à parcela que é considerada para os devidos efeitos jurídicos, calculada de acordo com as normas previstas no CSC, parcela essa que irá servir para o cálculo do interesse da empresa-mãe (e dos interesses que não controlam) não só no capital próprio e resultados da subsidiária, como também, para o cálculo do interesse daquela nos justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data da aquisição.

A participação económica tem subjacente a noção de direitos de voto e de controlo. Como foi referido anteriormente, determinada subsidiária pode ser detida numa percentagem inferior a 50% e, ainda assim, existir o controlo exclusivo por parte da empresa-mãe.

A participação jurídica é dada, em termos diretos, pela percentagem detida pela empresa-mãe na sua subsidiária. Porém, há que considerar ainda as participações detidas na subsidiária por intermédio de outras entidades onde a empresa-mãe detenha participações (participações indiretas).

O valor da participação indireta é obtido pela soma do produto de cada uma das participações diretas pela empresa-mãe nas suas subsidiárias pelo valor das participações diretas destas subsidiárias em outras participadas. Todo este processo pode ser demorado e bastante extenso quando a cadeia de participações é extensa, incrementando-se a complexidade se houver participações recíprocas (Macedo et al., 2013, p. 108).

Em suma, o cálculo da participação total pode ser obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\% \text{ Participação} = [\% \text{ da empresa-mãe na subsidiária (A)} * \% \text{ da subsidiária (A) na subsidiária (B)}] + \dots + [\% \text{ empresa-mãe na subsidiária (n)} * \% \text{ da subsidiária (n) na sub. subsidiária (m)}]$$

Dada a complexidade que poderá resultar da aplicação da expressão antes indicada, alerta-se para a necessidade de serem usados algoritmos de cálculo de participações ou *software* próprio de forma a evitar erros.

### ***1.6.2.2 Cálculo de participação em função da técnica de consolidação***

Embora as percentagens de participação e de controlo não sejam, em princípio, diferentes consoante a técnica de consolidação utilizada, em algum caso a utilização de uma ou de outra técnica não conduzirá à obtenção de perímetros de consolidação necessariamente iguais (Rodrigues, 2005, p. 89).

Tal situação ocorre pelo facto de serem eliminadas as divergências entre percentagens de participação e de controlo pela técnica de consolidação em cascata. Enquanto na consolidação direta a exclusão de entidades do perímetro de consolidação poderá ser mais abrangente, pelo facto de ser analisada a percentagem de participação e de controlo entidade a entidade. Pela técnica de consolidação em cascata, ao serem realizadas consolidações de subgrupos, as sociedades que, pela consolidação direta seriam, à partida, excluídas, poderão ser integradas nesses subgrupos, dando origem à obtenção de informação necessariamente divergente.

#### ***1.6.2.2.1 Técnica de consolidação direta***

Rodrigues (2005, p. 122) refere que a utilização desta técnica exige o cálculo prévio de todas as percentagens de controlo e de participação detidas pela empresa-mãe em cada uma das entidades por si participadas, tanto por via direta como indireta. Os cálculos apresentados no ponto anterior baseiam-se nesta técnica, segundo a qual se segue a cadeia de participações da sociedade-mãe nas restantes entidades.

O mesmo autor salienta que, através desta técnica de consolidação, todas as entidades do perímetro são integradas na sociedade-mãe, sem que se atenda ou observe a realização de consolidações parciais, i.e., da consolidação prévia de subgrupos, ou seja, tudo é consolidado de uma só vez.

Como vantagens desta técnica, aquele autor aponta a celeridade e o menor custo na obtenção das demonstrações financeiras, permitindo ainda a centralização do processo e dos controlos.

Contudo são identificadas algumas desvantagens, nomeadamente, a falta de informação consolidada parcial, i.e., inexistência de informação dos subgrupos potencialmente existentes no seio do grupo económico.



#### 1.6.2.2.2 Técnica de consolidação em cascata

A técnica de consolidação em cascata envolve a divisão do grupo em pequenos subgrupos, procedendo-se a consolidações parciais (da base para o topo), sendo, como refere Rodrigues (2005, p. 123), uma consolidação efetuada em “degraus”, em que a consolidação obtida em cada subgrupo é integrada num patamar imediatamente superior.

Aquele autor identifica como vantagens desta técnica, para além da possibilidade de existir informação segmentada (i.e. por subgrupos), a segregação das tarefas de consolidação a serem realizadas no âmbito de cada subgrupo permitindo obter informação com maior isenção de erros. Contudo, tem como desvantagem serem necessários mais recursos para preparar a informação financeira, bem como poder prejudicar um dos requisitos da informação financeira - a tempestividade -, pela maior demora na preparação da informação.

#### 1.6.2.3 A existência de participações recíprocas

Rodrigues (2003, p. 24) salienta que a existência de situações complexas no seio de grupos empresariais poderá, por múltiplas razões, conduzir à existência de participações recíprocas ou cruzadas, em que, por exemplo, uma determinada entidade possa ser dona dela própria, numa certa proporção, por via de uma participação que detém numa terceira entidade. O exemplo da figura 7 mostra esta situação:

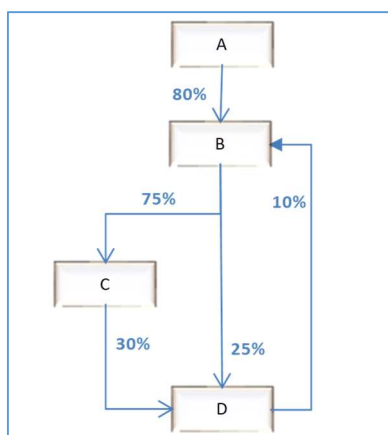


Figura 7: Exemplo de participações recíprocas ou cruzadas

Ao não serem detetadas nem devidamente consideradas as participações recíprocas, tal como referem Christensen, et al. (2014, p. 475), alguns elementos das demonstrações financeiras poderão mostrar-se sobreavaliados, podendo conduzir assim a leituras

deturpadas da realidade. Donde, será extremamente importante a construção de organogramas com a identificação exaustiva de toda a cadeia de participações existentes.

Porém este cálculo das participações não se afigura um processo amigável.

Guérin e Pouget (1972) vêm demonstrar que a utilização de um sistema de matrizes poderá ser uma das soluções para o cálculo da percentagem de participação atribuído à empresa-mãe num cenário em que existam participações recíprocas. Também Degos (2015, p. 66) assinala que este sistema de matrizes responde eficientemente ao cálculo complexo que deriva da eventual existência de participações recíprocas, reduzindo-se os riscos de não serem detetadas as reais participações de um grupo económico.

Os autores referidos mostram que a percentagem atribuída à empresa-mãe num grupo económico onde existem participações cruzadas pode ser obtida a partir de uma operação com recurso à técnica de matrizes e que é dada pela seguinte expressão matemática: " $B \times (I - A)^{-1}$ ", em que "A" representa a matriz contendo a relação de todas as participações existentes no grupo económico, "I" a matriz identidade e "B" corresponde à matriz em que apenas o primeiro e o último elemento da matriz é 1, tomando os restantes, o valor de zero.

O mecanismo defendido por aqueles autores passa por construir, em primeiro lugar, uma matriz com todas as participações existentes no grupo, devendo, à exceção da coluna da correspondente à sociedade mãe e aos sócios fora do grupo, o somatório de cada uma das colunas ser de 1 (100%). Note-se que deverá ser criada uma entidade fictícia para acomodar todas as participações que se encontram fora do grupo económico (adaptado de Oliveira, 2013).

Seguindo o organograma exposto na Figura 7, os cálculos a desenvolver são os que constam das tabelas 1 e 2.

"A"	A	B	C	D	Outros
A	-	0,80	-	-	-
B	-	-	0,75	0,25	-
C	-	-	-	0,30	-
D	-	0,10	-	-	-
Outros	-	0,10	0,25	0,45	-
controlo	-	1,00	1,00	1,00	-

Tabela 1: Matriz A construída com base nas participações verificadas no organograma da figura 7

Subtraindo agora aquela matriz pela matriz identidade (“I”), obtém-se a seguinte matriz (I-A):

"(I-A)"	A	B	C	D	Out
A	1,00	- 0,80	-	-	-
B	-	1,00	- 0,75	- 0,25	-
C	-	-	1,00	- 0,30	-
D	-	- 0,10	-	1,00	-
Outros	-	- 0,10	- 0,25	- 0,45	1,00

Tabela 2: Matriz resultante da subtração da Matriz A pela Matriz Identidade

Os referidos autores defendem que passa pelo cálculo da matriz inversa da expressão anterior. Utilizando-se a fórmula do *Microsoft Excel* “MATRIZ.INVERSA”, obtém-se a seguinte matriz:

"(I-A)^-1"	A	B	C	D	Out
A	1,00	0,84	0,63	0,40	-
B	-	1,05	0,79	0,50	-
C	-	0,03	1,02	0,31	-
D	-	0,10	0,08	1,05	-
Outros	-	0,16	0,37	0,60	1,00

Tabela 3: Matriz inversa resultante da subtração da Matriz A pela Matriz Identidade

Finalmente, para se obter a percentagem de participação da empresa mãe, aplica-se a multiplicação da matriz “B” com a matriz anterior, uma vez mais recorrendo-se à ferramenta *Microsoft Excel*, utilizando-se agora a fórmula “MATRIZ.MULT”. Da multiplicação daquelas duas matrizes obtém-se o seguinte resultado:

"B*[(I-A)^-1]"	A	B	C	D	Out
A	1,00	0,84	0,63	0,40	-
B	-	-	-	-	-
C	-	-	-	-	-
D	-	-	-	-	-
Outros	-	0,16	0,37	0,60	1,00

Tabela 4: Matriz resultante da multiplicação da Matriz B pela matriz obtida na tabela 3

Dos resultados anteriores, apura-se que as percentagens de participação da empresa-mãe em cada uma das suas participadas são as seguintes:

Participante	Participada	% Participação
A	B	84%
A	C	63%
A	D	40%

Pode ainda ocorrer o cenário da sociedade mãe ser ela própria detida diretamente por uma subsidiária, tal como se exemplifica na Figura 8.

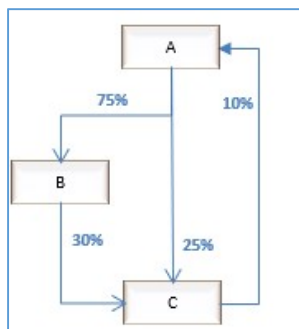
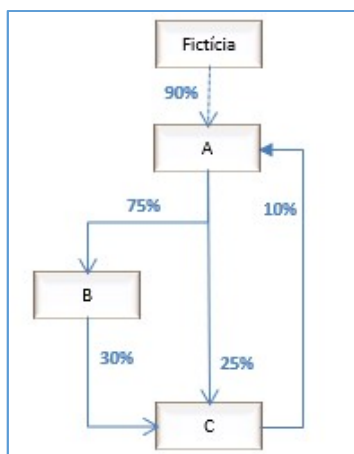


Figura 8: Participações recíprocas em que a subsidiária participa na sociedade-mãe

Os autores Guérin e Pouget (1972, p. 9) vêm apresentar uma solução baseada na mesma técnica supra indicada, passando meramente por criar uma entidade fictícia que detenha a empresa-mãe.

Deste modo a Matriz “A”, que contém sistematizadas as participações do grupo económico, teria a seguinte configuração:



	fictícia	A	B	C	Outros
fictícia	0,00	0,90	0,00	0,00	0,00
A	0,00	0,00	0,75	0,25	0,00
B	0,00	0,00	0,00	0,30	0,00
C	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,25	0,45	0,00
controle	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00

Tabela 5: Matriz A assumindo a existência da entidade fictícia

Aplicando a metodologia proposta pelos autores obtém-se uma matriz  $B * (I - A)^{-1}$

	fictícia	A	B	C	Outros
fictícia	1,000	0,945	0,709	0,449	-
A	-	-	-	-	-
B	-	-	-	-	-
C	-	-	-	-	-
Outros	-	0,055	0,291	0,551	1,000

**Tabela 6: Matriz final assumindo a existência de uma entidade fictícia**

Conclui-se assim o apuramento das percentagens do grupo, conforme se segue:

Participante	Participada	%Participação
Grupo	A	95%
Grupo	B	71%
Grupo	C	45%

### 1.6.3 Eliminação da participação financeira

Rodrigues (2003, p. 59) elege, como uma das grandes fases no processo de consolidação, a eliminação do valor de aquisição das entidades que fazem parte do perímetro de consolidação e que se encontra reconhecido na contabilidade da sociedade-mãe, por contrapartida “(...) da fração do valor contabilístico ou do justo valor (...)” dos capitais próprios dessa(s) entidade(s)<sup>18</sup>.

Com este procedimento pretende-se eliminar a duplicação de elementos, uma vez que, por um lado, o valor pelo qual as subsidiárias foram adquiridas encontra-se refletido nos investimentos financeiros das contas individuais da empresa-mãe e, por outro lado, ao agregar-se os itens de balanço, está-se também a somar o capital próprio dessas entidades (subsidiárias) com o capital próprio da empresa-mãe, pelo que, se torna forçoso eliminar o efeito duplicador provocado pela adição dos itens das demonstrações financeiras.

O custo de aquisição de uma participação financeira inclui, à partida, três componentes:

- Goodwill* ou *badwill*;
- O valor contabilístico correspondente à proporção da participação nos capitais próprios da adquirida;
- O diferencial do justo valor.

<sup>18</sup> Cfr. §12, al. a) da NCRF 15.

Aquando da aquisição de uma participação social em que a entidade seja qualificada como subsidiária, de acordo com o preconizado no §8 da NCRF 15, o qual remete para o §63 da NCRF 13, o investimento é inicialmente reconhecido pelo seu custo sendo, contudo, o *goodwill* apresentado em separado enquanto que o *badwill*, será reconhecido como rendimento do período (Rodrigues, 2015, p. 48).

No âmbito das demonstrações financeiras individuais, a mensuração subsequente decorre da aplicação do MEP, método de contabilização através do qual “o valor do investimento é ajustado para refletir a quota-parte do investidor nas alterações no capital próprio da participada, podendo ainda ser diminuído para refletir eventuais perdas por imparidade” (Rodrigues, 2015, p. 36).

Assim, da aplicação do MEP resultará, em princípio, que no final de cada período económico, o valor do investimento financeiro inscrito na sociedade-mãe (uma vez que o *Goodwill* e *Badwill* são reconhecidos em separado) se mostrará igual à proporção da participação detida por aquela, nos capitais próprios da sua subsidiária.

Deste modo, e como foi referido anteriormente, na etapa em análise haverá que proceder à anulação do valor inscrito na rubrica de investimentos financeiros correspondente à participação da sociedade-mãe, por contrapartida do montante dos capitais próprios da sua participada<sup>19</sup>. Contudo, poderão existir situações em que, pelo facto dos capitais próprios da participada se mostrarem negativos, a correspondente quota-parte nos resultados negativos na participada se encontrem reconhecidos como provisões.

Com efeito, Rodrigues (2015, p. 41) refere que nas situações em que o investidor exerça o domínio sobre a participada e, por isso, seja responsável pelas suas dívidas, ou na circunstância do investidor ter assumido obrigações legais (ou construtivas) perante a sua participada, a correspondente quota-parte nos resultados da participada são reconhecidos na empresa-mãe a título de provisões.

Haverá que ressaltar, nas situações em que a sociedade-mãe não detém a totalidade do capital social da subsidiária, o valor que resta nos capitais próprios desta última será imputado aos interesses que não controlam.

---

<sup>19</sup> Assume-se ao longo do presente trabalho que não são refletidas, no valor da participação financeira que é derivado da aplicação do MEP, quaisquer anulações respeitantes a transações realizadas intragrupo.

O caso seguinte permite exemplificar o explanado:

- A Sociedade “Consolida” adquiriu em 01/01/x uma participação correspondente a 85% do capital social da sociedade “Subsidiária” por Eur. 126.500, apurando-se um Goodwill de Eur. 50.000;
- No final do período económico os capitais próprios da “Subsidiária” ascendiam a Eur. 100.000;
- Não existiram transações entre as duas sociedades (e.g. venda de ativos, distribuição de lucros).

Pretende-se a apresentação de balanço consolidado considerando as rubricas apresentadas no quadro infra, procedendo-se à eliminação da participação social detida pela “Consolida” na “Subsidiária” e o correspondente apuramento dos interesses que não controlam.

Rúbricas balanço	Consolida	Subsidiária	Agregação	Eliminação		Consolidado
				DB	CR	
Participação financeira - MEP	85 000		85 000		85 000	0
Participação financeira - Goodwill	50 000		50 000			50 000
Ativos fixos tangíveis	5 000	140 000	145 000			145 000
Bancos	5 000	10 000	15 000			15 000
<b>Total ativo</b>	<b>145 000</b>	<b>150 000</b>	<b>295 000</b>	<b>0</b>	<b>85 000</b>	<b>210 000</b>
Capital Social	120 000	45 000	165 000	45 000		120 000
Reservas	10 000	45 000	55 000	45 000		10 000
Resultado líquido	10 000	10 000	20 000	10 000		10 000
Interesses que não controlam	0	0	0		15 000	15 000
<b>Total capital próprio</b>	<b>140 000</b>	<b>100 000</b>	<b>240 000</b>	<b>100 000</b>	<b>15 000</b>	<b>155 000</b>
Fornecedores	2 000	20 000	22 000			22 000
Outros financiamentos	3 000	30 000	33 000			33 000
<b>Total passivo</b>	<b>5 000</b>	<b>50 000</b>	<b>55 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>55 000</b>
<b>Total capital próprio + passivo</b>	<b>145 000</b>	<b>150 000</b>	<b>295 000</b>	<b>100 000</b>	<b>15 000</b>	<b>210 000</b>

Figura 9: Eliminação da participação social

Do exemplo apresentado constata-se que no final da eliminação da participação financeira por contrapartida dos capitais próprios da subsidiária, e após o apuramento do valor imputado aos interesses que não controlam, o capital próprio consolidado (excluindo interesses que não controlam) é exatamente igual ao capital próprio evidenciado nas contas individuais da sociedade-mãe.

Porém, o valor do investimento financeiro inscrito nas contas individuais da sociedade-mãe pode não corresponder exatamente à proporção da sua participação nos capitais próprios da sua participada.

Este cenário pode ocorrer quando, nos termos do §55 da NCRF13, o investidor deixa de reconhecer as variações ocorridas no capital próprio da participada, o que pode ocorrer quando o capital próprio desta se mostrar negativo. Nesta situação, o investidor poderá optar por não absorver perdas além do valor do custo de aquisição, desde que não tenha “(...) incorrido em obrigações legais ou construtivas” (cfr. §55, NCRF 13) a favor da participada.

Em tais situações constata-se que a participação na empresa-mãe assume o valor de zero, enquanto que na empresa participada se verifica a existência de capitais próprios negativos.

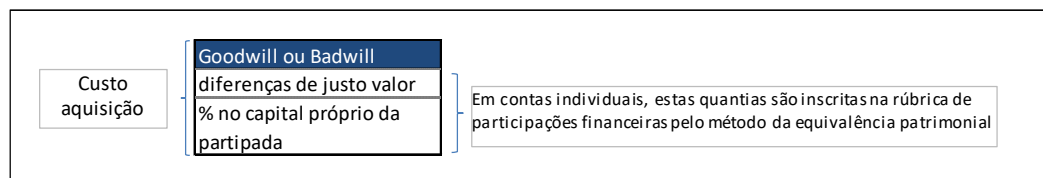
O normativo contabilístico português não é claro no procedimento tendente à resolução deste problema, contudo, face aos fundamentos que estão na base da preparação das contas consolidadas, a solução não parece ser complexa. Visando as contas consolidadas representar de forma o mais fiel a apropriada a posição financeira e performance de todo o grupo económico com um todo, independentemente do número de entidades existentes, as quantias que não apresentam correspondência nas contas da sociedade mãe, serão, todavia, de considerar em sede de contas consolidadas.

Outra situação que poderá justificar a existência de divergências entre o valor atribuído à participação financeira nas contas individuais da empresa-mãe e os capitais próprios da participada, relaciona-se com o apuramento de diferenças entre os justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes da participada e os valores contabilísticos dos mesmos.

Em contas individuais, o normativo contabilístico nacional nada refere quanto ao tratamento destas diferenças sendo, outrossim, apenas taxativo apenas no que concerne ao *Goodwill* ou *Badwill*. Embora aquelas diferenças sejam reconhecidas na data da aquisição, não existe uma clara evidência do seu tratamento ao nível das contas individuais.

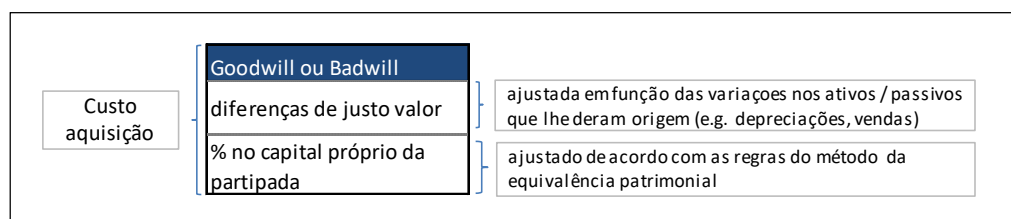


Em contas individuais, o *Goodwill* ou *Badwill* apurado numa operação de concentração é segregado, sendo o valor remanescente reconhecido na rubrica “participações financeiras – método da equivalência patrimonial”, tal como se ilustra na Figura 10:



**Figura 10: Tratamento em contas individuais do custo de aquisição de uma participação social**

Nas normas internacionais verifica-se efetivamente que, em contas individuais haverá que atender-se às eventuais diferenças de justo valor. Aquando do estudo mais aprofundado da IAS 28<sup>20</sup>, a Ernst & Young LLP (2016, p. 725) preconiza que o tratamento das diferenças de justo valor não deverá ser influenciado pela aplicação do MEP, mas antes e só pelos eventos que determinam alterações nos ativos ou passivos que sustentam essas diferenças de justo valor, sendo proposto o tratamento indicado na Figura 11.



**Figura 11: Tratamento das diferentes componentes do custo de aquisição**

Considerando as duas situações particulares abordadas, parece ser pertinente que as soluções para aquelas duas questões suscitadas fossem incluídas no nosso normativo nacional.

#### 1.6.4 Diferenças de consolidação

De acordo com a NCRF 14 (a qual tem por base a IFRS 3), §6, a preparação das contas consolidadas deverá obedecer às instruções que dela resultam.

Aquela norma começa por estabelecer no seu §1 que todas as concentrações de atividades empresariais deverão ser registadas pelo método da compra<sup>21</sup>, significando isto que a

<sup>20</sup> *Investments in Associates and Joint Ventures*

<sup>21</sup> Na terminologia anglo-saxónica *Acquisition method*.

adquirente deverá reconhecer os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida pelos respetivos justos valores, devendo também, separadamente, proceder ao registo do *goodwill* ou do ganho (Quintas, 2016, p. 32).

O método que é preconizado por aquela norma poderá conduzir ao apuramento de diferenças de consolidação, as quais ocorrem quando o preço pago pela sociedade-mãe numa concentração de atividades empresariais difere do valor contabilístico (valor patente nos capitais próprios) da(s) subsidiária(s) adquirida(s).

De facto, nos casos em que o valor de aquisição iguala os capitais próprios da sociedade adquirida, o processo contabilístico de eliminação dos respetivos investimentos financeiros (do lado da sociedade – mãe) em contrapartida dos capitais próprios da sociedade adquirida é relativamente simplificado. Contudo, na opinião do mestrando serão poucas as situações em que tal acontece.

Christensen, et al. (2014, p. 156) vêm defender que o preço pago pelo adquirente dificilmente iguala o valor contabilístico<sup>22</sup> da sociedade adquirida, pois existem inúmeros fatores, como sejam, o valor intrínseco dos ativos, rendimentos potenciais, condições genéricas de mercado, que quais poderão determinar que o preço que a adquirente está disposta a despende numa aquisição supere o valor dado pela contabilidade.

Deste modo, poderá concluir-se que as diferenças de consolidação poderão respeitar a: (Macedo, et al., 2013, p. 85)

- a) Diferenças de avaliação;
- b) *Goodwill*;
- c) *Badwill*.

#### **1.6.4.1 As diferenças de avaliação**

As diferenças de avaliação (ou de justo valor) resultam da existência de situações em que o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da(s) entidade(s) adquirida(s) não são equivalentes aos valores pelos quais se encontram mensurados nas suas demonstrações financeiras no momento em que são adquiridas (Macedo, et al., 2013, p. 87).

---

<sup>22</sup> *Book Value*.

No âmbito das contas consolidadas, segundo o preconizado pela NCRF 14, §25, o custo resultante da aquisição de uma participação no capital social de outra entidade deve ser imputado, em primeiro lugar, aos respetivos justos valores dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes que sejam identificáveis.

Significará, pois, que as diferenças apuradas entre o valor contabilístico e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes deverão ser alocados às rubricas respetivas do balanço consolidado.

De forma a ilustrar o exposto veja-se o seguinte exemplo, aplicável para situações em que a empresa-mãe adquire a totalidade da participação numa terceira entidade<sup>23</sup> (adaptado de (Christensen, et al., 2014, p. 156):

- A Sociedade “Consolida” adquiriu em 01/01/x uma participação correspondente a 100% do capital social da sociedade “filha” por Eur. 150.000;
- Os capitais próprios da “filha” naquela data ascendiam a Eur. 100.000;
- O justo valor de uma máquina registada na “filha” pelo valor contabilístico líquido de Eur 20.000 ascende a Eur. 70.000 (esta máquina encontra-se reconhecida como ativo fixo tangível);
- A taxa de depreciação que vem sendo utilizada pela adquirida corresponde à taxa de 10%, sendo o valor respetivo das depreciações acumuladas à data de aquisição de Eur. 6.000.
- A mensuração dos restantes ativos, passivos e passivos contingentes, corresponde aos respetivos justos valores;
- A sociedade “Consolida” detém o controlo efetivo da “filha”, pelo que se aplica o método de consolidação integral;
- Em suma:

Valor de aquisição	(1)	150.000
Capitais próprios da “filha”	(2)	100.000
Diferença de consolidação	(3) = (2) – (1)	50.000

**Tabela 7: Apuramento de diferença de consolidação**

Nas contas individuais da sociedade “consolida” no momento da aquisição a rubrica de investimentos financeiros apresentaria o valor de Eur. 150.000.

---

<sup>23</sup> Utilizando-se assim o método de consolidação integral.

Importa, então, verificar qual o tratamento contabilístico a desenvolver para a elaboração das contas consolidadas após a aquisição da participação social da sociedade adquirida.

Sabendo-se que o valor pelo qual foi mensurado o investimento financeiro é superior em Eur. 50.000 (diferença de consolidação) à proporção detida nos capitais próprios da adquirida, procede-se, em primeiro lugar, à eliminação dos capitais próprios da participada pelo respetivo valor contabilístico em contrapartida do valor registado em investimentos financeiros:

	Débito	Crédito
Capital próprio “filha”	100.000	
Investimentos financeiros		100.000

**Tabela 8: Operação de eliminação da participação**

Como anteriormente foi referido o excesso do valor atribuído pela adquirente à participação adquirida é atribuído ao justo valor de um terreno, pelo que, de acordo com o preconizado pela NCRF 14, aquele montante deverá ser alocado à correspondente rubrica de balanço (ativos fixos tangíveis).

Deste modo, a movimentação contabilística passaria por incrementar o valor dos ativos fixos tangíveis em mais Eur. 50.000, ficando assim a rubrica de investimentos financeiras em contas consolidadas sem qualquer valor:

	Débito	Crédito	Consolidado
Ativo fixos tangíveis	50.000		70.000
Investimentos financeiros		50.000	0

**Tabela 9: Aporte do diferencial resultante do Justo Valor aos AFT**

Sucedem também que a depreciação efetuada em termos individuais vai diferir do tratamento que é preconizado pelo normativo contabilístico. Com efeito, e nos termos do §27 da NCRF 14, a depreciação daquele ativo deve atender ao seu justo valor apurado na data da concentração, implicando assim que para efeitos de contas consolidadas, devem passar a ser calculadas as depreciações em função do justo valor apurado.

Donde, seguindo os dados do exemplo anteriormente enunciado, teremos que, o valor das depreciações a considerar na demonstração de resultados consolidada ascenderá anualmente, à quantia de Eur. 7.000 (10% x 70.000).

#### 1.6.4.2 *Goodwill e Badwill*

O valor de aquisição dado pelo adquirente pode ainda, ser superior – *Goodwill* - ou inferior – *Badwill* -, justo valor dos ativos, passivos ou passivos contingentes identificáveis.

Macedo, et al. (2013, p. 89) mencionam que o *Goodwill* ou o *Badwill* corresponderá à diferença entre o montante entregue pela adquirente deduzido das diferenças de justo valor.

Nas situações em que aquela diferença seja positiva, esta será considerada como futuros benefícios económicos provenientes de ativos que não foram identificados. A essa diferença dá-se o nome de *Goodwill* (Christensen, et al., 2014).

Contudo nem sempre a diferença entre o valor atribuído à participação adquirida e o justo valor dos ativos / passivos adquiridos são positivos. Situações haverá em que o valor de aquisição será inferior ao valor contabilístico ou ao justo valor dos ativos / passivos identificáveis da adquirida, situação que levará ao reconhecimento de um *Goodwill* Negativo ou *Badwill* <sup>24</sup>.

As situações que podem levar ao apuramento de *Badwill* resultam, como referem Elliot e Elliot (2011, p. 555) quando:

- a) Tenham havido erros na avaliação dos justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida; neste caso, quer a NCRF 14, §50 que a IFRS 3 preconizam que antes de ser registada a “compra a preço baixo” – *Badwill* – deve ser reavaliado se os justos valores foram corretamente apurados (Quintas, 2016, p. 34);
- b) Foram tidas em consideração no custo da concentração custos / prejuízos futuros que se esperam que sejam pagos pela adquirente;
- c) Quanto a aquisição tenha sido uma “pechincha”.

Neste cenário quer a NCRF 14, quer a IFRS 3, preconizam que aquela diferença seja registada na totalidade, pela adquirente, em ganhos (Quintas, 2016, p. 34).

---

<sup>24</sup> *Bargain Purchase*

### **1.6.5 Os interesses que não controlam**

Nos termos do normativo contabilístico vigente, uma sociedade-mãe agrega no seu processo de consolidação a totalidade dos ativos, passivos e passivos contingentes (pelo seu justo valor) e resultados da(s) sua(s) subsidiária(s) (cfr. §25 da NCRF 14), donde derivará, pelo facto das empresas-mãe poderem não ser detentoras da plenitude do capital das suas subsidiárias, a existência de interesses que não controlam<sup>25</sup>.

As NCRF 14 e 15 vêm definir os interesses que não controlam como “(...) a parte dos resultados e dos ativos líquidos de uma subsidiária atribuível a interesses de capital próprio que não sejam detidos, direta ou indiretamente através de subsidiárias, pela empresa-mãe.” (cfr. §9 da NCRF 14 e §4 da NCRF 15).

Como referem Christensen, et al. (2014, p. 106), a sociedade-mãe nem sempre tem a totalidade das participações sociais das suas subsidiárias, não sendo por esse motivo que não devam ser produzidas as contas consolidadas.

Aos restantes participantes no capital das subsidiárias dá-se o nome de participantes sem controlo, sendo a correspondente parcela nos resultados e do justo valor dos capitais próprios <sup>26</sup> dessa(s) subsidiária(s) denominada por interesses que não controlam, anteriormente identificados tanto no normativo contabilístico nacional como no internacional, como interesses minoritários.

No contexto internacional, esta alteração de nomenclatura remonta a novembro de 2004, tendo-se concretizado em 2008, na revisão da IAS 27 (International Accounting Standards Board, 2008, p. 1438). O motivo desta alteração decorre do facto de que a designação “interesses que não controlam” seria mais adequada à definição de controlo assumida por aquele normativo. Do termo “interesses minoritários” pode resultar a interpretação que aqueles interesses se relacionariam, em exclusivo, com participações jurídicas residuais. Contudo, como já foi abordado anteriormente, a noção de controlo, para efeitos contabilísticos, é mais lata do que aquela que é assumida em termos jurídicos, não significando de *per se* que participações jurídicas minoritárias não possam exercer o

---

<sup>25</sup> Anteriormente, e até à revisão de 2015 do SNC, eram denominados de Interesses Minoritários.

<sup>26</sup> Embora seja utilizado o termo “ativos líquidos” (“*net assets*”), tal termo deve ser interpretado como “situação líquida” ou por “capitais próprios”.

controlo sobre a entidade. Daqui resultou a adoção do termo “interesses que não controlam” por se considerar mais coerente com o conceito de controlo.

Christensen, et al. (2014, p. 106) salientam que a segregação e apuramento dos interesses que não controlam deverá de ser efetuada, uma vez que, em contas consolidadas, em consequência de serem reportados os ativos, passivos e resultados pela sua totalidade independentemente do valor participação (de controlo) detida pela empresa-mãe, haverá que segregar a porção daqueles itens que não são pertencentes na íntegra à sociedade-mãe.

Deste modo, qualquer interesse que não controla na adquirida nas condições referidas, é expresso na proporção que lhe corresponde no justo valor líquido dos itens dos ativos, passivos e passivos identificáveis.

Salienta-se que não haverá lugar ao apuramento destes interesses que não controlam na aplicação do método de consolidação proporcional, pelo facto, de que na aplicação deste método apenas serão agregados os elementos patrimoniais da subsidiária, equivalentes à proporção da participação detida na respetiva entidade.

#### ***1.6.5.1 Mensuração inicial e subsequente dos interesses que não controlam***

A NCRF 14 no seu §23 preconiza que na data da aquisição o custo da concentração de uma atividade empresarial tem em consideração os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida de acordo com os seus justos valores.

Por sua vez, o §26 daquela norma vem esclarecer que o valor imputado aos interesses que não controlam deverá ter em conta, não apenas o valor dos capitais próprios da subsidiária na data da aquisição, mas também, os justos valores atribuídos aos ativos, passivos e passivos identificáveis à data da concentração (cfr. Lopes (2010, p. 132)).

Assim, no processo de consolidação, quando se está na presença de situações em que a empresa-mãe não detém a totalidade da participação da(s) sua(s) subsidiárias, haverá lugar ao cálculo da proporção dos resultados do exercício e dos capitais próprios (ou antes, do justo valor dos ativos, passivos e passivos identificáveis) das subsidiárias que pertencem a sócios / acionistas que são distintos da sociedade-mãe (i.e. os interesses que não controlam).

Quanto à sua forma de valorização, a IFRS 3 preconiza a utilização de dois métodos: i) o método do *goodwill* parcial e ii) o método do *goodwill* total (*Full Goodwill*), contrariamente à norma nacional (IFRS 14) que somente admite o primeiro deles (Rodrigues, 2015, p. 112). De facto, como dispõe o §19 da IFRS 3, o *goodwill* pode ser calculado segundo uma das seguintes opções:

- a) “(...) (a) *fair value*; or
- b) “(b) *the present ownership instruments’ proportionate share in the recognised amounts of the acquiree’s identifiable net assets (...)*”

Lopes (2010, p. 25) reforça que as normas internacionais preveem que o *goodwill* seja registado na sua totalidade pela adquirente, sendo assim imputado também aos interesses que não controlam uma parcela desse *goodwill*, contudo apenas o método do *goodwill* parcial é acolhido pelo normativo nacional.

O International Accounting Standards Board (2005, p. 40), aquando das propostas que estiveram na base da inclusão na IFRS 3 do método do *full goodwill*, veio defender que o reconhecimento da totalidade do *goodwill*, independentemente da percentagem de controlo que a participante detém na participada, é a solução mais correta e coerente com os objetivos das demonstrações financeiras consolidadas. O argumento é o seguinte: o objetivo das demonstrações financeiras consolidadas é a disponibilização de informação dos ativos sob o controlo da sociedade-mãe, e todos os ativos devem ser reconhecidos independentemente da percentagem detida logo, sendo indubitavelmente o *goodwill* um ativo, aquele organismo sustenta que a utilização do *full goodwill* é mais consistente e coerente com as definições de controlo e com as normas de construção das contas consolidadas.

Finalmente, segundo o normativo nacional, a mensuração subsequente dos interesses que não controlam deverá considerar, como refere a alínea c) do §12 da NCRF 15, às alterações verificadas nos capitais próprios da subsidiária desde a data da concentração.

#### ***1.6.5.2 Apresentação nas demonstrações financeiras***

Nos termos da NCRF 15 (§21 e §22), a proporção do capital próprio pertencente aos sócios / acionistas que não possuem o controlo, ainda que seja uma rubrica pertencente ao capital próprio, deve ser evidenciada separadamente; o mesmo se aplica aos resultados



do período atribuíveis aos interesses que não controlam, conforme se ilustra nas figuras Figura 12 e Figura 13.

Resultado líquido do período		245.491
Atribuível a:		
Accionistas da EDP Renováveis	28	166.614
Interesses não controláveis	29	78.877
Resultado líquido do período		245.491

Figura 12: Extrato da Demonstração dos Resultados da EDP Renováveis para o exercício de 2015 e 2014

<b>Capitais Próprios</b>			
Capital	27	4.361.541	4.361.541
Prémios de emissão de ações	27	552.035	552.035
Reservas	28	-36.938	-64.256
Outras reservas e resultados acumulados	28	927.748	806.319
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da EDP Renováveis		166.614	126.007
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP Renováveis		5.971.000	5.781.646
Interesses não controláveis	29	863.109	549.113
<b>Total dos Capitais Próprios</b>		<b>6.834.109</b>	<b>6.330.759</b>

Figura 13: Extrato do Balanço da EDP Renováveis para o exercício de 2015 e 2014

### 1.6.5.3 Cálculo dos interesses que não controlam

A NCRF 15 preconiza no seu §12 que o valor atribuível aos interesses que não controlam é determinado quando são apurados os resultados consolidados e quando se procede à eliminação das participações financeiras da sociedade-mãe nas respetivas subsidiárias.

O mesmo normativo refere que a componente dos interesses que não controlam é composta:

- Pelo valor apurado e reportado à data da concentração original;
- Pelo reflexo das alterações observadas nos capitais próprios desde a data da respetiva concentração.

Salienta-se que só haverá apuramento de interesses que não controlam quando a entidade subsidiária é consolidada pelo método integral, não sendo assim apurados quaisquer interesses que não controlam nos restantes métodos (proporcional ou equivalência patrimonial).

Apresenta-se, de seguida, um exemplo de cálculo:

- A Sociedade “Consolida” tem registado em 31/12/x no seu balanço individual Eur 70.000 correspondente à participação de 70% detida na sociedade “filha”;
- Os capitais próprios da “filha” naquela data ascendiam a Eur 100.000;

- A sociedade “Consolida” detém o controlo da “filha”, pelo que se aplica o método de consolidação integral;
- Movimentos contabilísticos de consolidação propostos:

	Débito	Crédito
Capital próprio “filha”	100.000	
Investimentos financeiros		70.000
Interesses que não controlam <sup>27</sup>		30.000

Tabela 10: Apuramento dos interesses que não controlam

Tal como se referiu anteriormente, nos termos daquele §12, nesta fase é também calculada a proporção dos resultados do período que são atribuíveis aos interesses que não controlam.

Sucedem que o cálculo dos interesses que não controlam pode ser mais complexo nas situações de participações em cascata (entidades subsidiárias de outras entidades subsidiárias da empresa-mãe), existindo por isso participações diretas e indiretas, tal como se ilustra da Figura 14:

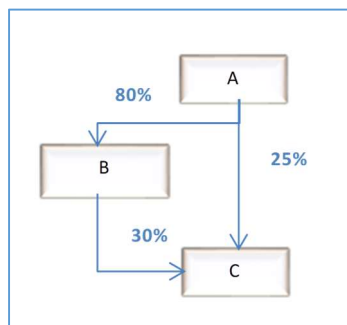


Figura 14: Esquema de participações diretas e indiretas

Numa primeira análise poder-se-ia equacionar que os interesses que não controlam derivados da participação em “C” seriam calculados meramente em função das participações diretas (ou seja  $45\% = 100\% - 55\%$ ), no entanto, como se irá verificar, o cálculo terá em conta quer a participação direta, quer a participação indireta da entidade “A” em “C”, por intermédio da empresa “B”.

<sup>27</sup> IM = 100.000 x 30%

Com efeito a NCRF 15 considera como interesses que não controlam<sup>28</sup> não só a parte dos interesses obtidos diretamente na subsidiária, mas também aqueles que são obtidos por via indireta. Segundo PriceWaterhouseCoopers LLP (2015, p. 24090), os interesses que não controlam podem ser obtidos por via direta ou indireta.

Ou seja, o cálculo dos interesses que não controlam deverá ter em consideração toda a cadeia de participações existentes no grupo económico.

Pelo método indireto (resultante da técnica de consolidação direta<sup>29</sup>), a participação da empresa-mãe nas suas subsidiárias é calculada considerando toda a cadeia de participações (diretas e indiretas).

Assumindo as participações indicadas na figura anterior, temos que “A” participa na “C” em 49%<sup>30</sup>, donde resultará a existência de uma participação de 51% dos interesses que não controlam.

Exemplo:

- Se “C” possui um capital social e reservas de 100 u.m em 31/12/X;
- “C” obteve um resultado líquido positivo de 50 u.m no ano X;
- O valor a imputar aos interesses que não controlam nas demonstrações financeiras consolidadas seriam de 76,5 u.m tal como se demonstra de seguida:
  - $51\% \times 100 = 51 \text{ u.m.}$
  - $51\% \times 50 = 25,5 \text{ u.m.}$
  - Valor a reconhecer na respetiva rubrica do capital próprio: 76,5 u.m

O método direto envolve o apuramento dos interesses que não controlam por via da realização de consolidações parciais (resultante da técnica de consolidação em cascata), nomeadamente, utilizando o exemplo supra, pela consolidação de “C” em “B” e posteriormente de “A” com “B+C”, devendo o resultado obtido ser exatamente o mesmo que foi apurado pelo método indireto. Contudo, pelas normas internacionais, os resultados poderão não ser exatamente os mesmos se for aplicada a regra do *Full-Goodwill* (PriceWaterhouseCoopers LLP, 2015, p. 24090).

---

<sup>28</sup> (...) parte dos resultados e dos ativos líquidos de uma subsidiária atribuível a interesses de capital próprio que não sejam detidos, direta ou indiretamente através de subsidiárias, pela empresa-mãe (...).

<sup>29</sup> Técnica já estudada anteriormente no subcapítulo 1.6.2.2.

<sup>30</sup> Demonstração de cálculo:  $25\% + 30\% \times 80\%$

#### **1.6.6 Uniformização de políticas contabilísticas e de período de relato**

Uma das premissas para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas é a de que as empresas pertencentes ao perímetro de consolidação adotem políticas contabilísticas uniformes para situações e transações idênticas (cfr. §18, da NCRF 15). Ainda que individualmente as entidades tenham adotado políticas que se mostrem divergentes, o §19 daquela NCRF vem impor que sejam realizados ajustamentos às contas individuais, para efeitos de incorporação das mesmas no processo de consolidação.

Exige-se igualmente que as demonstrações financeiras individuais se reportem ao mesmo período (harmonização temporal).

Efetuar tais ajustamentos, referentes a harmonia temporal e políticas contabilísticas, tem com fim único a garantia de homogeneidade e comparabilidade no tempo e no espaço. Todas as entidades devem utilizar as mesmas bases de mensuração que a empresa-mãe, e as demonstrações financeiras agregadas têm de se referir à mesma data, sendo, no entanto, permitido um desfasamento temporal máximo de três meses, fazendo-se refletir somente os efeitos das operações mais relevantes ocorridas no período de divergência.

#### **1.6.7 Conversão monetária**

Na eventualidade de existirem entidades em que a moeda de relato das suas demonstrações individuais difira daquela que é utilizada para efeitos de consolidação (moeda de apresentação<sup>31</sup>), haverá igualmente que proceder à conversão os valores de cada item das demonstrações financeiras para a moeda de apresentação, seguindo os termos previstos na NCRF 23.

Como refere Rodrigues (2005, p. 99), esta conversão tem como desiderato obter valores tão próximos quanto possível daqueles que seriam obtidos se fosse aplicada a taxa de câmbio no momento em que as operações ocorreram.

Contudo, poderão surgir situações em que a moeda utilizada ao nível da entidade individual, para a realização das operações e registos de transações difira da moeda

---

<sup>31</sup> Nos termos da NCRF 23, define-se moeda de apresentação como sendo a “moeda na qual as demonstrações financeiras são apresentadas”.

funcional<sup>32</sup>. Rodrigues (2015, p. 142) defende que nestas situações o processo passará obrigatoriamente por, em primeiro lugar, converter as demonstrações financeiras para a moeda funcional e só depois se poderá proceder à conversão para a moeda de apresentação.

Surge, no entanto, a dúvida sobre qual a taxa de câmbio utilizar para a citada conversão e como devem ser tratadas as diferenças resultantes da conversão de moeda.

Macedo et al. (2013, p. 123) identificam 4 métodos para a transposição / conversão das demonstrações financeiras:

- Método circulante / não circulante
- Método monetário / não monetário
- Método temporal (custo histórico)
- Método corrente (investimento líquido)

Como é referido pelos autores, o normativo nacional prevê a utilização do método corrente<sup>33</sup> (cfr. §37 da NCRF 23). De acordo com este método a taxa de câmbio a utilizar será divergente consoante os itens a converter, designadamente:

- a) Os itens dos ativos e passivos (incluindo os comparativos) são transpostos de acordo com a taxa de câmbio divulgada na data do balanço respetivo (taxa de fecho);
- b) Os rendimentos e gastos (incluindo igualmente os comparativos) são transpostos de acordo com a taxa de câmbio à data das respetivas transações. Contudo, admite-se (§38), que por razões práticas possam ser utilizadas taxas médias para o respetivo período, mas apenas na eventualidade de não existir grande volatilidade<sup>34</sup>.

Segundo Macedo, et al. (2013, p. 125), os itens dos capitais próprios, à exceção dos resultados, são convertidos à taxa de câmbio histórica. Christensen, et al. (2014, p. 622) consideram como taxa de câmbio histórica apropriada aquela que se encontrava em vigor

---

<sup>32</sup> A NCRF 23 define moeda funcional como a moeda do ambiente económico principal no qual a entidade opera

<sup>33</sup> Na terminologia anglo-saxónia: “*Current rate method*”

<sup>34</sup> Rodrigues (2015, p. 143) salienta que na situação da taxa média do período não se mostrar apropriada, terá de ser utilizado um outro método, dando como exemplo a taxa média apurada para o mês em que ocorreram as transações.

na data da aquisição da participação, ou aquela que é correspondente à data em que tenham existido operações sobre aquelas rubricas de capital.

Estes autores salientam ainda que os resultados transitados são traduzidos de acordo com o câmbio histórico, (i) adicionados dos resultados dos períodos subsequentes (os quais, por sua vez, são convertidos, por princípio, à taxa de câmbio média) e, (ii) deduzidos das distribuições de dividendos, as quais são traduzidas de acordo com o câmbio vigente na data da respetiva transação.

No caso da entidade estrangeira se encontrar localizada em economias hiperinflacionárias, não se aplica a metodologia descrita.

Releva do descrito que, a aplicação de taxas câmbio diferentes da taxa de fecho vai implicar necessariamente o apuramento de diferenças cambiais, sendo estas reconhecidas no capital próprio, numa rubrica apropriada (cfr. § 37 da NCRF 23), neste caso em outras variações do capital próprio.

A conversão do *goodwill* e das diferenças de justo valor, que eventualmente tenham sido apuradas no momento da aquisição da participada, é outro aspeto relevante no âmbito deste trabalho preparatório.

Sob ponto de vista teórico em Ernst & Young LLP (2016, p. 1130) encontram-se duas abordagens possíveis. Uma delas preconiza que deve ser utilizada a taxa de câmbio histórica (da data de aquisição) na conversão do *goodwill*. Os precursores desta teoria defendem este tratamento por considerarem o *goodwill* um ativo da sociedade-mãe, uma vez que faz parte do preço pago pela aquisição da subsidiária. Já a segunda teoria, acolhida quer pelo normativo nacional (§45 da NCRF 23) quer pela IAS 21, defende a aplicação da taxa de câmbio da data de fecho (semelhante tratamento anteriormente enunciado para os ativos e passivos) quer para o *goodwill*, quer para as diferenças de justo valor. Os defensores desta teoria sustentam a sua aplicação com base no pressuposto que o *goodwill* é um elemento integrante, à semelhança dos outros ativos da entidade adquirida e que os *cash-flows* futuros (que irão advir daquele *goodwill*) fluirão para a entidade na moeda funcional da entidade estrangeira.

Cabe ainda analisar o tratamento a conferir às diferenças cambiais originadas pelas transações entre empresas inseridas dentro do mesmo período de consolidação.

PriceWaterhouseCoopers LLP (2010, p. 7040), no comentário que efetua à IAS 21, menciona que as transações intragrupo dão origem, à semelhança das restantes transações, a ganhos ou perdas resultantes dos efeitos cambiais e que são divulgados na demonstração dos resultados individuais de cada entidade.

Sob o ponto de vista da consolidação de contas, tanto o normativo português (§43 da NCRF 23) como as normas internacionais (IAS 21) preconizam que as diferenças cambiais apuradas se mantêm nas demonstrações financeiras consolidadas, ainda que essas transações não tenham ainda sido liquidadas. Segundo aqueles autores, o racional por detrás deste tratamento reside no facto de que a liquidação do passivo irá exigir de qualquer forma a compra de moeda estrangeira, dando origem necessariamente a diferenças cambiais independentemente da relação existente entre as entidades.

Este tratamento genérico apresenta uma exceção que consta no §30 da norma portuguesa. Para os itens que possam ser considerados como “investimentos líquidos numa entidade operacional estrangeira”<sup>35</sup>, como seja por exemplo um empréstimo de longo prazo em que não exista associado um prazo de pagamento definido, as diferenças cambiais deverão ser consideradas nos capitais próprios.

#### **1.6.8 Resultados obtidos antes e após a aquisição**

Os autores Elliot e Elliott (2011, p. 568) afirmam que os resultados obtidos antes da data de aquisição das entidades a consolidar deverão ser consideradas como “resultados transitados”, enquanto que os resultados obtidos após a tomada do controlo da entidade deverão ser considerados na demonstração dos resultados consolidados.

Com efeito, não faria sentido incorporar resultados que foram gerados antes do momento em que a sociedade-mãe obteve o controlo da entidade numa demonstração financeira que avalia a performance da gestão (demonstração dos resultados).

Tal é evidenciado no §20 da NCRF 15, onde se refere que os rendimentos e gastos das subsidiárias devem ter como base os valores dos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas à data da aquisição.

---

<sup>35</sup> Cfr §14 da NCRF 23.

### **1.6.9 Eliminação de saldos e transações**

Como já se mencionou anteriormente, a informação financeira consolidada agrega a informação de múltiplas entidades, representando a posição financeira e performance de todas as entidades de um grupo como se de apenas uma se tratasse (Christensen, et al., 2014, p. 250).

No âmbito das suas atividades, é comum as entidades pertencentes ao mesmo perímetro de consolidação realizarem entre si múltiplas operações (e.g. venda de matérias primas, prestações de serviços, empréstimos), pelo que, sendo o fundamento das contas consolidadas a obtenção de informação de todo um grupo económico como se uma única entidade se tratasse, importa que o efeito gerado pelas operações realizadas dentro do grupo seja eliminado (Christensen, et al., 2014, p. 251).

O normativo nacional, especificamente os §14 e §15 da NCRF 15, preconiza que todos os saldos, transações, rendimentos, gastos, resultados obtidos em operações internas (como por exemplo, os obtidos com a venda de inventários ou ativos fixos tangíveis) sejam totalmente eliminados, reconhecendo-se, quando for caso disso, os correspondentes impostos diferidos.

As eliminações devem ser realizadas de acordo com o método de consolidação utilizado para cada uma das entidades envolvidas (Macedo, et al., 2013, p. 132). Estando a aplicar-se o MCI, como se começa por agregar a totalidade dos itens do balanço e da demonstração dos resultados das suas participadas, a eliminação de saldos e transações realiza-se igualmente pela totalidade dos valores das mesmas, ainda que considerando algumas particularidades.

As operações realizadas entre entidades inseridas no perímetro podem ser qualificadas como recíprocas ou não recíprocas, distinguindo-se conforme se segue (Rodrigues, 2005, p. 54):

- a) Transações recíprocas – a anulação destas transações não terá qualquer efeito nos resultados do grupo pelo facto se compensarem entre si, como sejam por exemplo, vendas e prestações de serviços com correspondente reconhecimento em gastos, ganhos e custos financeiros;
- b) Transações não recíprocas - a anulação deste tipo de operações, acarreta alterações nos resultados consolidados. Neste tipo de operações os gastos e os rendimentos



não são compensáveis entre si, por conterem resultados não realizados, os quais devem ser anulados (Rodrigues, 2005, p. 55). A título de exemplo deste tipo de transações, existem as mais ou menos-valias geradas internamente decorrentes de transmissões internas de ativos fixos tangíveis e cujo bem respetivo não tenha saído (alienado) do perímetro de consolidação, assim como, os lucros (margens) incluídos em inventários que se encontrem ainda por realizar (i.e. inventários constituídos por bens que ainda não tenham sido alienados para empresas situadas fora do perímetro de consolidação).

As anulações de transações não recíprocas geram o reconhecimento de impostos diferidos (cfr. §15 da NCRF 15). Sempre que existam operações de consolidação que impliquem alterações nos resultados (transações não recíprocas), haverá necessariamente que se proceder à “(...) estimativa dos efeitos tributários futuros decorrentes do impacto nos resultados provocado pelas operações de consolidação (...)” (Rodrigues, 2005, p. 65).

Outro aspeto relevante das eliminações é analisar o seu sentido (com origem ou com destino na empresa-mãe). Macedo (2012, p. 132) alerta para a importância da distinção das operações consoante sejam realizadas a partir da sociedade-mãe para as suas participadas, ou vice-versa, ou para as operações realizadas entre as próprias participadas, pois, consoante o tipo e operação, poderão existir consequências para o apuramento dos valores imputáveis aos interesses que não controlam.

Deste modo, haverá que ter consideração as operações do tipo:

- a) Descendentes (“*downstream*”) – vendas com origem na sociedade-mãe para as suas participadas, sendo que neste tipo de operações as transações e resultados são eliminados pela sua totalidade;
- b) Ascendentes (“*upstream*”) – vendas ou prestações de serviços da sociedade participada para a sua sociedade-mãe. A anulação dos resultados apurados e ainda não realizados<sup>36</sup> nestas transações é repartida entre o resultado consolidado da sociedade-mãe e a proporção atribuível aos interesses que não controlam.

---

<sup>36</sup> Rodrigues (2015, p. 117) define por resultados não realizados aqueles que se encontram associados a ativos que ainda não saíram da esfera do grupo, enquanto que resultados realizados são aqueles se encontram associados a ativos que tenham saído da esfera do perímetro de consolidação (acrescenta ainda que a realização pode ser alcançada quer pela venda, quer pela depreciação, amortização, imparidade ou abate).

- c) Horizontais – operações realizadas entre sociedades participadas dominadas pela mesma sociedade-mãe, sendo estas operações anuladas pela totalidade.

As principais eliminações serão objeto de abordagem nos pontos subsequentes.

#### ***1.6.9.1 Eliminação de saldos existentes em contas de terceiros***

Fruto das transações realizadas entre entidades pertencentes ao mesmo perímetro de consolidação e, que simultaneamente ainda não tenham sido liquidadas (pagas / recebidas), existirão saldos em aberto em rubricas e que aparecerão simultaneamente (mas em sentido contrário) nas contas individuais das entidades envolvidas. Por exemplo, a um saldo de “Clientes” numa sociedade, corresponderá um saldo de “Fornecedores” na outra sociedade; a um empréstimo concedido por uma entidade corresponderá, em princípio, um saldo em empréstimo obtido na sociedade beneficiária; a um acréscimo de gastos numa sociedade, corresponderá, em princípio um acréscimo de rendimentos na outra sociedade.

No MCI, haverá que efetuar as eliminações destes valores pela totalidade, em sentido contrário aquele que constam os saldos nas rubricas respetivas.

#### ***1.6.9.2 Inventários***

As transações relacionadas com inventários são situações muito comuns e qualificáveis como operações não recíprocas (Rodrigues, 2005, p. 58).

Christensen, et al. (2014, p. 251) mencionam que as margens (caso existam) geradas internamente sobre bens registados nas rubricas de inventários, devem ser eliminadas na medida em que respeitem a resultados ainda não realizados<sup>37</sup>.

Ainda segundo os mesmos autores, o princípio que deverá estar subjacente, é i) de que os ativos deverão surgir nas contas consolidadas pelo mesmo valor que estavam na empresa alienante e ii) que os ganhos e rendimentos obtidos deverão ser eliminados na totalidade (evitando assim sobrevalorização dos respetivos itens ao nível das demonstrações

---

<sup>37</sup> Acresce referir que embora o que aqui se descreve se relacione com as transações relativas a inventários, conceptualmente, e como referem aqueles autores, os mesmos princípios poderão ser aplicados a outro tipo de transações.

financeiras consolidadas), eliminando-se assim o efeito das transações realizadas entre entidades do mesmo perímetro de consolidação.

### **1.6.9.3 Ativos fixos tangíveis**

De modo semelhante (em termos conceptuais) ao tratamento dado aos inventários, importa igualmente atender aos procedimentos a desenvolver e cuidados a ter para a eliminação dos resultados e transações ocorridas entre entidades do perímetro de consolidação que impliquem a “criação” ou aquisição de ativos fixos tangíveis.

Rodrigues (2005, p. 61) salienta isso mesmo, ou seja, quando as transmissões de ativos fixos tangíveis ou intangíveis gerem a alteração dos valores pelos quais se encontravam registados deverá proceder-se à anulação dos resultados apurados nestas transações, salvo se os impactos desta anulação forem imateriais ou se as respetivas margens forem de difícil obtenção.

Segundo o mesmo autor, a anulação do efeito acarreado por estas transações envolvem as seguintes operações de ajustamento (que se podem estender por vários períodos económicos):

- a) Reposição do valor pelo qual o ativo se encontrava mensurado na sociedade alienante;
- b) Na eventualidade de existirem depreciações acumuladas, haverá que proceder-se à eliminação do diferencial que é provocado pela mais ou menos valia realizada na operação. A depreciação do exercício será calculada tendo por referência o custo pelo qual se encontrava registado na sociedade alienante;
- c) Proceder-se à eliminação das mais ou menos valias geradas internamente;
- d) Decorrente do que foi escrito anteriormente, proceder-se ao cálculo dos impostos diferidos.

Contudo, a eliminação do efeito gerado por estas transações não será realizada quando (Christensen, et al., 2014, p. 309):

- a) A alienação realizada internamente e a realização ocorram no mesmo período de relato, considerando-se assim os resultados apurados nas transações internas como realizados sob o ponto de vista de contas consolidadas;

- b) Quando não exista qualquer alteração de valor face ao que se encontrava registado na sociedade alienante, uma vez que não foi originado qualquer rendimento ou gasto que se encontre por realizar.

Referem ainda aqueles autores que, nas operações “*upstream*” haverá, à semelhança do preconizado anteriormente, que alocar / dividir a anulação do resultado não realizado, quer pela entidade maioritária, quer pelos interesses que não controlam.

No que se refere às situações que envolvam a prestação de serviços que possam vir a configurar na participada (beneficiária) um ativo fixo tangível, Christensen, et al. (2014, p. 310) defendem que nestas situações em que se verifica o reconhecimento, por um lado, de um rendimento do lado da participante e, por outro lado, de um gasto diferido (por via da capitalização do serviço no custo do ativo e posterior depreciação do ativo) do lado da participada, deverá proceder-se de modo semelhante ao anteriormente preconizado para os ativos fixos tangíveis.

#### ***1.6.9.4 Prestações de serviços / Juros***

No caso de se estar na presença de prestações de serviços ou, de modo semelhante, nas situações em que existe o débito de juros, como salienta Rodrigues (2015, p. 113), uma de duas situações poderá ocorrer:

- a) Os serviços / juros serão considerados como gastos na adquirente / mutuária, sendo que neste caso por ser uma operação recíproca haverá apenas que anular o rendimento com o gasto, não havendo assim quaisquer outros ajustamentos;
- b) Os serviços / juros são capitalizados do lado da adquirente sendo por isso o tratamento igual ao já preconizado no ponto anterior relativo aos ativos fixos tangíveis.

## 2 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Efetuada o enquadramento teórico do tema e realizada a revisão bibliográfica, importa agora apresentar o método de investigação utilizado que nos permita responder aos objetivos e problemas da investigação.

No presente trabalho foi utilizada a metodologia do Estudo do Caso, sendo esta: “(...) uma investigação empírica que investiga o fenómeno no seu ambiente natural, especialmente quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são bem definidas” (Yin, 2003, p. 13).

Ainda que a escolha deste método de investigação requeira “(...) *um forte envolvimento por parte do investigador na recolha e na análise de dados, sendo que a qualidade destes depende muito do seu conhecimento, da sua sensibilidade e da sua integridade* (...)” (Vieira e Major, 2009, p. 161), e por isso represente uma opção metodológica com maiores riscos, porém, os estudos de caso podem ajudar académicos e profissionais a obter um conhecimento mais completo e profundo, uma vez que proporcionam o estudo contextual de inúmeros problemas e questões de interesse na área da contabilidade e de difícil abordagem por outros métodos de investigação.

De acordo com Vieira e Major (2009, p. 144) os tipos de estudos de caso que mais frequentemente são adotados na área da contabilidade são os que a seguir se apresentam:

- Estudos de caso descritivos – “(...) visa[m] essencialmente descrever sistemas, técnicas e procedimentos seguidos na prática (...)”;
- Estudos de caso ilustrativos – “(...) procuram ilustrar práticas de contabilidade supostamente inovadoras desenvolvidas por empresas descritas como sendo de excelência (...)”;
- Estudos de caso experimentais – “(...) caracterizam-se por ser o resultado de técnicas, procedimentos e práticas desenvolvidos conceptualmente por investigadores com o objetivo de serem aplicados em empresas e de serem analisados os seus impactos (...)”;
- Estudos de caso exploratórios - “(...) são adotados com a finalidade de permitir ao investigador explorar as razões que justificam determinadas práticas de contabilidade (...)”;

- Estudos de caso explanatórios – “(...) neste tipo de estudo (...) pretende-se estudar e explicar a existência de determinadas práticas dando-se ênfase ao particular e não ao genérico (...)”.

Como referem aqueles autores, existem casos em que as fronteiras entre as categorias antes identificadas são de difícil definição, podendo haver estudos que simultaneamente abarquem características de diferentes tipologias.

Em face do exposto e atendendo ao objetivo principal deste trabalho, pode-se assumir que as características associadas ao estudo desenvolvido se enquadram simultaneamente no tipo de um estudo de caso descritivo e experimental.

Com efeito o estudo em apreço perspetiva-se apontar um conjunto de técnicas em prática, mas também descrever um possível (experimental) caminho para a resolução dos problemas como sejam a melhoria da tempestividade e da utilidade das demonstrações financeiras do Grupo Infraventus, mediante a potenciação de ferramentas informáticas genéricas, já em utilização no seio do grupo económico e de uso absolutamente democratizado, sem necessidade do recurso a ferramentas de consolidação específicas.

Como poderá ser visto no organograma patente no Apêndice 1, o Grupo Infraventus encontra-se bastante disperso, o que dificulta as tarefas tendentes à preparação da informação consolidada, englobando um universo de cerca de 40 empresas, dispersas por múltiplas atividades, centrando, contudo, o seu foco, no desenvolvimento e exploração de projetos de produção de energia elétrica com base em recursos renováveis, em especial, o recurso fotovoltaico, tendo, ainda assim, em desenvolvimento projetos de produção de energia elétrica com base no recurso eólico.

A estrutura de entidades que integram o grupo económico organiza-se, tendencialmente, de forma a que cada projeto (central eletroprodutora) esteja associado a uma única sociedade independente (uma SPV), pelos motivos enunciados na introdução do presente trabalho. Também se organiza de modo a que as atividades de apoio, como sejam:

- a) Serviços de supervisão, operação e manutenção das centrais eletroprodutoras,
- b) Serviços de prospeção de investimentos e desenvolvimento, estudos e projetos de construção na área das energias renováveis,
- c) Prestação de serviços de gestão financeira administrativa,

- d) Atividade de gestão e prospeção de prédios com potencial para a utilização dos recursos renováveis,

sejam desenvolvidas por sociedades especializadas em cada uma dessas áreas.

No final do exercício económico de 2018, o Grupo Infraventus tinha o apoio direto de uma equipa multidisciplinar composta por 27 colaboradores e, para além das sociedades dedicadas à promoção das atividades supra descritas, detinha:

- a) em exploração, quatro centrais fotovoltaicas e uma central mini-hídrica, correspondendo a um ativo líquido consolidado aproximadamente de 45 milhões de euros;
- b) em construção, quatro centrais fotovoltaicas e um parque eólico ainda na fase de desenvolvimento.

Dada a complexidade do grupo económico e face à inexistência de ferramentas de consolidação de contas específicas disponíveis, procurou-se encontrar soluções, com base nos recursos informáticos existentes, nomeadamente o *Microsoft Excel*, mediante a potenciação do ERP em uso no Grupo (o *software* “Primavera”), procurando-se evitar redundâncias informacionais e a otimização do tempo afeto pelos recursos humanos na produção da informação contabilística.

Em suma, investigam-se formas que permitam responder às questões de como o *software* já existente em conjunto com outras ferramentas informáticas de utilização comum, poderão ser potenciadas de forma a obter-se informação tempestiva, com maior qualidade (isto é, tendencialmente isenta de erros ou omissões), e com menor custo na sua preparação e obtenção, evitando a necessidade de se recorrer a *softwares* próprios e dispendiosos para a realização e preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

O presente trabalho não irá abordar todos os procedimentos envolvidos na preparação de contas consolidadas, dada a panóplia de tarefas que estão na sua base. Pretende-se desde já deixar um contributo inicial, deixando-se em aberto futuros desenvolvimentos fruto de aprofundamento e experiências adquiridas, nomeadamente a construção de ferramentas que permitam igualmente a elaboração dos quadros do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados de forma tendencialmente automática.

### **3 A CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS – PREPARAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (APLICAÇÃO PRÁTICA)**

O processo associado à elaboração de contas consolidadas é complexo requerendo esforços para, na medida do possível, ser otimizado.

Como se referiu nos considerandos iniciais, pretende-se deixar um contributo para o manual de consolidação interno (em desenvolvimento) da Infraventus, no capítulo a que se refere ao modo como o ERP, em conjunto com o *Microsoft Excel*, pode ser utilizado para a produção da informação financeira consolidada.

Os procedimentos que irão ser elencados nos capítulos seguintes terão como pressuposto a utilização do ERP “Primavera” e utilização das suas funcionalidades de interligação direta com o *Microsoft Excel* (“*Primavera Office Extensions*”), conjugando-se com algumas linhas de código de programação em VBA, funcionalidades essas que permitirão produzir as demonstrações financeiras consolidadas, bem como, a elaboração dos quadros que compõem o anexo às demonstrações financeiras, de um modo tendencialmente automatizado. Embora se alerte para a necessidade de existir por parte do utilizador/preparador da informação uma análise crítica para os dados obtidos automaticamente, bem como, conservar um *dossier* relativo aos ajustamentos manuais efetuados e que possam vir a ser propagados para exercícios futuros.

Nesse sentido haverá a necessidade de introduzir uma série de regras e procedimentos que visam orientar todos os envolvidos no processo na organização dos elementos contabilísticos.

#### **3.1 Preparação da informação**

Em face do desiderato pretendido haverá, pois, que ter presente um conjunto de procedimentos a serem desenvolvidos ao nível da organização contabilística devendo, no entanto, uma das primeiras etapas passar pela preparação da lista de entidades que integrarão o perímetro de consolidação e, bem assim, a organização do organigrama do grupo. Este procedimento levar-nos-á, como irá ser analisado mais à frente, à construção das demonstrações financeiras consolidadas de forma quase automatizada.



No Apêndice n.º 1, apresenta-se o organograma do grupo Infraventus<sup>38</sup> reportado ao final do exercício económico de 2018, devendo este documento estar permanentemente atualizado, refletindo sempre as alterações à cadeia de participações.

A relação de empresas mencionada anteriormente deverá conter a listagem de todas as empresas do grupo, com a informação requerida no ficheiro “Calculo\_Participacoes(vs1).xls” (modelo em vigor no Grupo Infraventus).

Numa primeira folha denominada por “Listagem\_empresas\_grupo”, irá ser colocada a seguinte informação, que por sua vez se encontrará interligada aos demais ficheiros que irão ser analisados mais adiante (cfr. Apêndice n.º 2):

- a) Nome da Empresa (“Sociedade”);
- b) Número de identificação fiscal;
- c) Código “Primavera”<sup>39</sup>;
- d) Data de entrada no grupo – esta informação é imprescindível dado o tratamento específico a ter em conta para as entidades que venham a integrar o perímetro de consolidação no decorrer do exercício económico (cfr. capítulo 1.6.8).
- e) País onde se encontra localizada a sede;
- f) Indicador de obtenção de dados (“A” – automaticamente via ERP; “M” – para inserção manual dos dados);
- g) Indicação da sociedade que irá consolidar;
- h) Indicação da existência de situações especiais de voto conferidas aos sócios ou acionistas;

Numa segunda folha (“Base”) deverá ser detalhada, novamente, a lista de todas as entidades do grupo (com o respetivo código “Primavera”), mas apenas com a indicação da percentagem do capital social detida por cada uma das empresas do grupo (como se ilustra na Figura 15).

Esta informação deverá ser atualizada ao longo do exercício económico de forma a viabilizar a produção mensal das contas consolidadas do grupo.

---

<sup>38</sup> Algumas das empresas do grupo foram omitidas por questões de confidencialidade, encontrando-se o subgrupo em que incidirá o Estudo do Caso devidamente assinalado.

<sup>39</sup> Código que se mostrará importante para as tarefas que irão ser apresentadas mais adiante.

Note-se ainda que a informação a incluir englobará todas as empresas ao grupo económico sendo a decisão de serem, ou não, integradas no perímetro de consolidação tomada à posteriori.

### 3.2 Cálculo das percentagens de participação e de controlo

O passo seguinte, que se mostra determinante quer para a escolha dos métodos de consolidação a aplicar, quer para a seleção das entidades a integrar o perímetro de consolidação, prende-se com o cálculo das percentagens de participação e de controlo.

Com intuito de automatizar o cálculo, utilizando a informação antes descrita, foi construído o ficheiro “Calculo\_participacoes(vs1).xls” permitindo o cálculo do valor da participação por via direta e indireta detida pela empresa mãe nas respetivas empresas que integram o perímetro de consolidação.

Refira-se que se trata de um ficheiro construído à medida, com base em programação efetuada em linguagem “VBA”, sendo o código fonte completamente aberto a quaisquer alterações que se mostrem necessárias, não contemplando nesta fase, a possibilidade de cálculo quando existam participações recíprocas.

Depois de percorridas todas as instruções, que a seguir se elencam, será obtido a partir a execução das instruções associadas àquele ficheiro, o resultado da percentagem detida pela empresa-mãe em cada uma das suas empresas participadas (direta ou indiretamente).

Seguindo o procedimento indicado no capítulo anterior (i.e., detalhe exaustivo das participações em cada sociedade do grupo, a tabela “Base” terá a seguinte configuração exemplificativa (cfr. Apêndice n.º 2):

Menu	Participada	Cod1	%Part	Participante	Cod2
Prettysource		ens170	99,95%	Contrate	inf192
Contrate		inf192	100,00%	Infrasol	inf220
teclavertente		ots173	100,00%	Infrasol	inf220
Astros		ots206	100,00%	Contrate	inf192

Figura 15: Aspeto da folha “base” do cálculo de participações

Correspondendo esta listagem àquilo que é representado graficamente no organograma apresentado na Figura 16:

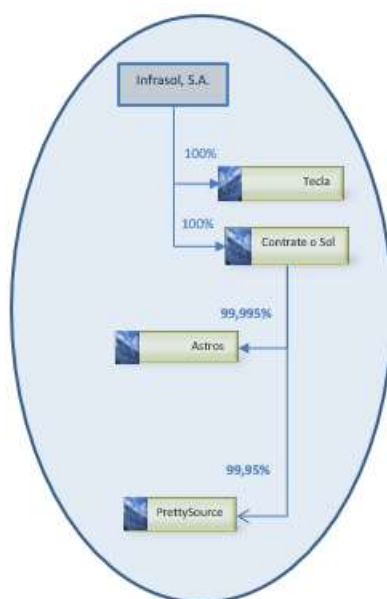


Figura 16: representação gráfica da informação indicada na Figura 15

Para o cálculo das percentagens de participação, deverá ser selecionado o botão do menu principal “Recalcula Matrizes”, devendo ser indicado no menu posterior a empresa-mãe (ou entidade que consolida), sendo relativamente a esta que o cálculo das participações diretas e indiretas vai ser efetuado.

Figura 17: Menu de seleção da entidade que consolida

No final deste cálculo, será obtida uma listagem conforme exemplo da figura 18, em que é apresentado o valor da participação direta da empresa-mãe (conforme a opção tomada anteriormente) na participada, bem como, o valor da percentagem apurada de forma indireta da empresa-mãe na participada por via das restantes empresas do perímetro de consolidação,

	Part Dire	Part. Indire	Nome Empresa Participada
ENS170	0,000%	99,950%	Prettysource
OTS206	0,000%	99,995%	Astros
INF192	100,000%	0,000%	Contrate
OTS173	100,000%	0,000%	teclavertente
INF220	0,000%	0,000%	0

Figura 18: Resultado final da execução do cálculo da percentagem de participação

Da figura 18 pode concluir-se que a empresa-mãe detém uma participação total (por via indireta) na “Prettysource” de 99,95%.

Considerando que é política do grupo deter, por norma, o controlo exclusivo das sociedades que integram o grupo económico, não se encontra ainda preparado um ficheiro semelhante ao anteriormente descrito, devendo a análise ser feita casuisticamente na folha de resumo que se descreve no capítulo seguinte.

A informação antes recolhida e tratada será integrada numa folha de resumo onde serão definidas as entidades a integrar o perímetro de consolidação e determinado o método de consolidação a aplicar para cada uma das sociedades.

### **3.3 Organização de processos contabilísticos**

A forma como se encontra estruturada a organização dos processos de introdução dos registos contabilísticos mostra-se também de enorme importância para o alcance dos objetivos pretendidos. Assim, todas as empresas que integram o grupo económico deverão seguir as mesmas regras e possuir uma estrutura de plano de contas tendencialmente harmonizada, sendo imperativo o cumprimento das especificações detalhadas de seguida.

#### **3.3.1 Estrutura do plano de contas**

Tal como é proposto por Rodrigues (2005, p. 132) a definição do plano de contas “(...) materializa o princípio da homogeneização das contas do grupo”. Para o efeito é necessário ter um plano de contas com uma estrutura transversal a qualquer entidade que faça parte do grupo económico, independentemente de aquela integrar ou não o perímetro de consolidação<sup>40</sup>.

A utilização de um plano de contas de base semelhante a todas as entidades integrantes do grupo económico, como irá ser analisado de seguida, permitirá não só a realização de cruzamentos de informação com maior eficiência, como também, proceder às tarefas de eliminação de saldos, transações e resultados obtidos na sequência de operações

---

<sup>40</sup> A prática de procedimentos harmonizados transversalmente a todas as empresas permitirá a integração de uma entidade do grupo em qualquer momento, sem a necessidade de serem desenvolvidos demorados procedimentos de adaptação.

realizadas entre as entidades que façam parte do perímetro de consolidação, de forma mais automatizada.

Adianta-se desde já que a estrutura do plano de contas deve prever a inclusão de contas de terceiros, de gastos e rendimentos com utilização de codificações específicas que permitam a eliminação, no modelo que aqui é proposto, tendencialmente automatizada, das operações realizadas no seio das entidades do perímetro de consolidação.

A obediência às estruturas a seguir apresentadas permitirá que as folhas de cálculo construídas na base dos mesmos pressupostos, as quais se encontram interligadas com o ERP “Primavera”, sejam construídas tendencialmente livre de erros ou omissões.

O processo de ligação entre o ERP e as folhas de cálculo que irão apoiar a construção das demonstrações financeiras consolidadas, e no futuro, os quadros com informação para o anexo, assenta na utilização do código de entidade atribuído pelo ERP a cada uma das sociedades. Daqui resultará que a estruturação do plano de contas que aqui se enuncia terá sempre em atenção aqueles códigos, permitindo todos os cruzamentos que se mostrarem necessários.

Atentos àquele pressuposto, vejamos de seguida as especificações a ter em consideração na construção do plano de contas.

### **3.3.1.1 Contas de terceiros**

Para qualquer entidade que pertença ao grupo, independentemente de integrar ou não o perímetro, o desenho das contas de terceiros deverá ter em observância a estrutura seguinte, convencionando-se que na estrutura da conta deverá constar o código “60” antes do código da entidade, sempre que essa entidade faça parte do grupo económico.

Assim, as contas de terceiros (e.g. clientes, fornecedores) seguirão a seguinte estrutura:

**<conta agregadora> <outros dígitos> 60 <Código entidade ERP><...>**

As contas de balanço<sup>41</sup>, e mais concretamente aquelas onde constam os saldos com terceiros, deverão logo após os dois primeiros dígitos (contas do razão) conter o dígito

---

<sup>41</sup> Estas codificações não têm ainda em atenção as especificações impostas pela nova legislação trazida pela Portaria n.º 302/2016 de 2/12, nomeadamente no que se refere à aplicação das taxonomias. No grupo Infraventus essa adaptação será realizada durante o exercício de 2019, pelo que se opta por manter a estrutura utilizada durante o exercício de 2018.

“0” (zero) ou 1 (um) consoante se tratem, respetivamente, de terceiros pertencentes ao grupo económico (faça a entidade parte ou não do perímetro de consolidação) ou de terceiros estranhos ao grupo.

Deste modo, a estrutura das contas de terceiros, terá a configuração presente na Figura 19<sup>42</sup>:

Descrição Conta	Grupo	Não grupo
Clientes	210*60<COD>	211*
Fornecedores	220*60<COD>	221*
Outros devedores	27801*60<COD>	27811*
Outros credores	27802*60<COD>	27812*
Fornecedores de Investimentos	270*60<COD>	271*
Adiantamentos por contas de vendas	2760*60<COD>	2761*

Figura 19: Estrutura das contas de terceiros

Este tipo de organização irá permitir que na fase de eliminação de saldos intragrupo, se consiga proceder de forma rápida à identificação dos saldos a eliminar, bem como, à elaboração de conciliações rápidas, dada a reciprocidade dos saldos patentes nas naquelas contas, mediante a construção de matrizes que permitam cruzar a informação existente:

Por exemplo:

- Na entidade identificada pelo código “220” – existe um saldo com um cliente do grupo identificado pelo código primavera “192” registado na conta 210xxx60192;
- Em princípio na empresa identificada pelo código “192” – existe por sua vez um saldo com o fornecedor “220”, patente na conta 220xxx60220.
- Esta reciprocidade de saldos permitirá a construção de matrizes com a informação de ambas as entidades e que possibilitará também o controlo dos dados:

---

<sup>42</sup> Em que, a) o símbolo “\*” significa que naquele espaço pode ser colocado qualquer cadeia de números, e, b) “COD” significa o código de entidade “primavera”

			Origem dos saldos >>	Infrasol - Infravent	Contrate o Sol, Lda	Astros Irreverentes, Lda	Prettysource, Teclavertente, Unipe	
Conta(1)	Entidade	Cod		INF220	Inf192	ots206	ens170	ots173
21011160192	Contrate o Sol, Lda	Inf192		63 121,39	-	-	-	-
								Total
								63 121,39

Figura 20: matriz de recolha dos saldos de clientes na entidade "220"

			Origem dos saldos >>	Contrate o Sol, Lda	Astros Irreverentes, Lda	Prettysource, Teclavertente, Unipe	
Conta(1)	Entidade	Cod		Inf192	ots206	ens170	ots173
22011160220	Infrasol - Infravent	INF220		63 121,39	-	-	-
							Total
							63 121,39

Figura 21: matriz de recolha dos saldos de fornecedores na entidade "192"

Exceção a esta regra serão as contas que pela sua própria natureza indiciam que os saldos e transações nelas contidas dizem respeito exclusivamente a operações com entidades do grupo económico, designadamente:

Descrição Conta	Grupo
Financiamentos obtidos - Participantes de capital	253
Financiamentos obtidos - Subsidiárias	254
Accionistas / Sócios	26

Figura 22: Estrutura de contas relacionadas com entidades do grupo

### 3.3.1.2 Contas de capital próprio

Já ao nível das contas que conservam os saldos e as transações dos capitais próprios da entidade e, mais concretamente, nas contas que apresentam saldos que serão eliminados no processo de consolidação, nomeadamente contas de capital social e as referentes aos outros instrumentos de capital próprio (e.g. prestações suplementares), a construção das contas, para mais fácil conciliação, deverá obedecer à seguinte estrutura (semelhante ao preconizado anteriormente):

<conta agregadora> <outros dígitos de controlo> **60** <Código entidade ERP>

Descrição Conta	Estrutura
Capital Social (Ações ou Quotas)	51*60XXX
Outros instrumentos de capital	53*60XXX

Figura 23: Estrutura das contas de capital próprio

### **3.3.1.3 Contas respeitantes os investimentos financeiros**

De igual forma ao exposto anteriormente, cada participação financeira será devidamente identificada com o código “Primavera” da entidade participada.

Dado que o tratamento dos investimentos financeiros ao nível do processo de consolidação de contas irá depender do método de contabilização dos mesmos, isto é, consoante se trate investimentos registados de acordo com o MEP ou ao custo, haverá que segregar os investimentos financeiros mensurados pelo método de equivalência patrimonial dos restantes investimentos que se encontram reconhecidos ao custo de aquisição. Esta segregação encontra-se evidenciada no plano de contas que faz parte do SNC.

Em resultado do estudado anteriormente (cfr. capítulo 1.6.3), propõe-se que, nos investimentos contabilizados de acordo com o MEP, se proceda à subdivisão da conta principal em quatro sub-rubricas, cuja movimentação será detalhada no capítulo seguinte relacionado com os procedimentos contabilísticos, a saber:

- a) **Custo de aquisição do investimento;**
- b) **Ajustamentos por via do MEP;**
- c) **Goodwill;**
- d) **Diferenças de aquisição (justo valor);**

Assim, a estrutura das contas que recolhem os investimentos financeiros deverá terminar com o código de entidade <60><código de entidade> concatenado com os códigos correspondentes às subdivisões supra indicadas, a saber:

- a) Código “01”: correspondente à conta que irá registar o custo de aquisição do correspondente investimento financeiro;
- b) Código “02”: correspondente à conta que irá receber os ajustamentos derivados da contabilização dos efeitos do MEP;
- c) Código “03”: correspondente à transferência de parte do valor correspondente ao “Goodwill”;
- d) Código “04”; correspondente à transferência de parte do valor correspondente às diferenças de justo valor.



Vejamos um exemplo ilustrativo:

Participação da sociedade-mãe “Infraventus” na sua subsidiária Infrapar, adquirida em 01/01/n, correspondente a 100% do capital social, por um valor de aquisição de Eur. 10.000,00 (*Goodwill* de Eur. 4.000) e onde não houve apuramento de diferenças de justo valor (contabilização no momento da aquisição):

- Código da entidade Infrapar: <60>174;
- Conta de registo do custo de aquisição: 4111 60174 01 (Eur. 10.000 Dd);
- Conta de registo da transferência do *Goodwill*: 4111 60174 01 (Eur. 4.000 Cr);
- Conta de registo da transferência do *Goodwill*: 4111 60174 03 (Eur. 4.000 Db).

Adicionalmente, haverá que estabelecer os mecanismos que permitam repercutir, de forma automática nas DFC, os resultados e variações nos capitais próprios da participada, que:

- por via do MEP não foram refletidas nas contas individuais da participante, situação que ocorre quando o capital próprio se mostra negativo e, simultaneamente, a sociedade participante opta por não absorver perdas além do valor do custo de aquisição<sup>43</sup> ou,
- se pelo contrário, opta a entidade participante por aportar nas suas contas o impacto dos capitais próprios negativos das suas participadas.

Com efeito, as DFC deverão acolher os valores das entidades participadas sem a limitação que é concedida a nível individual pela aplicação do MEP, pelo que, caso não se adote um assento individualizado nas contas da própria participante, a informação ao longo dos exercícios económicos tenderia a perder-se, pelo que se torna necessário a criação de contas com determinadas especificações de movimentação a utilizar em cada uma das entidades do grupo.

Para a primeira situação anteriormente indicada em i), propõe-se a criação de uma conta #2981 com a designação “Outras provisões - Consolidado - MEP - não apropriação de

---

<sup>43</sup> Cfr. capítulo 1.6.3

CP negativos” (esta conta não terá qualquer impacto nas demonstrações financeiras individuais da participante) a qual seguirá uma estrutura semelhante à anterior, a saber:

**2981**<60><código de entidade><Código de controlo>

Os códigos de controlo serão os seguintes, sendo a respetiva especificação de movimentação detalhada no capítulo seguinte:

- a) **Código “01”** – “Ajustamentos MEP - Demonstração de resultados”;
- b) **Código “02”** - “Ajustamentos MEP - capitais próprios”;
- c) **Código “03”** - “Ajustamentos MEP - Ajustamentos - Resultados Transitados”;
- d) **Código “99”** – “Controlo – Salda”;

Já para a segunda situação prevista anteriormente em ii), propõe-se a criação de uma conta #2982 com a designação “Outras provisões - Consolidado - MEP - apropriação de CP negativos”, sendo a estrutura mais simples:

**2982**<60><código de entidade>

#### 3.3.1.4 Contas relativas ao desempenho (demonstração de resultados)

Em termos de contas correspondentes aos gastos e rendimentos, todos os movimentos ocorridos deverão ser complementados com a inserção de um código que identificará a contraparte com a qual é realizada a operação.

Preferencialmente estas contas deverão ser estruturadas de forma a conter na sua própria estrutura (semelhante às contas anteriores) o código interno da entidade com a qual é realizada a operação, principalmente, para as operações realizadas de uma forma reiterada e com maior materialidade, permitindo assim registos mais automatizados dos assentos contabilísticos e mitigando erros. Com este mecanismo será possível, pelo menos para as transações recíprocas, proceder à sua eliminação de uma forma direta.

Descrição Conta	Grupo	Não grupo
Trabalhos especializados	62210*60<COD>	6221*

Figura 24: Exemplo de estrutura possível para contas de gastos

Não sendo prático a criação de contas de gastos e/ou rendimentos diretamente associadas a cada uma das entidades do grupo económico, opta-se por utilizar a funcionalidade dos

“centros de custo” do *software* “Primavera” para serem associados aos gastos e/ou rendimentos as respectivas contrapartes.

Deste modo, por cada operação registada em contas de resultados a respetiva contraparte encontra-se registada, possibilitando a eliminação das operações de modo mais eficiente.

Torna-se, deste modo, necessário a criação de centros de custo com uma estrutura de 5 dígitos em que:

- **Dois primeiros dígitos** – corresponderão ao número 10 convencionando-se que este código será utilizado para efeitos de operações de consolidação, sendo os demais códigos utilizados para outros controlos.
- **Três dígitos seguintes** – corresponderão ao código interno da empresa atribuído aquando da sua criação no *software* primavera.

Este código será utilizado para complementar a informação da contraparte aquando do respetivo registo de gastos/rendimentos. Deste modo, existirá em cada registo contabilístico a informação necessária que permitirá eliminar as operações geradas entre empresas que façam parte do mesmo perímetro de consolidação.

De referir que cada conta de gastos/rendimentos deverá ser configurada no ERP de forma a ser exigido aquando do registo contabilístico o respetivo código de centro de custo, para que sejam inviabilizados registos sem a associação da respetiva contraparte.

Sempre que a respetiva contraparte não fizer parte do grupo de consolidação o respetivo registo contabilístico deverá ser complementado com o código de centro de custo “10999”.

Exemplo de registo de um gasto na conta #6222 em que se encontra associado a respetiva contraparte identificada pelo código 102 (código da sociedade Infraventus):

C. Origem	C. Custo	%
6221010160102		
	10102	100,000

Figura 25: Exemplo de associação da contraparte ao registo contabilístico

### ***3.3.1.5 Contas correspondentes a transações não recíprocas (bens do ativo fixo tangível)***

As situações relacionadas com transações não recíprocas poderão gerar alguma complexidade no seu tratamento. Ainda que o modelo em “Excel” utilizado para a preparação das DFC não se encontre ainda completamente preparado para tratar todas as situações possíveis, preconiza-se um procedimento semelhante ao anterior para as operações mais usuais e com maior materialidade.

Deste modo, as contas relacionadas com os registos de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis deverão conter a obrigatoriedade de identificar a respetiva contraparte com os códigos de centro de custo convencionados, sendo o procedimento de movimentação detalhado no capítulo seguinte.

Em face do exposto nos capítulos anteriores, apresenta-se no Apêndice n.º 3 uma sugestão de plano de contas que contempla as metodologias apresentadas o qual fará parte do manual de procedimentos de consolidação da Infraventus, sendo este plano “base” substituído sempre que se realizarem alterações à sua estrutura.

### **3.3.2 Procedimentos contabilísticos**

Apresentam-se de seguida as regras a considerar na movimentação das contas antes indicadas e, bem assim, os procedimentos a desenvolver antes de se iniciar o processo de recolha dos dados para a obtenção das DFC.

#### ***3.3.2.1 Conciliação de saldos intragrupo***

Embora a aplicação criada com recurso ao “*Microsoft Excel*” efetue a recolha e apuramento das diferenças existentes entre saldos intragrupo, mediante a construção de matrizes que procedem ao cruzamento de informação entre as empresas do grupo, será, todavia, conveniente realizar essa tarefa previamente, de forma periódica e antes do encerramento de contas com vista à deteção de possíveis erros antes do processo de fecho de contas se encontre definitivamente concluído.

#### ***3.3.2.2 O registo dos ajustamentos derivados da aplicação do MEP***

A chave para o correto funcionamento da “fase 4” do ficheiro construído para a preparação das DFC passará pela aplicação rigorosa dos procedimentos que a seguir se

indicam no que se refere aos registros das participações financeiras adquiridas e pelos ajustamentos decorrentes da aplicação do MEP.

- a) **Custo de aquisição do investimento – Conta #411160<COD>01** – Nesta conta deverá ser registado a débito, o custo total da aquisição da participação social. Será também movimentada a crédito pelos movimentos respeitantes às transferências para as contas em baixo indicadas respeitantes às diferenças de consolidação apuradas no momento da aquisição, ou seja, ao *Goodwill* e às diferenças de justo valor;
- b) **Ajustamentos por via do MEP – Conta #411160<COD>02** – Serão registados nesta conta todos os movimentos decorrentes dos ajustamentos por aplicação do MEP. De referir, contudo, que o saldo, quando credor, terá como limite o saldo devedor existente na conta mencionada anteriormente, de forma a evitar que da agregação destas duas contas resulte um valor credor (negativo). Esta situação poderá ocorrer quando os capitais próprios da respetiva participada se mostre negativo.
- c) **Goodwill – Conta #411160<COD>03** – Registrar-se-á aqui o montante correspondente ao *Goodwill* apurado no momento da aquisição da participação (por crédito da conta anteriormente mencionada em a));
- d) **Diferenças de aquisição (justo valor) – Conta #411160<COD>04** – Serão registadas nesta conta as diferenças apuradas no momento da aquisição, entre o justo valor dos capitais próprios da participada e seus valores contabilísticos, por contrapartida da conta anteriormente mencionada em a).

Na circunstância dos capitais próprios da participada se mostrarem negativos, dois cenários poderão ocorrer. Num primeiro cenário em que a sociedade mãe opta por reconhecer as perdas sucessivas que ocorram na participada, os ajustamentos em substituição da conta mencionada anteriormente - #411160<COD>02 – serão registados na #298260<código de entidade>.

Já para o segundo cenário em que a sociedade mãe opta por não reconhecer perdas além do valor da própria participação financeira, a contabilização em contas individuais será realizada de forma semelhante, contudo, todos os movimentos realizados terão como contrapartida uma subconta (#298160<COD>99) que permitirá alcançar dois desideratos: (i) manter o histórico dos ajustamentos que seriam efetuados caso a

sociedade optasse por aportar as perdas da sua subsidiária e (ii) não impactar as demonstrações financeiras individuais, visto o saldo final da conta agregadora se mostrar nulo.

Desta forma, as contas preconizadas para este procedimento terão o seguinte tratamento:

- a) **Ajustamentos MEP - Demonstração dos resultados - Conta #298160<COD>01** – Receberá os valores correspondentes aos montantes que seriam reconhecidos em resultados;
- b) **Ajustamentos MEP – Ajustamentos - Conta #298160<COD>02** – Esta conta será o espelho das alterações nos capitais próprios da participada que, pelo fato destes se mostrarem negativos, não serão registados na rubrica de ajustamentos do capital próprio na sociedade participante;
- c) **Ajustamentos MEP - Resultados Transitados - Conta #298160<COD>03** – Esta conta terá, em princípio, um carácter residual, e acolherá os valores que em exercícios anteriores deveriam ter sido aportados a resultados da sociedade participante;
- d) **Controlo – Salda - Conta #298160<COD>99** - correspondente aos contravalores registados nas contas anteriormente descritas.

### ***3.3.2.3 Resultados embutidos em ativos fixos tangíveis e em participações financeiras***

Face às situações que normalmente ocorrem em sociedades do grupo em que estas prestam serviços de apoio ao desenvolvimento e construção de ativos fixos tangíveis das participadas, haverá que considerar o seguinte procedimento:

- a) Na transmissão de ativos fixos tangíveis entre entidades do grupo em que tenha existido uma margem, a contabilização na sociedade alienante, far-se-á igualmente com recurso aos códigos de centros de custo convencionados anteriormente. Contudo, visando a eliminação da margem no processo de consolidação, o centro de custo da respetiva contraparte acolherá apenas a margem existente no processo, sendo o remanescente imputado ao centro de custo 10999.

Na sociedade adquirente, o assento contabilístico deverá ter associado à respetiva conta que onde é registado o ativo adquirido, o código do centro de custo correspondente à entidade alienante, tal como se exemplifica na Figura 26:

C. Origem	C.Custo	%
453160360102		
	10220	100,000

Figura 26: Exemplificação da associação da contraparte ao registo do ativo

- b) Na particularidade de existirem serviços prestados por uma entidade do grupo os quais por sua vez irão ser reconhecidos como ativo fixo tangível na entidade adquirente (quando materialmente relevante), o procedimento será semelhante, contudo com as seguintes adaptações:
- No caso de ser possível conhecer a margem aplicar-se-á o procedimento indicado anteriormente em a);
  - No caso de ser desconhecida a margem por ser de difícil quantificação, deverá ser atribuído na totalidade ao centro de custo da contraparte o montante da prestação de serviços. Este valor será assim anulado na totalidade aquando da realização dos ajustamentos de consolidação.

Este procedimento deverá ser igualmente levado a cabo para as alienações de participações sociais entre empresas do grupo económico.

### 3.4 Construção das demonstrações financeiras consolidadas

Uma vez estruturado e harmonizado o plano de contas e estabelecidos os procedimentos contabilísticos que contemplam as situações mais usais e com maior materialidade, estar-se-á em condições de se proceder à preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Para a elaboração das DFC (no presente momento o ficheiro encontra-se apenas preparado para a construção do Balanço e Demonstração dos Resultados consolidados)<sup>44</sup> deverá ser utilizado o ficheiro com o nome “Infraventus\_Consolidado.xlsm” cuja estrutura se apresenta no Apêndice n.º 4<sup>45</sup>, construído com recurso a programação em VBA e com base nas fórmulas disponibilizadas pelo próprio ERP “Primavera” (listagem de fórmulas utilizadas presente no Anexo n.º 1)<sup>46</sup> as quais permitem a recolha da

---

<sup>44</sup> As restantes demonstrações financeiras serão alvo de tratamento autonomizado e construídas seguindo os mesmos princípios aqui expostos, com o intuito de serem igualmente obtidas de forma automatizada.

<sup>45</sup> Em face da estrutura complexa do grupo para mais fácil e ágil explanação irá ser utilizado o “sub-grupo” do perímetro de consolidação ilustrado anteriormente na Figura 16.

<sup>46</sup> Conforme instruções retiradas do manual de utilização do ERP “Primavera”

informação contabilística que se encontra armazenada nas bases de dados de cada uma das entidades, seguindo os critérios escolhidos pelo utilizador e em tempo “quase” real. Estas funcionalidades, em conjunto, permitiram a construção de um ficheiro à medida dos objetivos pretendidos, pressupondo-se, contudo, o compromisso com as premissas anteriormente definidas.

### 3.4.1 O ficheiro base – sua decomposição

Aquele ficheiro, construído seguindo a técnica da consolidação direta (cfr. capítulo 1.6.2.2.1), encontra-se repartido pelas folhas a seguir indicadas e cujo conteúdo será explanado à medida que seja realizada a identificação de cada uma delas, ainda que de forma sumária.

#### 3.4.1.1 “Base”

Com o objetivo de obter automaticamente os dados do ERP, será necessário inserir nesta folha o ano a que respeita a informação pretendida e, bem assim, o período do ano para o qual se pretendem obter os dados contabilísticos. Usualmente utiliza-se como período inicial o mês “0” (zero), respeitante ao mês de abertura do exercício económico, sendo utilizado o mês “13” como respeitante ao último mês em que existem registos contabilísticos relevantes.

#### 3.4.1.2 “Perímetro”

A folha “perímetro” recolhe a informação das entidades que irão integrar o perímetro de consolidação, permitindo que a aplicação realize os cálculos subsequentes, em concreto, os relacionados com a eliminação das participações sociais e o cálculo dos interesses que não controlam:

Empresa	Código	%PS	%KPI	%KPD	%I + %D (mãe)	Método Cons	Dados	Ordenação pretendida
Infrasol - Infraventus Solar,	INF220	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	I	A	1
Contrate o Sol, Lda	Inf192	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	I	A	2
Astros Irreverentes, Lda	ots206	27,78%	100,00%	100,00%	100,00%	I	A	3
Prettysource, Lda	ens170	5,61%	99,95%	99,95%	99,95%	I	A	4
Teclavertente, Unipessoal, Lda	ots173	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	I	A	5

Figura 27: Detalhe da informação a preencher na folha “perímetro”



Com base na informação obtida a partir do ficheiro de apoio “Calculo\_participações(Vs1).xls” (anteriormente analisado) devem ser inseridos os códigos das empresas atribuídos no *software* Primavera e, bem assim,

- i. “**%PS**” - Deverá ser inserida a percentagem correspondente às prestações suplementares detidas por entidades do perímetro de consolidação. Com a indicação daquela percentagem os montantes imputáveis aos “interesses que não controlam” serão automaticamente alocados no item correspondente do balanço consolidado (cfr. fase 5 da folha “BAL”);
- ii. “**%KPI**” - A percentagem de participação detida pela sociedade-mãe na respetiva entidade de forma direta ou indireta;
- iii. “**%KPD**” - Percentagem de participação direta por sociedades do grupo na participada;
- iv. “**%I+%D**” – total da participação de forma direta e indireta detida pela sociedade mãe na respetiva participada;
- v. “**Método cons**” – nesta coluna deverá ser selecionado o método pelo qual a entidade será consolidada (i – integral, m – mep, p – proporcional;
- vi. Deverá finalmente ser inserido o código “Primavera” correspondente à sociedade mãe na caixa “Sociedade-mãe”.

#### **3.4.1.3 “Bal\_man” e “Dr\_man”**

Nestas folhas serão inseridos, respetivamente, o balanço e demonstração dos resultados das entidades cuja informação financeira não se encontre integrada no ERP (entidades cuja contabilidade é efetuada em regime de “outsourcing”).

#### **3.4.1.4 “DR” e “BAL”**

Nestas duas folhas desenrolar-se-á todo o processo de construção das DFC. Estas, encontram-se subdivididas em várias fases sendo o detalhe e explanação de cada uma dessas fases efetuado no capítulo seguinte.

#### **3.4.1.5 “Anul\_part”**

Esta folha servirá de apoio à “fase 4” das folhas “DR” e “BAL”, tendo como intuito recolher do sistema de informação contabilístico os valores pelos quais se encontram registadas as participações financeiras e, bem assim, o montante das prestações suplementares existentes em cada uma das sociedades participadas e realizadas por entidades do grupo.

Esta folha (cfr. Apêndice n.º 4) encontra-se subdivida em seis secções:

- a) Na secção “parâmetros” constam todas as contas cujos saldos se pretendem que sejam recolhidos do sistema de informação contabilístico e replicados nas secções respetivas<sup>47</sup>;
- b) Detalhe das participações: para a correta obtenção da informação deverá ser transposta a informação de todas as entidades participadas e participantes e respetivas percentagens diretamente detidas pelas empresas de nível imediatamente superior (vide referência ao ficheiro “calculco\_participacoes.xlsx”);
- c) Será nas secções “Participações MEP” e “capitais próprios negativos” que serão recolhidos os saldos das contas anteriormente elencadas no capítulo 3.3.2.2 relativo aos procedimentos contabilísticos a ter em consideração nos registos de participações financeiras e dos seus ajustamentos;
- d) Na secção “Outras participações” e “Outros instrumentos de capital próprio”, serão recolhidos, também de forma automática,<sup>48</sup> os saldos existentes nas rubricas de outras participações financeiras, registas ao custo, e de outros instrumentos de capital próprio, em cada uma das sociedades participadas.

---

<sup>47</sup> A recolha da informação é efetuada com uso das fórmulas disponibilizadas pelo ERP “Primavera” no *Microsoft Excel*, tendo em consideração cada uma das contas indicadas nos parâmetros, sendo efetuada uma pesquisa na sociedade participante dos montantes existentes nessas contas que apresentem na sua estrutura o código (3 últimos dígitos) da respetiva entidade participada mencionada na coluna “Cod\_participa”. Ou seja, o sistema automaticamente localiza em cada participante os saldos com cada uma das participadas indicadas na lista.

<sup>48</sup> O ficheiro contém zonas devidamente delimitadas para a inserção de valores manuais para as situações em que a informação não se encontra armazenada no ERP “Primavera”

Poderá aqui, constatar-se a importância da correta segregação do plano de contas de acordo com a proposta apresentada anteriormente, bem como, da aplicação dos procedimentos respetivos.

### 3.4.1.6 Anulação de transações

#### 3.4.1.6.1 Operações com impacto na demonstração dos resultados

Foi anteriormente preconizado o procedimento de associar a cada registo de gasto/rendimentos um código (“centro de custo”) nos movimentos que envolvam a movimentação das contas das classes 6 e 7. Será nas folhas “**Trans\_72**”, “**Trans\_7816**”, “**Trans\_62**”, “**juro\_Red**”, “**juro\_Gast**”, que a informação armazenada com aqueles códigos será tratada com maior amplitude.

Cada uma dessas folhas será contruída automaticamente em função das empresas identificadas na folha “perímetro”, apresentando como intuito a recolha dos movimentos registados nas contas de rendimentos nas empresas prestadoras dos serviços subdividindo esses rendimentos pelas respetivas empresas beneficiárias.

A aplicação efetua a pesquisa em cada uma das empresas identificadas em coluna, utilizando como critérios os movimentos realizados numa determinada conta (campo #conta SNC – cfr. exemplo da Figura 28) e que contenham movimentos nos centros de custo correspondentes aos códigos indicados em cada uma das linhas:

#Conta SNC		Infrasol - Infraventus Solar,	Contrate o Sol, Lda	Astros Irreverentes, Lda	Prettysource, Lda	Teclavertente, Unipessoal, Lda
72		INF220	Inf192	ots206	ens170	ots173
Beneficiária	Cod					
Infrasol - Infravent	INF220	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrate o Sol, Lda	Inf192	51 318,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Astros Irreverentes,	ots206	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prettysource, Lda	ens170	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Teclavertente, Unipe	ots173	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Figura 28: Exemplificação da segregação dos rendimentos pelas respetivas entidades beneficiárias

Os valores recolhidos são confrontados com as respetivas contas de gastos, de forma a verificar-se a existência de divergências e mais facilmente apurar-se as suas origens, ou avaliar o tratamento a conferir a essas divergências nas DFC.

Os valores recolhidos nestas folhas serão automaticamente considerados, em cada uma das respetivas rubricas, na fase “6” (“anulações diretas”) da folha respeitante à construção da Demonstração dos Resultados consolidado (“DR”).

Na eventualidade de existirem operações não recíprocas (e.g. prestações de serviços que corresponderão a investimentos em ativos fixos tangíveis numa outra entidade), a aplicação identifica, por um lado, na folha “Aqui\_Inv”, as empresas onde tais investimentos foram realizados e quais as entidades prestadoras dos respetivos serviços. Nestes casos, por defeito, o valor correspondente à “margem” da operação é eliminado automaticamente na fase 6 da folha “BAL – rubrica de ativos fixos tangíveis”, devendo, no entanto, e de momento<sup>49</sup>, proceder-se a um registo manual da eliminação das respetivas depreciações associadas àquela margem.

#### 3.4.1.6.2 Operações com impacto no balanço

De igual forma, seguindo o mesmo mecanismo, as folhas identificadas no Apêndice n.º 4 procedem ao cruzamento e recolha automatizada de todos os saldos de terceiros a serem eliminados do balanço consolidado. Os automatismos previstos nestas folhas permitem a recolha dos saldos nas empresas identificadas em coluna, mas apenas e só os saldos das contas que contenham na sua estrutura o código de entidade identificado em linha. A título de exemplo, apresenta-se a matriz de recolha dos saldos de clientes na Figura 29, onde se verifica que na sociedade “Infrasol” existe um saldo com o cliente “Contrate o sol” de 63.121,39€.

			Totais	63 121,39	-	-	-	-	63 121,39	-
			a eliminar	63 121,39	-	-	-	-	63 121,39	-
			Origem dos saldos >>	Infrasol - Infravent	Contrate o Sol, Lda	Astros Irreverentes, Lda	Prettysource, Lda	Teclavertente, Unipe		
Contas SNC(1)	21011160			INF220	Inf192	ots206	ens170	ots173		
Conta(1)	Entidade	Cod							Total	CTR
21011160220	Infrasol - Infravent	INF220		-	-	-	-	-	-	-
21011160192	Contrate o Sol, Lda	Inf192		63 121,39	-	-	-	-	63 121,39	-
21011160206	Astros Irreverentes, Lda	ots206		-	-	-	-	-	-	-
21011160170	Prettysource, Lda	ens170		-	-	-	-	-	-	-
21011160173	Teclavertente, Unipe	ots173		-	-	-	-	-	-	-

Figura 29: Exemplo de recolha de saldos de clientes do grupo

Finalmente, salienta-se a existência da folha “saldos” a qual visa analisar de forma sumária os saldos existentes em cada uma das rubricas, devendo por princípio o campo “*harmony*” ser igual a zero, significando neste caso, que todos os saldos do balanço são recíprocos.

<sup>49</sup> Pretende-se de futuro que as depreciações resultantes das margens geradas em operações realizadas dentro do grupo sejam igualmente eliminadas de forma também automatizada.

Os valores recolhidos nestas folhas serão automaticamente carreados para a fase 6 da folha “BAL” de forma a eliminar os efeitos daqueles no balanço consolidado.

#### **3.4.1.7 “BAL\_CONS” e “DR\_CONS”**

Estas folhas corresponderão ao balanço e demonstração dos resultados consolidados que serão produzidos automaticamente com base na informação apurada nas folhas “DR” e “BAL” cujo conteúdo se irá detalhar de seguida.

#### **3.4.2 Explicação de cada fase incluída nas folhas “DR” e “BAL”**


A construção do ficheiro em apreço segue a mesma lógica que encontramos nos procedimentos analisados anteriormente no capítulo 1.6. e visa alcançar a informação financeira consolidada, utilizando como apoio a informação contida nas folhas anteriormente descritas.

- a) **Fase 1 (“DR” e “BAL”)** – Nesta fase é recolhida a informação financeira do ERP e são construídos automaticamente quer o balanço, quer as demonstrações dos resultados individuais;
- b) **Fase 2 (“DR” e “BAL”)** – Considerando que poderão existir situações em que o balanço ou demonstração dos resultados necessitam de pequenos ajustamentos de forma a que a informação esteja corretamente divulgada, surge esta fase, onde poderão ser registados esses ajustamentos;
- c) **Fase 3 (“DR” e “BAL”)** - Nesta fase podem ser observadas as demonstrações individuais de cada uma das entidades;
- d) **Fase 4** – Aqui entra-se na concretização do estudado no anterior capítulo 1.6.3, ou seja, a eliminação do valor inscrito (nas contas individuais) na rubrica de participações financeiras, por contrapartida do capital próprio de cada uma das participadas e o consequente apuramento do valor imputável aos interesses que não controlam.

De referir que, o valor imputável ao *Goodwill* será automaticamente alocado à respetiva rubrica de balanço (por recolha do saldo constante nas contas “#411160<COD>03”) ficando apenas por eliminar as diferenças de justo valor (caso existam) e o valor correspondente à participação da sociedade-mãe nos capitais próprios da participada.

Na folha correspondente ao balanço (“BAL”) pode-se verificar que a aplicação começa por recolher de forma automática a informação patente na folha “Anul\_part”, em específico,

- a) recolhe em cada uma das colunas correspondentes às entidades participadas o valor pelo qual o investimento se encontra mensurado (custo de aquisição ajustado das variações derivadas da aplicação do MEP) nas sociedades detentoras das suas participações, inserindo esses valores (a negativo) no item do balanço correspondente às participações financeiras;



**Folha "Anul\_part"**

Detalhe das participações		Participações ao MEP - CA	
Nome_participada		Total Participação	
Pretty		1 998 239,51	
Contrate		0,00	
teclavertente		1 965 774,51	
Astros		1 990 960,90	

**Folha "BAL" - fase 4**

	Infrasol - Infrasol Solar, Lda	Contrate o Sol, Lda	Astros Inverentes, Lda	Prettysonwe, Lda	Teclavertente, Unipessoal, Lda
	INF220	INF192	ota206	ena170	ota173
	FASE4				
<b>ATIVO / ASSETS</b>	<b>Eliminação dos investimentos financeiros</b>				
<b>Ativo não corrente</b>					
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	0,00	0,00	-1 990 960,90	-1 998 239,51	-1 965 774,51

Figura 30: Recolha dos valores das participações financeiras inscritas em contas individuais

- b) De igual forma, os capitais próprios das participadas são automaticamente eliminados pela sua totalidade, sendo apurados automaticamente os interesses que não controlam, com base na participação não detida por empresas do grupo, participação essa indicada na folha “perímetro”.

Salienta-se que esta folha se encontra preparada para proceder ao tratamento dos casos em que o valor da participação financeira na sociedade-mãe se encontra registada pelo valor de zero e o capital próprio da participada se mostra negativo.

No exemplo constante da Figura 31 constata-se que o registo da eliminação não se encontra totalmente balanceado, dando origem a uma diferença correspondente à proporção da sociedade-mãe nos capitais próprios negativos da participada. Os valores que sustentam essa diferença são automaticamente recolhidos a partir dos

saldos das contas elencadas anteriormente (“#298160”) e imputados às respectivas rubricas do balanço consolidado:

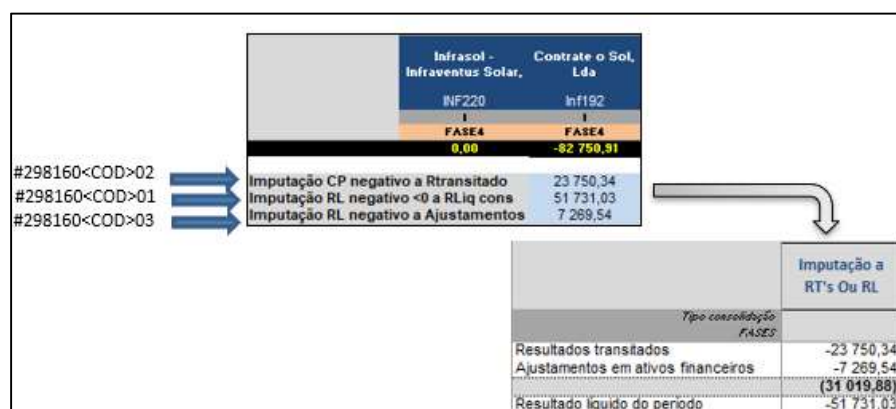


Figura 31: Exemplo do tratamento dos capitais próprios negativos das participadas

Após esta tarefa, o saldo da rubrica das participações financeiras constante no final desta fase 4 será de zero, salvo nas situações em que existam diferenças de justo valor apuradas no momento de aquisição (o tratamento deste tipo de ocorrências não se encontra ainda devidamente contemplada na aplicação <sup>50</sup>), ou de participações financeiras que se mantêm para efeitos de DFC registadas ao MEP.

Já na folha correspondente ao cálculo da demonstração dos resultados consolidada (“DR”), na fase 4 são eliminados os ajustamentos do exercício decorrentes da aplicação do MEP nas contas individuais (“Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas”). Esta informação será também obtida a partir dos dados reproduzidos na folha “Anul\_part”.

Os interesses que não controlam imputados aos resultados do exercício são apurados na fase anterior.

- e) **Fase P - (“DR” e “BAL”)** – Não obstante o ficheiro não se encontrar totalmente adaptado às empresas que consolidem pelo método de consolidação proporcional, entendeu-se criar desde já esta fase onde serão inseridos os valores a eliminar

<sup>50</sup> casos em que, o ajustamento terá de ser efetuado manualmente, imputando-se a cada umas das rubricas do balanço as diferenças, sendo também obrigatório conservar no dossier de consolidação o histórico de operações para que os valores possam ser replicados em exercícios posteriores.

correspondentes respetivamente à proporção de cada uma das rubricas do balanço e da demonstração dos resultados nas sociedades participadas.

- f) **Fase 5 - (“DR” e “BAL”)** – Nesta fase serão anuladas as imparidades eventualmente constituídas sobre os empréstimos concedidos a participadas (sob forma de prestações suplementares), repondo desta forma os saldos no balanço, como se aquelas imparidades não tivessem sido constituídas.

Serão igualmente anulados os montantes relativos a essas prestações suplementares, mediante a recolha dos valores carregados automaticamente para a folha “Anul\_part”, sendo estes montantes colocados (a negativo) na rubrica de “outros ativos financeiros”. Como se ilustra na figura 32, os valores de outros instrumentos de capital constantes nas respetivas participadas poderão advir de outros participantes não pertencentes ao grupo económico. Nestas situações, a aplicação automaticamente aloca aos interesses que não controlam o correspondente montante que lhes seja atribuído.

Outros instrumentos de capital próprio		
Empréstimos - PS	Empréstimos - PS inserção manual	total
5 000,00		5 000,00
6 633 500,00		6 633 500,00
2 144 600,00		2 144 600,00
5 000,00		5 000,00

	Contrato o Sol, Lda	Astros Irreverentes, Lda	Prettysource, Lda	Teclavertente, Unipessoal, Lda
	FASES	FASES	FASES	FASES
Outros ativos financeiros	-6 633 500,00	-5 000,00	-5 000,00	-2 144 600,00
Outros instrumentos de capital próprio	-6 633 500,00	-18 000,00	-89 145,74	-2 144 600,00
Interesses que não controlam	0,00	13 000,00	84 145,74	0,00

Figura 32: Exemplificação da eliminação dos outros instrumentos de capital

- g) **Fase 6 (“DR” e “BAL”)** – Como já foi referido anteriormente, nesta fase serão eliminados os saldos e transações intragrupo sendo a informação recolhida automaticamente das folhas mencionadas no capítulo 3.4.1.6.
- h) **Fase 7 da folha “DR” e outros ajustamentos** – Finalmente, o ficheiro contém ainda várias células para a inserção de ajustamentos manuais que se mostrem necessários efetuar por não terem sido refletidos nas operações automáticas anteriormente descritas.



## CONCLUSÃO

Com o presente trabalho, pretendeu-se começar por efetuar um estudo teórico do tema da consolidação de contas, da sua tecnicidade, identificar as suas problemáticas e apurar-se qual o enquadramento jurídico contabilístico vigente em Portugal.

O enquadramento teórico do tema, iniciado pelo estudo das teorias que fundamentam a técnica da consolidação de contas, permitiu concluir que as contas consolidadas têm uma enorme importância para o relato da posição financeira e *performance* de um grupo económico, dando a perspetiva ao leitor da existência de uma única entidade e sem a influência provocada pelas transações realizadas no seio do grupo. O fundamento é que o grupo deve ser visto como se de uma única entidade se tratasse, devendo por isso ser expurgados os efeitos de quaisquer transações internas.

Conclui-se também que a obrigatoriedade de reportar contas consolidadas reside no conceito de controlo e não meramente na ótica patrimonial, i.e. da mera participação jurídica, outrossim, o conceito de controlo é bem mais abrangente, não significando de *per se* que a posse de uma participação residual exclua do processo de consolidação a respetiva entidade.

Do estudo preconizado, verifica-se que o método de consolidação utilizado por excelência respeita ao método da consolidação integral, sendo os restantes métodos meras respostas a situações particulares (cfr. método da consolidação proporcional e método da equivalência patrimonial).

Constata-se que as etapas que se encontram subjacentes ao processo de consolidação de contas são extensas e obrigam a considerar certas situações particulares. Atente-se, desde logo, ao processo que deverá ser observado, desde o primeiro momento, no que se refere às diferenças de consolidação resultantes da aquisição de participações sociais noutras entidades, bem como, à problemática do apuramento dos interesses que não controlam, especialmente em grupos complexos, com vários níveis de participações e por vezes com participações cruzadas.

No apuramento das participações recíprocas conclui-se que um sistema matricial responde às dificuldades de cálculo que são trazidas para a equação quando se está na presença deste tipo de participações.

Pretendia-se, simultaneamente, com base na recolha dos fundamentos teóricos sobre o tema, levar para o ambiente real esses conhecimentos e, deste modo, contribuir para o reforço da eficiência no trabalho realizado no processo de consolidação de contas do grupo Infraventus.

A segunda parte deste projeto consubstancia-se em um trabalho de planeamento e construção de ferramentas tendentes à obtenção do balanço e demonstração dos resultados consolidados de forma automatizada. Conclui-se, pois, que não serão necessários *softwares*, por vezes dispendiosos, especificamente dedicados à realização desta tarefa, reitere-se, complexa.

Se as operações que carecem de tratamento especial no processo de preparação das contas consolidadas forem identificadas no nível máximo de desagregação, o diário, então simplifica-se o processo de consolidação permitindo a sua crescente automatização, premissa essencial para a obtenção de informação atempada.

Com isto, demonstra-se a relevância de preparar os sistemas de informação que permitam a identificação automatizada daquelas operações. Para o efeito foi estudado e desenvolvido um sistema de codificação e de procedimentos internos associados a uma estrutura de plano de contas que, para além de responder aos requisitos particulares de cada uma das entidades, permita também a prossecução do referido objetivo.

Mas a conclusão última é a de que muito haverá ainda por aprender e muitos desenvolvimentos terão de ser realizados na componente prática. Este trabalho mostra-se como um ponto de partida para um continuado desenvolvimento de muitos outros processos.

Na verdade, sem explorar à saciedade os desenvolvimentos futuros, será necessário prever e explorar procedimentos que melhor permitam desenvolver a funcionalidade da eliminação de margens não realizadas e decorrentes de operações intragrupo, nomeadamente que permita salvaguardar a informação das anulações de um determinado exercício, para utilização em exercícios subsequentes.

O ficheiro de apoio à construção das DFC terá de ser aperfeiçoado de forma a acolher de forma automatizada na demonstração dos resultados consolidada os efeitos decorrentes das entradas e saídas de entidades do perímetro no decurso do exercício económico.

Haverá também que construir um mecanismo que possibilite o cálculo automatizado das percentagens de participação na circunstância de existirem participações recíprocas e, bem assim, das percentagens de controlo.

Igualmente haverá que aprofundar e desenvolver ferramentas, seguindo os mesmos princípios, que permitam a construção dos quadros do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, de forma também automatizada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abir, M. Z. T. (2018). The Reporting Entity and Consolidated Financial Statements - According to IFRS 3: Business Combinations. Disponível em: [https://www.academia.edu/3471794/The\\_Reporting\\_Entity\\_and\\_Consolidated\\_Financial\\_Statements](https://www.academia.edu/3471794/The_Reporting_Entity_and_Consolidated_Financial_Statements) . Consultado em: 2019-03-05.
- Antunes, J. A. E. (2003). Autoparticipações e Cômputo das Participações Intersocietárias. *Separata de Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Raúl Ventura*, 275-291. Coimbra: Coimbra Editores.
- Carvalho, Á. M. S. (2011). A NCRF 15 - Investimentos em subsidiárias e consolidação e implicações fiscais e de auditoria. *Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto*. Disponível em: [http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/315/4/DM\\_Alvaro\\_Carvalho.pdf](http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/315/4/DM_Alvaro_Carvalho.pdf). Consultado em: 2019-01-12.
- Christensen, T. E., Cottrell, D. M. & Baker, R. E. (2014). Advanced Financial Accounting. New York: McGraw-Hill/Irwin.
- Comissão de Normalização Contabilística (2016). Disponível em: <http://www.cnc.min-financas.pt/pdf%5CSNC%5C2016%5CSumarioExecutivo.pdf>. Consultado em: 2018-12-21.
- Degos, J. (2015). Brief history of matrices, as a tool of consolidated financial statements. *Muhasebe ve Finans Tarihi Araştırmaları Dergisi*, (8), 51-78. Disponível em: <http://dergipark.org.tr/muftad/issue/30121/324979>. Consultado em: 2018-12-15.
- Elliot, B. & Elliott, J. (2011). Financial Accounting and Reporting. 14 ed. Edinburgh Gate: Pearson Education Limited.
- Ernst & Young LLP (2015). Consolidated and other financial statements, EUA. Disponível em: [https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/FinancialReportingDevelopments\\_BB1577\\_ConsolidatedFinancialStatements\\_8December2015/\\$FILE/FinancialReportingDevelopments\\_BB1577\\_ConsolidatedFinancialStatements\\_8December2015.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/FinancialReportingDevelopments_BB1577_ConsolidatedFinancialStatements_8December2015/$FILE/FinancialReportingDevelopments_BB1577_ConsolidatedFinancialStatements_8December2015.pdf). Consultado em: 2018-09-01.

- Ernst & Young LLP (2016). International GAAP 2016 - Generally Accepted Accounting Practice under International Financial Reporting Standards. Croydon: John Wiley & Sons Ltd.
- Fernandes, J. S. (2009). Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos. *Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*
- Guérin, M. & Pouget, J. (1972). Théorie des graphes, participation réciproque et consolidation. Disponível em: <https://mpira.ub.uni-muenchen.de/74388/>. Consultado em 2018-12-15.
- International Accounting Standards Board (2005). Basis for Conclusions on Exposure Draft of Proposed Amendments to IFRS 3 Businesses Combinations. London: IASCF.
- International Accounting Standards Board (2008). International Accounting Standards Board (IFRSs): including international accounting standards (IASs) and interpretations. London: IASCF.
- Lopes, A. I. & Trabucho, P. S. (2010). Demonstrações financeiras consolidadas no contexto do SNC. *Revista TOC* 122 (maio), 46-56.
- Lopes, C. A. R. (2010). Consolidação de Contas, de acordo com o SNC e Normas Internacionais de Contabilidade. 1 ed. Lisboa: Edições Sílabo.
- Lopes, C. A. R. (2011). Consolidação de Contas - Teoria e Casos Práticos (2.<sup>a</sup> Edição). Lisboa: Edições Sílabo.
- Lopes, C. A. R. (2011). Métodos de contabilização das participações financeiras em subsidiárias e associadas. *Revista TOC* 132 (março), 34-47.
- Macedo, A., Azevedo, G. & Oliveira, J. (2013). Consolidação de Contas. Lisboa: Escolar Editora.
- Macedo, A. C. M. S., (2012). Introdução à Consolidação de Contas: Sua Problemática. *Repositório Institucional da Universidade de Aveiro*. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/10985/1/disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Consultado em: 2018-08-30.
- Naia, P. J. F. & Silva, R. M. M. (2003). Contributos da contabilidade de gestão para a consolidação das demonstrações financeiras: a utilização dos custos reais e dos custos standard na eliminação dos resultados não realizados em operações com existências.

*Facultad de Ciencias Económicas (FCE) de la Universidad Nacional del Nordeste (UNNE).* Disponível em: [http://eco.unne.edu.ar/contabilidad/costos/VIIIcongreso/Area\\_22.htm](http://eco.unne.edu.ar/contabilidad/costos/VIIIcongreso/Area_22.htm). Consultado em: 2019-02-25.

Nicoleta, G. C. (2012). Perimeter of Consolidation – Essential Element for Account Consolidation. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/ovi/oviste/vxiy2012i2p1159-1163.html>. Consultado em: 2019-02-02.

Nistor, C. (2015). Some Aspects Regarding The Theories Of Consolidated Financial Statements. *SEA - Practical Application of Science, Fundația Română pentru Inteligența Afacerii, Editorial Department, issue 7*, 431-436. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/cmj/seapas/y2015i7p431-436.html>. Consultado em: 2018-10-01.

Oliveira, J. M. G. (2013). O Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades. *Centro de Investigação Jurídico Económica da Universidade do Porto*. Disponível em <https://www.cije.up.pt/publications/o-regime-especial-de-tributa%C3%A7%C3%A3o-dos-grupos-de-sociedades>. Consultado em: 2019-01-31

Oliveira, R. A. (2015). Consolidação de Contas e o método da equivalência patrimonial. *Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas*

PriceWaterhouseCoopers LLP (2010). Manual of Accounting - IFRS 2011. Londres: CCH - Wolters Kluwer.

PriceWaterhouseCoopers LLP (2015). Manual of Accounting - IFRS 2015 (Volume 2). Londres: Bloomsbury Professional.

PricewaterhouseCoopers LLP (2015). Consolidation and equity method of accounting. Disponível em: <http://www.pwc.com/us/en/cfodirect/assets/pdf/accounting-guides/pwc-consolidation-equity-method-accounting-2015.pdf>. Consultado em: 2018-09-01.

Quintas, J. M. (2016). Aquisição de participações - ilustração prática NCRF 14 e IFRS 3. *Revisores e Auditores* 75 (outubro-dezembro), 31-45.

Ramírez, J. P., (2014). Two Illusions: Consolidation and Capital. *Banco Central de Espanha*. Disponível em: <https://www.bde.es/f/webbde/GAP/Secciones/Publicaciones/InformesBoletinesRevi>

[stas/RevistaEstabilidadFinanciera/14/Noviembre/Fic/restfin2014274.pdf](https://www.revistaestabilidadfinanciera.com/14/Noviembre/Fic/restfin2014274.pdf). Consultado em: 2019-03-15.

Rodrigues, A. M. G. (2003). O Goodwill nas Contas Consolidadas: uma análise dos grupos não financeiros portugueses, Coimbra: Faculdade de Economia de Coimbra.

Rodrigues, J. (2015). Participações Financeiras e Consolidação de Contas. 1.<sup>a</sup> ed. Porto: Porto Editora.

Rodrigues, J. A. (2005). Práticas de Consolidação de Contas. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Áreas Editora, S.A.

Silva, S. (2007). Ajustamentos de consolidação decorrentes de transações comerciais entre empresas industriais pertencentes ao mesmo grupo económico. *Revisores e Auditores* 39 (outubro-dezembro), 21-55.

Svensson, A. (2008). Consolidated financial statements. *Akelius University*. Disponível em: [https://university.akelius.com/library/pdf/consolidated\\_fi\\_anders\\_svensson.pdf](https://university.akelius.com/library/pdf/consolidated_fi_anders_svensson.pdf). Consultado em: 2019-03-25.

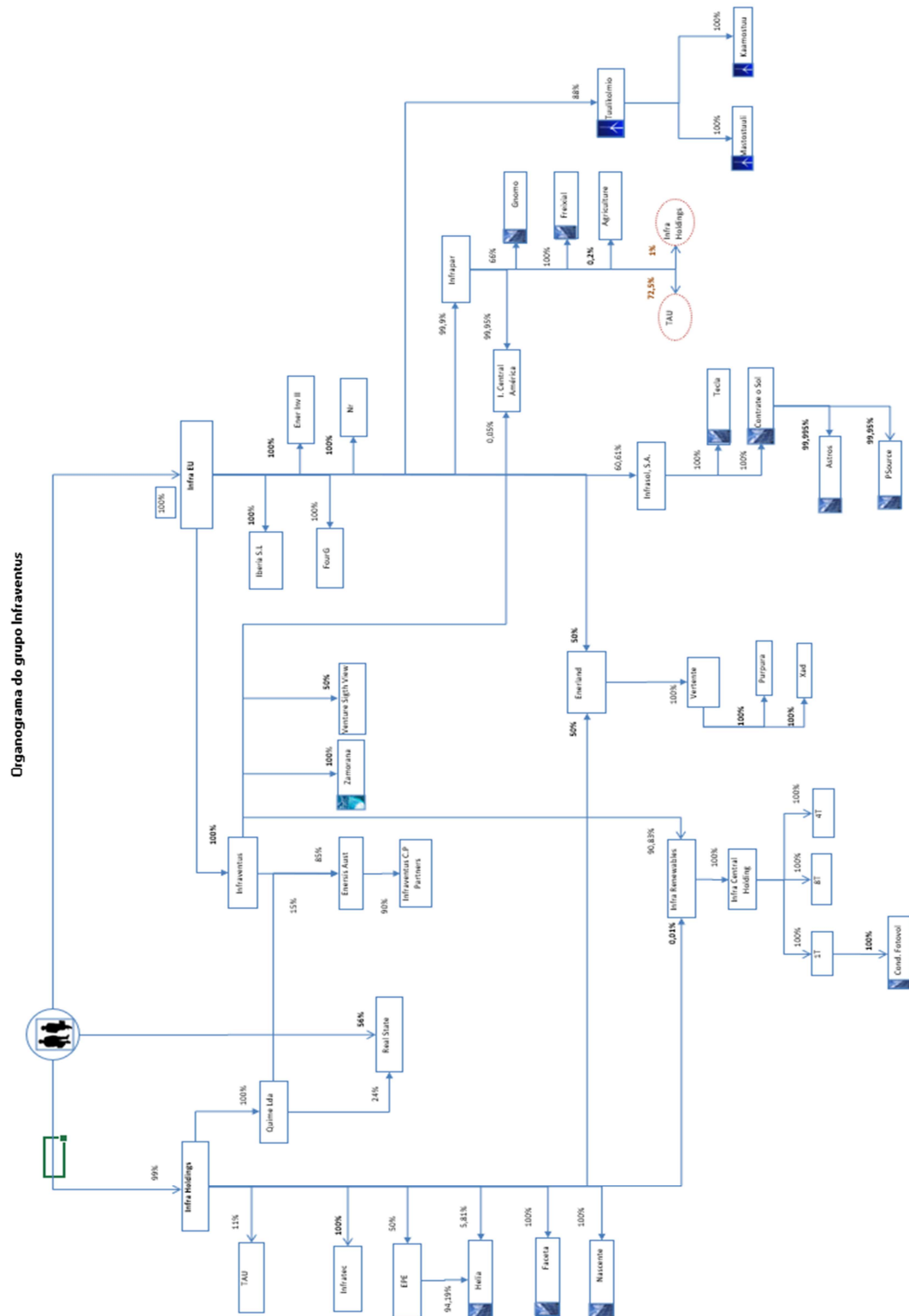
Vieira, R. & Major, M. J. (2009). Contabilidade e Controlo de Gestão - Teoria, Metodologia e Prática. Lisboa: Escolar Editora.

Yin, R. K. (2003). Case study research: design and methods. 3.<sup>a</sup> ed. London: Sage Publications, Inc.

## **APÊNDICES**



## APÊNDICE 1. Organograma do grupo Infraventus



## APÊNDICE 2. Estrutura Ficheiro “Calculo\_Participacoes(vs1)”

Calculo_participacoes(vs1).xlsm				Listagem_empresas_grupo				
Sociedade	NIF	Código Primavera	Data entrada no grupo	País	informação (Auto / Manual)	Sociedade consolidante	Direitos especiais de voto	Observações
Infrasol	PT500999123	inf220	01-01-2017	Portugal	A	Sim	Não	
Teclavertente	PT500999124	ots173	01-01-2017	Portugal	A	Não	Não	
Contrate o Sol	PT500999125	inf192	01-01-2017	Portugal	A	Não	Não	
Astros	PT500999126	ots206	01-01-2017	Portugal	A	Não	Não	
PrettySource	PT500999127	ens170	01-01-2017	Portugal	A	Não	Não	

Calculo_participacoes(vs1).xlsm		folha Base		detalhe Participações	
Participada	Cod1	%Part	Participante	Cod2	
Prettysource	ens170	99,95%	Contrate	inf192	
Astros	ots206	100,00%	Contrate	inf192	
Contrate	inf192	100,00%	Infrasol	inf220	
teclavertente	ots173	100,00%	Infrasol	inf220	

Calculo\_participacoes(vs1).xlsm

Resumo\_final

Resultado dos cálculos

Mãe

inf220

	Part Directa	Part. Indirecta	Nome Empresa Participada	%D+%I
ENS170	0,000%	99,950%	Prettysource	99,950%
OTS206	0,000%	99,995%	Astros	99,995%
INF192	100,000%	0,000%	Contrate	100,000%
OTS173	100,000%	0,000%	teclavertente	100,000%
INF220	0,000%	0,000%	0	0,000%

### APÊNDICE 3. Plano de Contas de suporte à preparação das DFC

Conta	Descrição	Exige Centro Custo?	Tipo Conta
21	Clientes		R
210	Clientes - Grupo		I
2101	Clientes c/c		I
21011	Clientes gerais		I
210111	Clientes - gr - mercado nacional		I
21011160<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
210112	Clientes - gr - mercado intracomunitário		I
21011260<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
210113	Clientes - gr - mercado externo		I
21011360<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
2108	Adiantamentos de clientes		I
21081	Ad.- clientes gerais		I
210811	Ad - clientes - gr - mercado nacional		I
21081160<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
210812	Ad - clientes - gr - mercado intracomunitário		I
21081260<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
210813	Ad - clientes - gr - outros mercados		I
21081360<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
2109	Perdas por imparidade acumuladas		I
21091	PIA.- clientes gerais		I
210911	PIA - clientes - gr - mercado nacional		I
21091160<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
210912	PIA - clientes - gr - mercado intracomunitário		I
21091260<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
210913	PIA - clientes - gr - outros mercados		I
21091360<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
22	Fornecedores		R
220	Fornecedores - Grupo		I
2201	Fornecedores c/c		I
22011	Fornecedores gerais		I
220111	Fornecedores - gr - mercado nacional		I
22011160<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
220112	Fornecedores - gr - mercado intracomunitário		I
22011260<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
220113	Fornecedores - gr - outros mercados		I
22011360<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
2208	Adiantamentos a fornecedores		I
22081	Ad.- fornecedores gerais		I
220811	Ad - fornecedores - gr - mercado nacional		I
22081160<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
220812	Ad - fornecedores - gr - merc. intracomunitário		I
22081260<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
220813	Ad - fornecedores - gr - outros mercados		I
22081360<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
2209	Perdas por imparidade acumuladas		I
22091	PIA.- fornecedores gerais		I
220911	PIA - fornecedores - gr - mercado nacional		I
22091160<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
220912	PIA - fornecedores - gr - merc. intracomunitário		I
22091260<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
220913	PIA - fornecedores - gr - outros mercados		I
22091360<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
25	Financiamentos obtidos		R
253	Participantes de capital		I
2531	Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		M
253160<COD ENT>	<Entidade Grupo>		I
2532	Outros participantes - Suprim. e out. mútuos		M
253260<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M

Conta	Descrição	Exige Centro Custo?	Tipo Conta
254	Subsidiárias, associadas e empreend. conj,		I
<b>25460&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
26	Accionistas/sócios		R
261	Accionistas c/ subscrição		I
<b>26160&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
263	Adiantamentos por conta de lucros		I
2632	Empresas do Grupo		I
<b>263260&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
2633	Empresa Associadas		I
<b>263360&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
2634	O.Empr. participantes. e particip		I
<b>263460&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
2635	Restantes Accionistas (Sócios)		I
<b>263560&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
264	Resultados atribuídos		I
2642	Empresas do Grupo		M
<b>264260&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		I
2643	Empresa Associadas		M
<b>264360&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		I
2644	O.Empr. participantes. e particip		M
<b>264460&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		I
2645	Restantes Accionistas (Sócios)		M
<b>264560&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		I
265	Lucros disponíveis		M
2652	Empresas do Grupo		I
<b>265260&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
2653	Empresa Associadas		I
<b>265360&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
2654	O.Empr. participantes. e particip		I
<b>265460&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
2655	Restantes Accionistas (Sócios)		M
266	Empréstimos concedidos - empresa-mãe		I
<b>26660&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
267	Empréstimos concedidos - participadas		I
<b>26760&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
268	Outras operações		I
<b>26860&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
269	Perdas por imparidade acumuladas		I
<b>26960&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
27	Outras contas a receber e a pagar		R
270	Fornecedores de investimentos - Grupo		I
27011	Fornecedores de investimentos - contas gerais		I
270111	Fornec. de invest.- c/g		I
2701111	Fornec. de invest.- c/g - mercado nacional		I
<b>270111160&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
2701112	Fornec. de invest.- c/g - mercado intracom.		I
<b>270111260&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
2701113	Fornec. de invest.- c/g - outros mercados		I
<b>270111360&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
27013	Adiantamentos a fornecedores de invest.		I
270131	Adiant. a fornec. de invest. - mercado nacional		I
<b>27013160&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
270132	Adiant. a fornec. de invest. - mercado intracom.		I
<b>27013260&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
270133	Adiant. a fornec. de invest. - outros mercados		I
<b>27013360&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
276	Adiantamentos por conta de vendas		I
2760	Adiantamentos por conta de vendas - Grupo		I
27601	Adiant. conta de vendas - mercado nacional		I
<b>2760160&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
27602	Adiant. conta de vendas - merc. Intracom.		I

Conta	Descrição	Exige Centro Custo?	Tipo Conta
2760260<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
27603	Adiant. conta de vendas - outros mercados		I
2760360<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
278	Outros devedores e credores		I
2780	Outros devedores e credores - Grupo		I
27801	Devedores diversos		I
278011	Devedores diversos - mercado nacional		I
27801160<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
278012	Devedores diversos - mercado intracomunitário		I
27801260<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
278013	Devedores diversos - outros mercados		I
27801360<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
27802	Credores diversos		I
278021	Credores diversos - mercado nacional		I
27802160<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
278022	Credores diversos - mercado intracomunitário		I
27802260<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
278023	Credores diversos - outros mercados		I
27802360<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
298	Outras provisões		I
2981	Outras provisões - MEP - não apropriação de CP negativos		I
298160<COD ENT>	<Entidade Grupo>		I
298160<COD ENT>01	Ajustamentos MEP - Demonstração de resultados		M
298160<COD ENT>02	Ajustamentos MEP - capitais próprios		M
298160<COD ENT>03	Ajustamentos MEP - Ajustamentos - Resultados Transitados		M
298160<COD ENT>99	Controlo - Salda		M
2982	Outras provisões - MEP - apropriação de CP negativos		I
298260<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
41	Investimentos financeiros		R
411	Investimentos em subsidiárias		I
4111	Participações de capital - mét. da equiv.patrim.		I
411160<COD ENT>	<Entidade Grupo>		I
411160<COD ENT>01	custo aquisição	SIM	M
411160<COD ENT>02	ajustamentos		M
411160<COD ENT>03	Goodwill		M
411160<COD ENT>04	Diferenças de aquisição (justo valor)		M
4112	Participações de capital - outros métodos		I
411260<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
4113	Empréstimos concedidos		I
411360<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
412	Investimentos em associadas		I
4121	Participações de capital - mét. da equiv.patrim.		I
412160<COD ENT>	<Entidade Grupo>		I
412160<COD ENT>01	custo aquisição	SIM	M
412160<COD ENT>02	ajustamentos		M
412160<COD ENT>03	Goodwill		M
412160<COD ENT>04	Diferenças de aquisição (justo valor)		M
4122	Participações de capital - outros métodos		I
412260<COD ENT>	<Entidade Grupo>	SIM	M
4123	Empréstimos concedidos		I
412360<COD ENT>	<Entidade Grupo>	SIM	M
413	Invest. em entidades conj. controladas		I
414	Investimentos noutras empresas		I
4141	Participações de capital		M
4142	Empréstimos concedidos		M
4143	Outros		M
419	Perdas por imparidade acumuladas		I
4191	Em investimentos em subsidiárias		I
41911	Partes de Capital - Empresas Grupo		I
4191160<COD ENT>	<Entidade Grupo>		M
41913	Emp. Financ. - Empresas do Grupo		I

*Potenciação do ERP na preparação das demonstrações financeiras consolidadas*

Conta	Descrição	Exige Centro Custo?	Tipo Conta
<b>4191360&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
4192	Em investimentos em associadas		I
41921	Partes de Capital - Emp. Associadas		I
<b>4192160&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
41923	Emp. Financ. - Empresas Associadas		I
<b>4192360&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade Grupo&gt;</b>		M
4194	Em investimentos noutras empresas		M
<b>43*</b>	Ativos fixos tangíveis	<b>SIM</b>	R
<b>44*</b>	Ativos intangíveis	<b>SIM</b>	R
449	Perdas por imparidade acumuladas		I
<b>45*</b>	Investimentos em curso	<b>SIM</b>	R
51	Capital		R
511	Quotas		I
<b>51160&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade&gt;</b>		M
512	Acções		I
<b>51260&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade&gt;</b>		M
53	Outros instrumentos de capital próprio		R
531	Prest.supl. e outros instr. de capital próprio		M
<b>53160&lt;COD ENT&gt;</b>	<b>&lt;Entidade&gt;</b>		
<b>6*</b>	Gastos	<b>SIM</b>	*
<b>7*</b>	Rendimentos	<b>SIM</b>	*

## APÊNDICE 4. Estrutura Ficheiro “Infraventus\_Consolidado.xlsm”

Ficheiro de Apoio à construção do Balanço e Demonstração dos Resultados Consolidados - Estrutura

Título Folha	Comentários
Base	Delimitação do período relativo ao qual se pretendem os dados contabilísticos
Perímetro	Indicação das entidades do perímetro de consolidação e respetivas participações
Bal_man	Inserção do balanço individual das entidades não integradas no ERP
Dr_man	Inserção da DR individual das entidades não integradas no ERP
Bal	Folha contendo todas as fases com vista à construção do Balanço Consolidado
DR	Folha contendo todas as fases com vista à construção da Demonstração dos Resultados Consolidada
Anul_Part	Dados obtidos automaticamente relativos às participações financeiras, ajustamento MEP, <i>Goodwill</i> e prestações sup.
PartSoc_Intragr	informação sobre ganhos / perdas realizadas com alienação de participações sociais entre entidades do perímetro
Trans_72	Folhas com informação relativa às transações a eliminar da DR Consolidada - Ligação à fase 6 (DR)
Trans_62	
Trans_7816	
Juro_Red	
Juro_Gast	
Aqui_Inv	Resumo dos saldos a eliminar do Balanço Consolidado
SalDOS	
Slds_21DB	Folhas com informação relativa aos saldos a eliminar do Balanço Consolidado - Ligação à fase 6 (BAL)
Slds_22CR	
Slds278DB	
Slds278CR	
Slds_272DB	
Slds272CR	
Slds266DB	
Slds254CR	
Slds267DB	
Slds2685DB	
Slds2685CR	
Slds253CR	
Slds2701CR	Balanço Consolidado
BAL_CONS	
DR_CONS	Demonstração dos Resultados Consolidado

Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xslm Folha Base

Inserir ano e período pretendido	
Ano:	2018
Mês_inicial:	0
Mês_final:	13

Período para Balanço	
Ano:	2018
Mês_inicial:	0
Mês_final:	15

Período para DR	
Ano:	2018
Mês_inicial:	0
Mês_final:	13

Período para Saldos	
Ano:	2018
Mês_inicial:	0
Mês_final:	13

Período para Transações	
Ano:	2018
Mês_inicial:	0
Mês_final:	13

Período para Centros Custo	
Ano:	2018
Mês_inicial:	1
Mês_final:	13



Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xlsm

Folha Perimetro

Empresa	Código	%PS	%KPI	%KPD	%I + %D (mãe)	Método		Ordenação pretendida	Sociedade-Mãe	INF220
						Cons	Dados			
Infrasol - Infraventus Solar, Contrate o Sol, Lda	INF220	0.00%	100.00%	100.00%	100.00%	I	A	1		
Astros Irreverentes, Lda	Inf192	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%	I	A	2		
Prettysource, Lda	ots206	27.78%	100.00%	100.00%	100.00%	I	A	3		
Teclavertente, Unipessoal, Lda	ens170	5.61%	99.95%	99.95%	99.95%	I	A	4		
	ots173	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%	I	A	5		

[illegible]

Folha Dr\_man

nfraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xlsx

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA												
amounts expressed in Euros												
Ano:	Mês_inicial:	Mês_final:	Mês_final:									

# Potenciação do ERP na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xlsm

Folha BAL

Fase 1

<b>BALANÇO INDIVIDUAL</b>						
amounts expressed in euros						
Inserir código de empresa a mostrar a filtrar:						
	Infraventus Soluç.	Contrato e Sol, Lda	Autos Infraventas, Lda	Proteção, Lda	Tecnoventas, Unipessoal, Lda	Total Agregado
	INF220	Inf192	ots205	ens170	ots173	
Tipo consolidação						
FASE 2	FASE1	FASE1	FASE1	FASE1	FASE1	
<b>ATIVO / ASSETS</b>						
<b>Integração de saldos [agregado]</b>						
Ativos fixos tangíveis	-	2 387 975,47	1 110 967,71	741 843,01	3 931 049,30	8 171 835,49
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Ativos biológicos	-	-	-	-	-	-
Participações financeiras - MEP	1 965 774,51	3 989 200,41	-	-	-	5 954 974,92
Participações financeiras - outros métodos	-	-	-	-	-	-
Acionistas/sócios	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	8 778 100,00	10 000,00	-	420 000,00	-	9 208 100,00
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>10 743 874,51</b>	<b>6 387 175,88</b>	<b>1 110 967,71</b>	<b>1 161 843,01</b>	<b>3 931 049,30</b>	<b>23 334 910,41</b>
<b>Ativo corrente</b>						
Inventários	-	-	-	-	-	-
Ativos biológicos	-	-	-	-	-	-
Clientes	63 121,39	20 319,56	-	-	-	83 440,95
Adiantamentos a fornecedores	-	330,00	-	-	1 476,00	1 806,00
Estado e outros entes públicos	3 018,66	2 293,71	250 440,57	264 839,41	70 996,51	591 588,86
Acionistas/sócios	-	-	-	-	-	-
Outros créditos a receber	81 284,54	41 213,52	78 000,00	78 000,00	21 788,60	300 286,66
Diferimentos	308,79	8 259,20	-	-	-	8 567,99
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	-	-
Caixa e depósitos bancários	4 068 100,93	179 418,89	685 733,55	866 395,48	91 792,53	5 891 441,38
<b>Total do ativo</b>	<b>4 215 834,31</b>	<b>251 834,88</b>	<b>1 014 174,12</b>	<b>1 209 234,89</b>	<b>186 053,64</b>	<b>6 877 131,84</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>14 959 708,82</b>	<b>6 639 010,76</b>	<b>2 125 141,83</b>	<b>2 371 077,90</b>	<b>4 117 102,94</b>	<b>30 212 042,25</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>						
<b>Capital próprio</b>						
Capital subscrito	15 000 000,00	100,00	2 000 100,00	2 001 000,00	2 000 000,00	21 001 200,00
Ações (quotas) próprias	-	-	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital próprio	-	6 633 500,00	18 000,00	89 145,74	2 144 600,00	8 885 245,74
Prêmios de emissão	-	-	-	-	-	-
Reservas legais	-	2 500,00	-	-	-	2 500,00
Outras reservas	-	11 484,84	-	-	-	11 484,84
Resultados transferidos	(31 479,54)	(37 835,18)	(7 269,90)	-	(26 025,17)	(102 609,79)
Ajustamentos em ativos financeiros	(12 040,33)	(7 269,54)	-	-	-	(19 309,87)
<b>Total do capital próprio</b>	<b>14 956 480,13</b>	<b>6 602 480,12</b>	<b>2 010 830,10</b>	<b>2 090 145,74</b>	<b>4 118 574,83</b>	<b>29 778 510,92</b>
Resultado líquido do período	(8 200,32)	(51 731,03)	(1 769,65)	(1 761,37)	(8 200,32)	(71 662,69)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-
Resultado do período anterior	-	-	-	-	-	-
<b>Total do capital próprio</b>	<b>14 948 279,81</b>	<b>6 550 749,09</b>	<b>2 009 060,45</b>	<b>2 088 384,37</b>	<b>4 110 374,51</b>	<b>29 706 848,23</b>
<b>Interesses que não controlam</b>						
<b>Total do capital próprio</b>	<b>14 948 279,81</b>	<b>6 550 749,09</b>	<b>2 009 060,45</b>	<b>2 088 384,37</b>	<b>4 110 374,51</b>	<b>29 706 848,23</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Passivo não corrente</b>						
Provisões	-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	-
Diferimentos	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas a pagar	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo corrente</b>						
Fornecedores	9 840,00	87 311,79	-	-	1 845,00	98 996,79
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	-	118,75	-	-	-	118,75
Acionistas/sócios	-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas a pagar	1 589,01	831,13	116 081,38	282 693,53	4 883,43	406 078,48
Diferimentos	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo</b>	<b>11 429,01</b>	<b>88 261,67</b>	<b>116 081,38</b>	<b>282 693,53</b>	<b>6 728,43</b>	<b>505 194,02</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>11 429,01</b>	<b>88 261,67</b>	<b>116 081,38</b>	<b>282 693,53</b>	<b>6 728,43</b>	<b>505 194,02</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>14 959 708,82</b>	<b>6 639 010,76</b>	<b>2 125 141,83</b>	<b>2 371 077,90</b>	<b>4 117 102,94</b>	<b>30 212 042,25</b>
<b>Cir_Balancamento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

BALANÇO INDIVIDUAL					
amounts expressed in Euros					
Inserir código de empresa a mostrar a filtrar:					
	Informação geral	Gestão e Sit. Lda	Autos Invenientes Lda	Participações Lda	Trabalhadora, Regressada Lda
	PA&L	PA&L	PA&L	PA&L	PA&L
PA&L	Ajustamentos / reclassificações prévias				
ATIVO / ASSETS					
Ativos fixos tangíveis					
Propriedades de investimento					
Goodwill					
Ativos intangíveis					
Ativos biológicos					
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial					
Participações financeiras - outros métodos					
Acionistas/sócios					
Outros ativos financeiros					
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-
<b>Ativo corrente</b>					
Inventários					
Ativos biológicos					
Clientes					
Adiantamentos a fornecedores					
Estado e outros entes públicos					
Acionistas/sócios					
Outros créditos a receber					
Diferimentos					
Ativos financeiros detidos para negociação					
Outros activos financeiros					
Caixa e depósitos bancários	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo</b>	-	-	-	-	-
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital próprio					
Capital subscrito					
Ações (quotas) próprias					
Outros instrumentos de capital próprio					
Prémios de emissão					
Reservas legais					
Outras reservas					
Resultados transferidos					
Ajustamentos em ativos financeiros	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-
Dividendos antecipados					
Resultado do período anterior	-	-	-	-	-
<b>Interesses que não controlam</b>					
<b>Total do capital próprio</b>	-	-	-	-	-
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões					
Financiamentos obtidos					
Diferimentos					
Passivos por impostos diferidos					
Outras dívidas a pagar	-	-	-	-	-
<b>Passivo corrente</b>					
Fornecedores					
Adiantamentos de clientes					
Estado e outros entes públicos					
Acionistas/sócios					
Financiamentos obtidos					
Outras dívidas a pagar					
Diferimentos					
Passivos financeiros detidos para negociação					
Outros passivos financeiros					
Passivos não correntes detidos para venda					
<b>Total do passivo</b>	-	-	-	-	-
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	-	-	-	-	-
<b>Ctr. Balançamento</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



# Potenciação do ERP na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xlsm

Folha BAL

Fase 3

BALANÇO INDIVIDUAL						
amounts expressed in Euros						
Inserir código de empresa a mostrar a filtrar:						
	Infraventus Solus, Lda	Controlis e Sol, Lda	Autos Invenientes, Lda	Proteptura, Lda	Tedoverista, Unipessoal, Lda	Total agregado ajustado e reclassificado
	1999	1999	1999	1999	1999	
<b>ATIVO / ASSETS</b>	<b>Total agregado ajustado e reclassificado</b>					
Ativos fixos tangíveis	-	2 387 975,47	1 110 967,71	741 843,01	3 931 049,30	8 171 835,49
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Ativos biológicos	-	-	-	-	-	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	1 965 774,51	3 989 200,41	-	-	-	5 954 974,92
Participações financeiras - outros métodos	-	-	-	-	-	-
Acionistas/sócios	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	8 778 100,00	10 000,00	-	420 000,00	-	9 208 100,00
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
<b>Ativo corrente</b>	<b>10 743 874,51</b>	<b>8 387 175,88</b>	<b>1 110 967,71</b>	<b>1 161 843,01</b>	<b>3 931 049,30</b>	<b>23 334 910,41</b>
Inventários	-	-	-	-	-	-
Ativos biológicos	-	-	-	-	-	-
Clientes	63 121,39	20 319,56	-	-	-	83 440,95
Adiantamentos a fornecedores	-	330,00	-	-	1 475,00	1 805,00
Estado e outros entes públicos	3 018,66	2 293,71	250 440,57	264 839,41	70 995,51	681 588,86
Acionistas/sócios	-	-	-	-	-	-
Outros créditos a receber	81 284,54	41 213,52	78 000,00	78 000,00	21 788,60	300 286,66
Diferimentos	308,79	8 259,20	-	-	-	8 567,99
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	-	-
Caixa e depósitos bancários	4 058 100,93	179 418,89	685 733,55	966 395,48	91 792,53	6 881 441,38
<b>Total do ativo</b>	<b>4 215 834,31</b>	<b>261 834,88</b>	<b>1 014 174,12</b>	<b>1 208 234,89</b>	<b>188 063,84</b>	<b>8 877 131,84</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>14 968 708,52</b>	<b>8 638 010,78</b>	<b>2 126 141,83</b>	<b>2 371 077,90</b>	<b>4 117 102,84</b>	<b>30 212 042,26</b>
<b>Capital próprio</b>						
Capital subscrito	15 000 000,00	100,00	2 000 100,00	2 001 000,00	2 000 000,00	21 001 200,00
Ações (quotas) próprias	-	-	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital próprio	-	6 633 500,00	18 000,00	89 145,74	2 144 600,00	8 866 245,74
Prêmios de emissão	-	-	-	-	-	-
Reservas legais	-	2 500,00	-	-	-	2 500,00
Outras reservas	-	11 484,84	-	-	-	11 484,84
Resultados transitados	(31 479,54)	(37 835,15)	(7 269,90)	-	(25 025,17)	(102 609,76)
Ajustamentos em ativos financeiros	(12 040,33)	(7 269,54)	-	-	-	(19 309,87)
<b>Total do capital próprio</b>	<b>14 968 480,13</b>	<b>8 602 480,12</b>	<b>2 010 830,10</b>	<b>2 090 145,74</b>	<b>4 118 674,83</b>	<b>29 778 510,92</b>
Resultado líquido do período	(8 200,32)	(51 731,03)	(1 763,55)	(1 761,37)	(8 200,32)	(71 662,59)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-
Resultado do período anterior	-	-	-	-	-	-
<b>Total do capital próprio</b>	<b>14 948 279,81</b>	<b>8 550 749,09</b>	<b>2 009 066,55</b>	<b>2 088 384,37</b>	<b>4 110 474,51</b>	<b>29 706 848,23</b>
<b>Interesses que não controlam</b>						
<b>Total do capital próprio</b>	<b>14 948 279,81</b>	<b>8 550 749,09</b>	<b>2 009 066,55</b>	<b>2 088 384,37</b>	<b>4 110 474,51</b>	<b>29 706 848,23</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Passivo não corrente</b>						
Provisões	-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	-
Diferimentos	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas a pagar	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo corrente</b>						
Fornecedores	9 840,00	87 311,79	-	-	1 845,00	88 996,79
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	-	118,75	-	-	-	118,75
Acionistas/sócios	-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas a pagar	1 589,01	831,13	116 081,38	262 693,53	4 883,43	408 078,48
Diferimentos	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo</b>	<b>11 429,01</b>	<b>88 261,67</b>	<b>116 081,38</b>	<b>262 693,53</b>	<b>6 728,43</b>	<b>605 194,02</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>14 968 708,52</b>	<b>8 638 010,78</b>	<b>2 126 141,83</b>	<b>2 371 077,90</b>	<b>4 117 102,84</b>	<b>30 212 042,26</b>
<b>Cx_Balancamento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

# Potenciação do ERP na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xlsx

Folha BAL

Fase 4

BALANÇO INDIVIDUAL						
montante expressed in Euros						
Inserir código de empresa a mostrar a filtrar:						
		Part_Poup	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
		Dir + Ind CS	100,00%	27,78%	6,81%	100,00%
		Part_diretas	100,00%	100,00%	98,86%	100,00%
		Part_diretas	100,00%	100,00%	98,86%	100,00%
		Infraestr - Infraestruturas Solas,	Contratos e Sol. Lda	Ativos Intermediários, Lda	Proteções, Lda	Tecnologias, Equipamentos, Lda
		FOLHA	FOLHA	FOLHA	FOLHA	FOLHA
Eliminação dos investimentos financeiros						
ATIVO / ASSETS						
Ativos fixos tangíveis						8 171 835,49
Propriedades de investimento						0,00
Goodwill						0,00
Ativos intangíveis						0,00
Ativos biológicos						0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	0,00	0,00	-1 990 980,90	-1 998 239,51	-1 985 774,51	0,00
Participações financeiras - outros métodos						0,00
Acionistas/sócios						0,00
Outros ativos financeiros						9 208 100,00
Ativos por impostos diferidos						0,00
	-	-	(1 990 980,80)	(1 998 238,61)	(1 986 774,61)	17 378 836,49
Ativo corrente						
Inventários						0,00
Ativos biológicos						0,00
Clientes						83 440,95
Adiantamentos a fornecedores						1 806,00
Estado e outros entes públicos						591 588,86
Acionistas/sócios						0,00
Outros créditos a receber						300 286,66
Diferimentos						8 567,59
Ativos financeiros detidos para negociação						0,00
Outros activos financeiros						0,00
Caixa e depósitos bancários						5 891 441,38
	-	-	-	-	-	8 877 131,84
	-	-	(1 990 980,80)	(1 998 238,61)	(1 986 774,61)	24 267 067,33
Total do ativo						
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
Capital próprio						
Capital subscrito	0,00	-100,00	-2 000 100,00	-2 001 000,00	-2 000 000,00	15 000 000,00
Ações (quotas) próprias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio						8 885 245,74
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais	0,00	-2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras reservas	0,00	-11 484,84	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transferidos	0,00	37 835,18	7 269,90	0,00	26 025,17	-31 479,54
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	7 269,54	0,00	0,00	0,00	-12 040,33
	-	81 918,88	(1 982 830,10)	(2 001 000,00)	(1 875 874,83)	23 841 726,87
Resultado líquido do período	0,00	51 731,03	1 769,65	1 761,37	8 200,32	-8 200,32
Dividendos antecipados						0,00
Resultado do período anterior						
	-	82 760,81	(1 991 080,46)	(1 998 238,83)	(1 986 774,61)	23 833 526,55
Interesses que não controlam	0,00	0,00	99,55	999,12	0,00	1 096,67
	-	82 760,81	(1 990 980,90)	(1 998 238,61)	(1 986 774,61)	23 834 624,22
Total do capital próprio						
Passivo						
Passivo não corrente						
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos						0,00
Diferimentos						0,00
Passivos por impostos diferidos						0,00
Outras dívidas a pagar						0,00
	-	-	-	-	-	-
Passivo corrente						
Fornecedores						98 996,79
Adiantamentos de clientes						0,00
Estado e outros entes públicos						118,75
Acionistas/sócios						0,00
Financiamentos obtidos						0,00
Outras dívidas a pagar						406 078,48
Diferimentos						0,00
Passivos financeiros detidos para negociação						0,00
Outros passivos financeiros						0,00
Passivos não correntes detidos para venda						0,00
	-	-	-	-	-	606 184,02
Total do passivo						606 184,02
Total do capital próprio e do passivo						24 338 818,24
	-	82 760,81	(1 990 980,90)	(1 998 238,61)	(1 986 774,61)	24 338 818,24
CP - Balanço	0,00	-82 760,81	0,00	0,00	0,00	-82 760,81
Imputação CP negativo a Rtranzado	23 750,34	0,00	0,00	0,00	0,00	23 750,34
Imputação RL negativo -> a RLiz cont	51 731,03	0,00	0,00	0,00	0,00	51 731,03
Imputação RL negativo a Ajustamentos	7 269,54	0,00	0,00	0,00	0,00	7 269,54
Difs MEP vs CP das part. RT's	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	82 760,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

BALANÇO INDIVIDUAL	Ajustamentos proporcionais	
	0,00%	
	0,00%	
	0,00%	
	0,00%	
	0,00%	
	0,00%	
	0,00%	
Total após ajustamentos método cons. Proporcional		
FASEB	FASEB	
<b>ATIVO / ASSETS</b>	-	8 171 835,49
Ativos fixos tangíveis	-	-
Propriedades de investimento	-	-
Goodwill	-	-
Ativos intangíveis	-	-
Ativos biológicos	-	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	-	-
Participações financeiras - outros métodos	-	-
Acionistas/sócios	-	-
Outros ativos financeiros	-	9 208 100,00
Ativos por impostos diferidos	-	-
	-	17 379 935,49
<b>Ativo corrente</b>	-	-
Inventários	-	-
Ativos biológicos	-	-
Clientes	-	83 440,95
Adiantamentos a fornecedores	-	1 806,00
Estado e outros entes públicos	-	591 588,86
Acionistas/sócios	-	-
Outros créditos a receber	-	300 286,66
Diferimentos	-	8 567,99
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Outros ativos financeiros	-	-
Caixa e depósitos bancários	-	5 891 441,38
	-	6 877 131,84
<b>Total do ativo</b>	-	24 257 067,33
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	-	-
<b>Capital próprio</b>	-	-
Capital subscrito	-	15 000 000,00
Ações (quotas) próprias	-	-
Outros instrumentos de capital próprio	-	8 685 245,74
Premios de emissão	-	(19 309,87)
Reservas legais	-	-
Outras reservas	-	-
Resultados transitados	-	(55 229,88)
Ajustamentos em ativos financeiros	-	(19 309,87)
	-	23 810 705,99
Resultado líquido do período	-	(59 931,35)
Dividendos antecipados	-	-
Resultado do período anterior	-	-
	-	23 750 774,64
<b>Interesses que não controlam</b>	-	1 096,67
	-	-
<b>Total do capital próprio</b>	-	23 751 873,31
<b>Passivo</b>	-	-
<b>Passivo não corrente</b>	-	-
Provisões	-	-
Financiamentos obtidos	-	-
Diferimentos	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-
Outras dívidas a pagar	-	-
	-	-
<b>Passivo corrente</b>	-	-
Fornecedores	-	98 996,79
Adiantamentos de clientes	-	-
Estado e outros entes públicos	-	118,75
Acionistas/sócios	-	-
Financiamentos obtidos	-	-
Outras dívidas a pagar	-	406 078,48
Diferimentos	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Outros passivos financeiros	-	-
Passivos não correntes detidos para venda	-	-
	-	505 194,02
<b>Total do passivo</b>	-	505 194,02
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	-	24 257 067,33



118

# Potenciação do ERP na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xslsm

Folha bAL

Fase 6

<b>BALANÇO INDIVIDUAL</b>						
amounts expressed in Euros						
Inserir código de empresa a mostrar a filtrar:						
	Infravest - Infraventus Sólar, Lda	Contrate o Sol, Lda	Autos Infraventus, Lda	Pretpaymore, Lda	Techoverto, Unipessoal, Lda	Total após eliminação de saldos intra-grupo
FASES	FASES	FASES	FASES	FASES	FASES	
<b>ATIVO / ASSETS</b>	<b>Eliminação de saldos intra-grupo</b>					
Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	8 171 835,39
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Ativos biológicos	-	-	-	-	-	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Participações financeiras - outros métodos	-	-	-	-	-	-
Acionistas/sócios	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	0,00	-	-	-	-	420 000,00
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
<b>Ativo corrente</b>	-	-	-	-	-	<b>8 591 835,49</b>
Inventários	-	-	-	-	-	-
Ativos biológicos	-	-	-	-	-	-
Clientes	(63 121,39)	-	-	-	-	20 319,56
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-	1 806,00
Estado e outros entes públicos	-	-	-	-	-	591 588,86
Acionistas/sócios	-	-	-	-	-	-
Outros créditos a receber	(78 000,00)	-	-	-	-	222 266,66
Diferimentos	-	-	-	-	-	8 567,99
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	-	5 891 441,38
Caixa e depósitos bancários	(141 121,39)	-	-	-	-	6 736 010,45
<b>Total do ativo</b>	<b>(141 121,39)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15 327 845,94</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>						
<b>Capital próprio</b>						
Capital subscrito	-	-	-	-	-	15 000 000,00
Ações (quotas) próprias	-	-	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital próprio	-	-	-	-	-	-
Prémios de emissão	-	-	-	-	-	-
Reservas legais	-	-	-	-	-	-
Outras reservas	-	-	-	-	-	-
Resultados transitados	-	-	-	-	-	(55 229,88)
Ajustamentos em ativos financeiros	-	-	-	-	-	(19 309,87)
<b>Total do capital próprio</b>	<b>(51 318,20)</b>	<b>51 318,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14 925 460,25</b>
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	(59 931,35)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-
Resultado do período anterior	-	-	-	-	-	-
<b>Interesses que não controlam</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>98 244,41</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>(51 318,20)</b>	<b>51 318,20</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14 963 773,31</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Passivo não corrente</b>						
Provisões	-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	-
Diferimentos	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas a pagar	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo corrente</b>						
Fornecedores	-	(63 121,39)	-	-	-	35 875,40
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	-	-	-	-	-	118,75
Acionistas/sócios	-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas a pagar	-	-	-	(78 000,00)	-	328 078,48
Diferimentos	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo</b>	<b>(63 121,39)</b>	<b>-</b>	<b>(78 000,00)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>364 072,63</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>(63 121,39)</b>	<b>-</b>	<b>(78 000,00)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>364 072,63</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>(51 318,20)</b>	<b>(11 803,19)</b>	<b>-</b>	<b>(78 000,00)</b>	<b>-</b>	<b>15 327 845,94</b>
<b>Clr_Balancamento</b>	<b>-89 883,18</b>	<b>11 803,18</b>	<b>0,00</b>	<b>78 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

120

# Potenciação do ERP na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xlsm

Folha dR

Fase 1

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA						Total Agregado
amounts expressed in Euros						
	Infraventus - Infraventus Solar, INF220	Contrate o Sol, Lda Inf192	Astros Inververentes, Lda ots206	Prettysource, Lda ens170	Techwertente, Unipessoal, Lda ots173	
Tipo consolidação	FASE1	FASE1	FASE1	FASE1	FASE1	
Vendas e serviços prestados	51 318,20	209 174,08	-	-	-	320 492,28
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(8 200,32)	(3 530,05)	-	-	-	-11 730,37
Variação os inventários da produção	-	-	-	-	-	0,00
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-	-	-	-	0,00
Fornecimentos e serviços externos	(51 238,20)	(122 170,73)	(1 769,65)	(1 678,37)	(8 200,32)	-185 057,27
Gastos com pessoal	-	-	-	-	-	0,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-	-	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-	-	0,00
Outros rendimentos e ganhos	-	-	-	-	-	0,00
Outros gastos	(80,00)	(278,11)	-	(83,00)	-	-439,11
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	(8 200,32)	143 197,19	(1 769,65)	(1 761,37)	(8 200,32)	123 265,53
Gastos/reversões de depreciações e de amortização	-	(194 928,22)	-	-	-	-194 928,22
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	(8 200,32)	(51 731,03)	(1 769,65)	(1 761,37)	(8 200,32)	(71 662,69)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-	0,00
Juros e gastos similares suportados	-	-	-	-	-	0,00
Resultados antes de impostos (EBT)	(8 200,32)	(51 731,03)	(1 769,65)	(1 761,37)	(8 200,32)	(71 662,69)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	(8 200,32)	(51 731,03)	(1 769,65)	(1 761,37)	(8 200,32)	-71 662,69
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período						
Resultado líquido do período atribuível a:						
Detentores do capital da empresa-mãe						-
Interesses minoritários - OTS						-

# Potenciação do ERP na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xlsm

Folha dR

Fase 2

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA						Ajustamentos e Reclassificações Prévias
amounts expressed in Euros						
	Infravent - Infraventus Solar,	Contrate o Sol, Lda	Astros Irreverentes, Lda	Prethysource, Lda	Tedevertente, Unipessoal, Lda	
	INF220	Inf192	ots208	ens170	ots173	
Tipo consolidação	FASE2	FASE2	FASE2	FASE2	FASE2	
Vendas e serviços prestados						0,00
Subsídios à exploração						0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos						0,00
Variação os inventários da produção						0,00
Trabalhos para a própria entidade						0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas						0,00
Fornecimentos e serviços externos						0,00
Gastos com pessoal						0,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)						0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)						0,00
Provisões (aumentos/reduções)						0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)						0,00
Aumentos/reduções de justo valor						0,00
Outros rendimentos e ganhos						0,00
Outros gastos						0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	-	-	-	-	-	-
Gastos/reversões de depreciações e de amortização						0,00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)						0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	-	-	-	-	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos						0,00
Juros e gastos similares suportados						0,00
Resultados antes de impostos (EBT)	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do período						-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	0,00
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período						0,00
Resultado líquido do período atribuível a:						
Detentores do capital da empresa-mãe						-
Interesses minoritários - OTS						-



# Potenciação do ERP na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xslsm

Folha dR

Fase 3

	PI	100,00%	100,00%	99,95%	100,00%	
	PD	100,00%	100,00%	99,95%	100,00%	
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA</b>						
amounts expressed in Euros						
	Infraventus - Infraventus Solar, Lda	Contrate o Sol, Lda	Astros Inevitantes, Lda	PrettySource, Lda	Tecloventente, Unipessoal, Lda	Total Agregado ajustado e reclassificado
	INF220	Inf192	ots206	ens170	ots173	
Tipo consolidação:	FASES	FASES	FASES	FASES	FASES	
Vendas e serviços prestados	51 318,20	269 174,08	-	-	-	320 492,28
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(8 200,32)	(3 530,05)	-	-	-	-11 730,37
Variação os inventários da produção	-	-	-	-	-	0,00
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-	-	-	-	0,00
Fornecimentos e serviços externos	(51 238,20)	(122 170,73)	(1 769,65)	(1 678,37)	(8 200,32)	-185 057,27
Gastos com pessoal	-	-	-	-	-	0,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-	-	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-	-	0,00
Outros rendimentos e ganhos	-	-	-	-	-	0,00
Outros gastos	(80,00)	(276,11)	-	(83,00)	-	-439,11
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	(8 200,32)	143 197,19	(1 769,65)	(1 761,37)	(8 200,32)	123 265,53
Gastos/reversões de depreciações e de amortização	-	(104 928,22)	-	-	-	-104 928,22
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	(8 200,32)	(51 731,03)	(1 769,65)	(1 761,37)	(8 200,32)	(71 662,69)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-	0,00
Juros e gastos similares suportados	-	-	-	-	-	0,00
Resultados antes de impostos (EBT)	(8 200,32)	(51 731,03)	(1 769,65)	(1 761,37)	(8 200,32)	(71 662,69)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	(8 200,32)	(51 731,03)	(1 769,65)	(1 761,37)	(8 200,32)	-71 662,69
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período atribuível a:						
Detentores do capital da empresa-mãe	(8 200,32)	(51 731,03)	(1 769,58)	(1 760,49)	(8 200,32)	(71 661,72)
Interesses minoritários - OTS	-	-	(0,08)	(0,88)	-	(0,97)

# Potenciação do ERP na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Infracventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xlsm

Folha dR

Fase 4

	PI	0,00%	100,00%	100,00%	99,95%	100,00%	
	PD	100,00%	100,00%	100,00%	99,95%	100,00%	
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA</b>							
amounts expressed in Euros							
	<b>Ajustamentos consolidação</b>					<b>Eliminações MEP</b>	
	Infracol - Infracventus Solar, INF220	Contrate o Sol, Lda Inf102	Astros Inverentes, Lda ots206	Prettysource, Lda ens170	Teclevertente, Unipessoal, Lda ots173		
Vendas e serviços prestados							0,00
Subsídios à exploração							0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8 200,32	3 530,05	-	-	-		11 730,37
Variação os inventários da produção							0,00
Trabalhos para a própria entidade							0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas							0,00
Fornecimentos e serviços externos							0,00
Gastos com pessoal							0,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)							0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)							0,00
Provisões (aumentos/reduções)							0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-		0,00
Aumentos/reduções de justo valor							0,00
Outros rendimentos e ganhos							0,00
Outros gastos							0,00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>	<b>8 200,32</b>	<b>3 530,05</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>11 730,37</b>
Gastos/reversões de depreciações e de amortização							0,00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)							0,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>	<b>8 200,32</b>	<b>3 530,05</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>11 730,37</b>
Juros e rendimentos similares obtidos							0,00
Juros e gastos similares suportados							0,00
<b>Resultados antes de impostos (EBT)</b>	<b>8 200,32</b>	<b>3 530,05</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>11 730,37</b>
Imposto sobre o rendimento do período							-
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>8 200,32</b>	<b>3 530,05</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>11 730,37</b>
<b>Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período</b>							
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>							-
Detentores do capital da empresa-mãe	8 200,32	3 530,05	-	-	-		11 730,37
Interesses minoritários - OTS							-

# Potenciação do ERP na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xslsm

Folha dR

Fase 5

	PI	0,00%	100,00%	100,00%	99,95%	100,00%	
	PD	100,00%	100,00%	100,00%	99,95%	100,00%	
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA</b>							
amounts expressed in Euros							
	<b>Agregado c/Ajustamentos consolidação</b>						Total Agregado c/ ajustamentos
	Infrasol- Infraventus Solar,	Contrate o Sol, Lda	Astros Irreverentes, Lda	PrettySource, Lda	TecLavertente, Unipessoal, Lda		
	INF220	Inf102	ots208	ens170	ots173		
Tipo consolidação	FASES	FASES	FASES	FASES	FASES		
Vendas e serviços prestados	51 318,20	289 174,08	0,00	0,00	0,00		320 492,28
Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Variação os inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Fornecimentos e serviços externos	-51 238,20	-122 170,73	-1 769,65	-1 678,37	-8 200,32		-185 057,27
Gastos com pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros gastos	-80,00	-276,11	0,00	-83,00	0,00		-439,11
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>	-	146 727,24	(1 769,65)	(1 761,37)	(8 200,32)		134 995,90
Gastos/reversões de depreciações e de amortização	-	(194 928,22)	-	-	-		-194 928,22
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-		0,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>	-	(48 200,98)	(1 769,65)	(1 761,37)	(8 200,32)		(59 932,32)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-		0,00
Juros e gastos similares suportados	-	-	-	-	-		0,00
<b>Resultados antes de impostos (EBT)</b>	-	(48 200,98)	(1 769,65)	(1 761,37)	(8 200,32)		(59 932,32)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-	-		-
<b>Resultado líquido do período</b>	-	(48 200,98)	(1 769,65)	(1 761,37)	(8 200,32)		-59 932,32
<b>Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período</b>	-	-	-	-	-		-
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>							
Detentores do capital da empresa-mãe	-	(48 200,98)	(1 769,58)	(1 760,49)	(8 200,32)		(59 931,35)
Interesses minoritários - OTS	-	-	(0,09)	(0,88)	-		(0,97)



		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
		Ajustamentos Método Proporcional				
		0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0
Tipo contábil:		0	0	0	0	0
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios a exploração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos/perdas Imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação os inventários da produção		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos com pessoal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros gastos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>		-	-	-	-	-
Gastos/reversões de depreciações e de amortização		-	-	-	-	-
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-	-	-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>		-	-	-	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultados antes de impostos (EBT)</b>		-	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		-	-	-	-	-
<b>Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período</b>		-	-	-	-	-
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>		-	-	-	-	-
Detentores do capital da empresa-mãe		-	-	-	-	-
Interesses minoritários - OTS		-	-	-	-	-

	PI	0,00%	100,00%	100,00%	99,95%	100,00%
	PD	100,00%	100,00%	100,00%	99,95%	100,00%
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA</b>						
amounts expressed in Euros						
		<b>Anulações diretas</b>				
		<b>Infravest - Infraventus S.A.</b>	<b>Controlada e Soc. Ltda</b>	<b>Outros Investimentos, Ltda</b>	<b>Prodipacoma, Ltda</b>	<b>Tecnoverbia, Unipessoal, Ltda</b>
		<b>inf228</b>	<b>inf536</b>	<b>otv208</b>	<b>pro238</b>	<b>otv378</b>
		<b>12088</b>	<b>12088</b>	<b>12088</b>	<b>12088</b>	<b>12088</b>
Vendas e serviços prestados		-51 318,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração						
Garhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos						
Variação os inventários da produção						
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas						
Fornecimentos e serviços externos		0,00	51 318,20	0,00	0,00	0,00
Gastos com pessoal						
Imparidade de inventários (perdas/reversões)						
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)						
Provisões (aumentos/reduções)						
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)						
Aumentos/reduções de justo valor						
Outros rendimentos e ganhos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros gastos						
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>		<b>(51 318,20)</b>	<b>51 318,20</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Gastos/reversões de depreciações e de amortização						
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)						
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>		<b>(51 318,20)</b>	<b>51 318,20</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultados antes de impostos (EBT)</b>		<b>(51 318,20)</b>	<b>51 318,20</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Imposto sobre o rendimento do período						
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(51 318,20)</b>	<b>51 318,20</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período</b>						
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>						
Detentores do capital da empresa-mãe		(51 318,20)	51 318,20	-	-	-
Interesses minoritários - OTS						

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA		Total Agregado e/ anulações diretas				
amounts expressed in Euros		Infravent - Infraventus Solar, Lda	Controlis e Sol, Lda	Altus Investimentos, Lda	Participações, Lda	Techinvestimentos, Lda
		Inf228	Inf252	ota206	ota278	ota273
Tipo de operação		I	I	I	I	I
		FA6E7	FA6E7	FA6E7	FA6E7	FA6E7
Vendas e serviços prestados		0,00	269 174,08	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação os Inventários da produção		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-51 238,20	-70 852,53	-1 769,65	-1 678,37	-8 200,32
Gastos com pessoal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros gastos		-80,00	-276,11	0,00	-83,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		(51 318,20)	198 045,44	(1 769,65)	(1 761,37)	(8 200,32)
Gastos/reversões de depreciações e de amortização		0,00	-194 928,22	0,00	0,00	0,00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		(51 318,20)	3 117,22	(1 769,65)	(1 761,37)	(8 200,32)
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados antes de impostos (EBT)		(51 318,20)	3 117,22	(1 769,65)	(1 761,37)	(8 200,32)
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		(51 318,20)	3 117,22	(1 769,65)	(1 761,37)	(8 200,32)
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período atribuível a:						
Detentores do capital da empresa-mãe						
Interesses minoritários - OTS						

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA		Ajustamentos manuais				
montado expressado em Euros						
	Reclassificações Consolidação	DR Consolidada				
Tipo consolidado (A)						
Vendas e serviços prestados		269 174,08				
Subsídios à exploração		0,00				
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00				
Variação os inventários de produção		0,00				
Trabalhos para a própria entidade		0,00				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00				
Fornecimentos e serviços externos		-133 739,07				
Gastos com pessoal		0,00				
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00				
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00				
Provisões (aumentos/reduções)		0,00				
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00				
Aumentos/reduções de justo valor		0,00				
Cutres rendimentos e ganhos		0,00				
Cutres gastos		-430,11				
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDAI)</b>	-	<b>134 995,90</b>	+	-	-	-
Gastos/reversões de depreciações e de amortização		-194 928,22				
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00				
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>	-	<b>(59 932,32)</b>	+	-	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00				
Juros e gastos similares suportados		0,00				
<b>Resultados antes de impostos (EBT)</b>	-	<b>(59 932,32)</b>	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do período		0,00				
<b>Resultado líquido do período</b>	-	<b>(59 932,32)</b>	-	-	-	-
<b>Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período</b>						
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>						
Detentores do capital da empresa-mãe	-	(59 931,35)				
Interesses minoritários - OTS	-	(0,97)				

Folha Anual\_part

Infraventus\_Consolidado\_2018[MODELO].xlsm

Participações	Cod	Cod2	M	Detalhe das participações	Participações no MEP - CA	Outras Participações - CA					Outros Instrumentos de capital próprio			Capital próprio negativo		
						41100	41200	41300	41400	41500	Empreendimentos - PS	Empreendimentos - Intervenção manual - PS	total	Ajustamentos Realizações	Ajustamentos - CP	Ajustamentos - RT
Contas SINC - Participadas					Total											
411100 Acol Map	01	02	I	Nome participada	Participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00		5.000,00	0,00	0,00	0,00
412100 Inv. Associações	01	02	I	Prévio	1.968.236,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.633.500,00		6.633.500,00	-51.771,03	-7.260,54	-23.752,34
413100 Inv. Entidades Conl Cte	01	02	I	Contratos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.144.600,00		2.144.600,00	0,00	0,00	0,00
414100 Inv. roultas emp	01	02	I	Intervenção	1.965.774,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00		5.000,00	0,00	0,00	0,00
415100 Outros métodos				Autos	1.960.960,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
412200 Outros métodos				0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
411200 Outros métodos				0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
414300 Outros métodos				0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
411300 Empreendimentos				0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
412300 Empreendimentos				0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
413300 Empreendimentos				0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
414300 Empreendimentos				0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
411100 Diferença JV	04			0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
411100 Transf. Goodwill	03			0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
250200 Ajustamento MEP - negativo				0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
250100 Ajust - MEP - CP nega	01	02		0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
250100 Ajust - MEP - CP nega	03			0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
					5.924.974,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.788.500,00	0,00	8.788.500,00	0,00	0,00	0,00



Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xlsm

trans\_72

#Conta SNC	72	Infrasol - Infraventus Solar,	Contrate o Sol, Lda	Astros Irreverentes, Lda	Prettysource, Lda	Teclavertente, Unipessoal, Lda	
Beneficiária	Cod	INF220	Inf192	ots206	ens170	ots173	Total
Infrasol - Infravent	INF220	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrate o Sol, Lda	Inf192	51 318,20	0,00	0,00	0,00	0,00	51 318,20
Astros Irreverentes,	ots206	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prettysource, Lda	ens170	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Teclavertente, Unipe	ots173	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		51 318,20	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cruza C/62		-51 318,20	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cruza C/7816		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cruza C/45		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Diferenças		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Valores consolidar		51 318,20	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reconciliações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xlsm Folha trans\_62

Cod_snc:	62	Infrasol - Infraventus Solar,	Contrate o Sol, Lda	Astros Irreverentes, Lda	Prettysource, Lda	Teclavertente, Unipessoal, Lda	
Prestador do Serviço	Cod	INF220	Inf192	ots206	ens170	ots173	Total
Infrasol - Infravent	INF220	0,00	-51 318,20	0,00	0,00	0,00	-51 318,20
Contrate o Sol, Lda	Inf192	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Astros Irreverentes,	ots206	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prettysource, Lda	ens170	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Teclavertente, Unipe	ots173	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	-51 318,20	0,00	0,00	0,00	-51 318,20
Valores consolidar		0,00	-51 318,20	0,00	0,00	0,00	-51 318,20

Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xlsmFolha: trans\_7816

#Conta SNC	7816	Infrasol - Infraventus Solar,	Contrate o Sol, Lda	Astros Irreverentes, Lda	Prettysource, Lda	Teclavertente, Unipessoal, Lda	
Beneficiária	Cod	INF220	Inf192	ots206	ens170	ots173	Total
Infrasol - Infravent	INF220	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrate o Sol, Lda	Inf192	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Astros Irreverentes,	ots206	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prettysource, Lda	ens170	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Teclavertente, Unipe	ots173	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores consolidar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xlsm

Folha Aqui\_Inv

Cod_snc:	45	Infrasol - Infravent	Contrate o Sol, Lda	Astros Irreverentes, Lda	Prettysourc e, Lda	Teclavertent e, Unipe	
Cod_snc:	43	INF220	Inf192	ots206	ens170	ots173	Total
Entidade Prestadora	Cod						
Infrasol - Infravent	INF220	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrate o Sol, Lda	Inf192	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Astros Irreverentes,	ots206	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prettysource, Lda	ens170	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Teclavertente, Unipe	ots173	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xlsm Folha juro\_Red

Cod_snc: 7918		Infrasol - Infraventus Solar,	Contrate o Sol, Lda	Astros Irreverentes, Lda	Prettysource, Lda	Teclavertente, Unipessoal, Lda	
		INF220	Inf192	ots206	ens170	ots173	
Beneficiário	Cod	I	I	I	I	I	Total
Infrasol - Infravent	INF220	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrate o Sol, Lda	Inf192	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Astros Irreverentes, Prettysource, Lda	ots206	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Teclavertente, Unipe	ots173	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cruza C/69		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores consolidar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xlsm Folha juro\_Gast

Cod_snc: 6918		Infrasol - Infraventus Solar,	Contrate o Sol, Lda	Astros Irreverentes, Lda	Prettysource, Lda	Teclavertente, Unipessoal, Lda	
		INF220	Inf192	ots206	ens170	ots173	
Entidade que empresta	Cod	I	I	I	I	I	Total
Infrasol - Infravent	INF220	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrate o Sol, Lda	Inf192	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Astros Irreverentes, Prettysource, Lda	ots206	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Teclavertente, Unipe	ots173	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores consolidar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## Potenciação do ERP na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xslm Folha saldos

Rub_BAL	#ctn	tipo_sld	Infrasol - Infraventus Solar,	Contrate o Sol, Lda	Astros Irreverentes, Lda	Prettysource, Lda	Teclavertente, Unipessoal, Lda
			INF220	Inf192	ots206	ens170	ots173
Clientes	21	Débito	63 121,39	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores	22	Crédito	0,00	-63 121,39	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	278	Débito	78 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	278	Crédito	0,00	0,00	0,00	-78 000,00	0,00
Outras contas a pagar sócios - LP	2701	Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos sócios - LP	2721	Débito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos sócios - LP	2723	Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - LP sócios - LP	266	Débito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - LP sócios - LP	254	Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - LP sócios - LP	267	Débito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - LP sócios - LP	253	Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Ops	2685	Débito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Ops	2685	Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos	276	Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

harmony=0: 0,00

Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xslm Folha Slds\_21DB

Totais		63 121,39	-	-	-	-	63 121,39	-
a eliminar		63 121,39	-	-	-	-	63 121,39	-
Origem dos saldos >>		Infrasol - Infravent	Contrate o Sol, Lda	Astros Irreverentes,	Prettysource, Lda	Teclavertente, Unipe		
Contas SNC(1)		21011160	INF220	Inf192	ots206	ens170	ots173	
Conta(1)	Contraparte	Cod						Total CTR
21011160220	Infrasol - Infravent	INF220	-	-	-	-	-	-
21011160192	Contrate o Sol, Lda	Inf192	63 121,39	-	-	-	-	63 121,39
21011160206	Astros Irreverentes,	ots206	-	-	-	-	-	-
21011160170	Prettysource, Lda	ens170	-	-	-	-	-	-
21011160173	Teclavertente, Unipe	ots173	-	-	-	-	-	-

Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xslm Folha Slds\_22CR

			Totais	63 121,39	-	-	-	63 121,39	
			a eliminar	63 121,39	-	-	-	-	
Contas SNC(1)	22011160	Origem dos saldos >>	Contrate o Sol, Lda	Astros Irreverentes,	Prettysource, Lda	Teclavertente, Unipe			
			Inf192	ots206	ens170	ots173			
		Conta(1)	Entidade	Cod				Total	
		22011160220	Infrasol - Infravent	INF220	63 121,39	-	-	-	63 121,39
		22011160192	Contrate o Sol, Lda	Inf192	-	-	-	-	-
		22011160206	Astros Irreverentes,	ots206	-	-	-	-	-
			22011160170	Prettysource, Lda	ens170	-	-	-	-
			22011160173	Teclavertente, Unipe	ots173	-	-	-	-

Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xslm Folha Slds278DB

				Totais	78 000,00	-	-	-	-	78 000,00	
				a eliminar	78 000,00	-	-	-	-	78 000,00	
				acertos	-						
				Origem dos saldos >>	Infrasol - Infravent	Contrate o Sol, Lda	Astros Irreverentes,	Prettysource, Lda	Teclavertente, Unipe		
Contas SNC(1)	27801160				INF220	Inf192	ots206	ens170	ots173		
Contas SNC(2)	27801260										
Conta(1)	Conta(2)	Entidade	Cod							Total	CTR
27801160220	27801260220	Infrasol - Infravent	INF220	-	-	-	-	-	-	-	-
27801160192	27801260192	Contrate o Sol, Lda	Inf192	-	-	-	-	-	-	-	-
27801160206	27801260206	Astros Irreverentes,	ots206	-	-	-	-	-	-	-	-
27801160170	27801260170	Prettysource, Lda	ens170	78 000,00	-	-	-	-	-	78 000,00	-
27801160173	27801260173	Teclavertente, Unipe	ots173	-	-	-	-	-	-	-	-

Infraventus\_Consolidado\_2018(MODELO).xslm Folha Slds278CR

Totais		-	-	-	78 000,00	-	78 000,00
a eliminar		-	-	-	78 000,00	-	-
Origem dos saldos >>		Infrasol - Infravent	Contrate o Sol, Lda	Astros Irreverentes,	Prettysource, Lda	Teclavertente, Unipe	
Contas SNC(1)		27802160	INF220	Inf192	ots206	ens170	ots173
Conta(1)	Entidade	Cod					Total
27802160220	Infrasol - Infravent	INF220	-	-	-	78 000,00	-
27802160192	Contrate o Sol, Lda	Inf192	-	-	-	-	-
27802160206	Astros Irreverentes,	ots206	-	-	-	-	-
27802160170	Prettysource, Lda	ens170	-	-	-	-	-
27802160173	Teclavertente, Unipe	ots173	-	-	-	-	-



## **ANEXOS**

## ANEXO 1 – Descrição das funções do ERP “Primavera” utilizadas

### Função: “PRI\_Balance”

#### Objetivo

Esta fórmula permite obter o saldo da conta durante um período de tempo. Esse saldo é constituído pelos movimentos a débito subtraídos dos movimentos a crédito.

**Exemplo 1:** PRI\_Balance("DEMO"; 2011; 211; 0; 15) - devolve o saldo da conta 211 entre os meses 0 e 15 referente à empresa DEMO em 2011, referente ao Lançamento "000".

**Exemplo 2:** PRI\_Balance("DEMO"; 2011; "21\*"; 0; 15; "001") - devolve o saldo das contas iniciadas por "21" entre os meses 0 e 15 referente à empresa DEMO em 2011, referente ao Lançamento "001".

**Exemplo 3:** PRI\_Balance("DEMO"; 2011; 211; 0; 15; "000|001") - devolve o saldo da conta 211 entre os meses 0 e 15 referente à empresa DEMO em 2011, referente aos Lançamentos "000" e "001".

#### Critérios

Parâmetro	Descrição
Company:	Código do identificador da empresa que se pretende obter os dados.
Year:	Ano do exercício que se pretende obter os dados.
Account:	Identificador da Conta (ou contas se tiver <i>wildcards</i> ) para a qual se pretende obter o saldo.
InitialMonth:	Identificador do mês inicial do período para o qual queremos obter o saldo.
FinalMonth:	Identificador do mês final do período para o qual queremos obter o saldo.
PostingType:	Identificador do tipo de Lançamento (campo opcional).

### Função: “PRI\_BalanceCCSource”

#### Objetivo

Esta fórmula permite obter o saldo do centro durante um período de tempo de uma determinada conta origem. Esse saldo é constituído pelos movimentos a débito subtraídos dos movimentos a crédito.

**Exemplo 1:** PRI\_BalanceCCSource("DEMO"; 2011; 11001; 622111; 0; 15) - devolve o saldo do centro 11001 com conta origem 622111 entre os meses 0 e 15 referente à empresa DEMO no ano 2011, referente ao Lançamento "000".

**Exemplo 2:** PRI\_BalanceCCSource("DEMO"; 2011; 11001; 622111; 0; 15; "001") - devolve o saldo do centro 11001 com conta origem 622111 entre os meses 0 e 15 referente à empresa DEMO no ano 2011, referente ao Lançamento "001".

**Exemplo 3:** PRI\_BalanceCCSource("DEMO"; 2011; 11001; 622111; 0; 15; "000|001") - devolve o saldo do centro 11001 com conta origem 622111 entre os meses 0 e 15 referente à empresa DEMO no ano 2011, referente aos Lançamentos "000" e "001".

### Critérios

Parâmetro	Descrição
Company:	Código de identificação da empresa que se pretende obter o saldo.
Year:	Ano do exercício que se pretende obter o saldo.
CostCenter:	Identificador do Centro de Custo para a qual se pretende obter o saldo.
Account:	Identificador da Conta para a qual se pretende obter o saldo.
InitialMonth:	Identificador do mês inicial do período para o qual queremos obter o saldo.
FinalMonth:	Identificador do mês final do período para o qual queremos obter o saldo.
PostingType:	Identificador do tipo de Lançamento (campo opcional).

## Função: "PRI\_BalanceCCSourceCR"

### Objetivo

Esta fórmula permite obter o saldo a crédito do centro durante um período de tempo de uma determinada conta origem.

**Exemplo 1:** PRI\_BalanceCCSourceCR("DEMO"; 11001; 622111; 2007; 1; 2011; 12) - devolve o saldo do centro 11001 com conta origem 622111 entre os meses 1 ano 2007 e mês 12 do ano 2011 referente à empresa DEMO, ao Lançamento "000".

**Exemplo 2:** PRI\_BalanceCCSourceCR("DEMO"; 11001; 622111; 2007; 1; 2011; 12; "002") - devolve o saldo do centro 11001 com conta origem 622111 entre os meses 1 ano 2007 e mês 12 do ano 2011 referente à empresa DEMO, ao Lançamento "002".

**Exemplo 3:** PRI\_BalanceCCSourceCR("DEMO"; 11001; 622111; 2007; 1; 2011; 12; "001|002") - devolve o saldo do centro 11001 com conta origem 622111 entre os meses 1 ano 2007 e mês 12 do ano 2011 referente à empresa DEMO, aos Lançamentos "001" e "002".

### Critérios

Parâmetro	Descrição
Company:	Código de identificação da empresa que se pretende obter o saldo.
CostCenter:	Identificador do Centro de Custo para a qual se pretende obter o saldo.
Account:	Identificador da Conta para a qual se pretende obter o saldo.
InitialYear:	Identificador do ano inicial do período para o qual queremos obter o saldo.
InitialMonth:	Identificador do mês inicial do período para o qual queremos obter o saldo.

FinalYear:	Identificador do ano final do período para o qual queremos obter o saldo.
FinalMonth:	Identificador do mês final do período para o qual queremos obter o saldo.
PostingType:	Identificador do tipo de Lançamento (opcional).

## Função: "PRI\_BalanceCCSourceDB"

### Objetivo

Esta fórmula permite obter o saldo a débito do centro durante um período de tempo de uma determinada conta origem.

**Exemplo 1:** PRI\_BalanceCCSourceDB("DEMO"; 11001; 622111; 2010; 1; 2011; 12) - devolve o saldo do centro 11001 com conta origem 622111 entre os meses 1 ano 2010 e mês 12 do ano 2011 referente à empresa DEMO, ao Lançamento "000".

**Exemplo 2:** PRI\_BalanceCCSourceDB("DEMO"; 11001; 622111; 2010; 1; 2011; 12; "001") - devolve o saldo do centro 11001 com conta origem 622111 entre os meses 1 ano 2010 e mês 12 do ano 2011 referente à empresa DEMO, ao Lançamento "001".

**Exemplo 3:** PRI\_BalanceCCSourceDB ("DEMO"; 11001; 622111; 2010; 1; 2011; 12; "000|001") - devolve o saldo do centro 11001 com conta origem 622111 entre os meses 1 ano 2010 e mês 12 do ano 2011 referente à empresa DEMO, aos Lançamentos "000" e "001".

### Critérios

Parâmetro	Descrição
Company:	Código de identificação da empresa que se pretende obter o saldo.
CostCenter:	Identificador do Centro de Custo para a qual se pretende obter o saldo.
Account:	Identificador da Conta para a qual se pretende obter o saldo.
InitialYear:	Identificador do ano inicial do período para o qual queremos obter o saldo.
InitialMonth:	Identificador do mês inicial do período para o qual queremos obter o saldo.
FinalYear:	Identificador do ano final do período para o qual queremos obter o saldo.
FinalMonth:	Identificador do mês final do período para o qual queremos obter o saldo.
PostingType:	Identificador do tipo de Lançamento (opcional)

## Função: "PRI\_BalanceCostCenter"

### Objetivo

Esta fórmula permite obter o saldo de um centro de custo para o período especificado.

**Exemplo 1:** PRI\_BalanceCostCenter("DEMO"; 2011; 11; 1; 12) - devolve o saldo do centro de custo 11 entre o mês 1 e o mês 12 do ano 2011 referente à empresa DEMO, ao Lançamento "000".

**Exemplo 2:** PRI\_BalanceCostCenter("DEMO"; 2011; 11; 1; 12; "001") - devolve o saldo do centro de custo 11 entre o mês 1 e o mês 12 do ano 2011 referente à empresa DEMO, ao Lançamento "001".

Exemplo 3: PRI\_BalanceCostCenter("DEMO"; 2011; 11; 1; 12; "000|001") - devolve o saldo do centro de custo 11 entre o mês 1 e o mês 12 do ano 2011 referente à empresa DEMO, aos Lançamentos "000" e "001".

### **Critérios**

<b>Parâmetro</b>	<b>Descrição</b>
Company:	Código de identificação da empresa que se pretende obter o saldo.
Year:	Ano do exercício que se pretende obter os dados.
CostCenter:	Identificador do Centro de Custo (ou centros de custo se tiver wildcards) para a qual se pretende obter o saldo.
InitialMonth:	Identificador do mês inicial do período para o qual queremos obter o saldo.
FinalMonth:	Identificador do mês final do período para o qual queremos obter o saldo.
PostingType:	Identificador do tipo de Lançamento (opcional).

